CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST

CONTABILIDADE E PRODUÇÃO

ISSN 1807-2542

Ano XIV
Número 14
Janeiro / Dezembro
2018

Ciências Contábeis
centro universitário unifacvest

14

CONTABILIDADE & PRODUÇÃO

Revista de Artigos e Produção Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da UNIFACVEST

Ano XIV, Lages: CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST - jan/dez 2018

CONTABILIDADE & PRODUÇÃO - ISSN 1807-2542

CONTABILIDADE & PRODUÇÃO - Revista de Artigos e Produção Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da UNIFACVEST. Lages: Papervest Editora, nº 14, janeiro a dezembro de 2018, 98p.

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST
Mantenedora: Sociedade de Educação Nossa Senhora Auxiliadora

Publicação da Papervest Editora
Av. Marechal Floriano, 947 - CEP: 88.503-190
Fone: (49)3225-4114 - Lages / SC

www.unifacvest.net

Contabilidade & Produção
Revista de Artigos e Produção Acadêmica do Curso de
Ciências Contábeis da UNIFACVEST

Editor - Renato Rodrigues

Conselho Editorial - Alexandre Antunes Ribeiro Filho; Gustavo Capobianco Volaco; Mário Cesar Brinhosa; Rafael Araldi Vaz; Arceloni Neuza Volpato; Eduard Marquardt; Fabio Eduardo Grunewald Soares; José Correia Gonçalves

Conselho Consultivo - Leonardo Rabelo de Matos Silva; Pedro Hermílio Villas Bôas Castelo Branco; Lourival Andrade Junior; Luiz Fernando Jacinto Maia; Mauricio Cardoso; Zilda Márcia Gricoli Lokoi; Maria das Graças de Souza; Franklin Leopoldo e Sila; Rosangela Miranda Cherem; Mirna Busse Pereira; Maria Leite Holthausen

Diagramação - Giovani Marcon e Marcelo Antonio Marim

CONTABILIDADE E PRODUÇÃO, Revista de Artigos e Produção Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da UNIFACVEST / Centro Universitário UNIFACVEST. Ano XIV, nº 14, Lages: Papervest Editora – jan/dez 2018. 98p.

Anual
ISSN 1807-2542

1. Contabilidade. 2. Fenômenos Patrimoniais. 3. Atos e Fatos Administrativos e Contábeis. 4. Legislação Fiscal e Tributária. 5. Gerência Econômica e Financeira.

I. Título

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST

Reitor
Geovani Broering

Pró-reitora Administrativa
Soraya Lemos Erpen Broering

Pró-reitor de Pesquisa e Extensão
Renato Rodrigues

Pró-reitor Acadêmico
Roberto Lopes da Fonseca

APRESENTAÇÃO

Ao iniciar o Curso de Ciências Contábeis da UNIFACVEST, uma das primeiras preocupações foi a de produzir paralelamente ao curso, uma revista científica que pudesse ser um elo de ligação entre professores, alunos e instituição, no sentido de fazer com que todos tivessem a oportunidade de publicar suas produções num veículo especialmente criado para o curso. Assim, depois de muitas discussões foi criada a Revista Contabilidade & Produção, com o propósito de oportunizar para a Região Serrana de Santa Catarina e mais especificamente para Lages, o desenvolvimento das ciências como um produto de reflexão, desenvolvido e focado no interesse maior para acompanhar a evolução das tecnologias emergentes, de um mundo cada vez mais próximo do cidadão.

As descobertas científicas e o desenvolvimento tecnológico têm avançado tão rapidamente que torna-se cada vez mais incessante a busca do conhecimento. E para refletir sobre os avanços que a humanidade vem conquistando através das ciências, e sobretudo as mudanças que vêm ocorrendo no mundo dos negócios, a Revista Contabilidade & Produção é mais um instrumento de apoio, que aborda assuntos de relevante importância, tais como: Terceirização de Serviços, Balanço Social, Distribuição da Riqueza Gerada, Demonstração do Valor Adicionado, entre outros assuntos que são abordados na mesma. Estaremos socializando e interagindo os interesses da UNIFACVEST, dos Professores, dos Acadêmicos e da Sociedade, para que o conhecimento seja sempre uma constante no nosso dia-a-dia.

Geovani Broering
Reitor do Centro Universitário UNIFACVEST

SUMÁRIO

A CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO A PARTIR DA ENTIDADE HOSPITALAR
Nicole de Lima Vieira; Ceniro Ferreira de Sousa; Ana Paula Rampi; Eder Claudio Bastos.....01

A IMPORTÂNCIA DA CONCESSÃO DE CRÉDITO NAS EMPRESAS
Cristofer Ribeiro Deboite; Ceniro Ferreira de Sousa; Ana Paula Rampi; Eder Claudio Bastos.....12

A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DO MÉTODO DE CUSTEIO ABC COMO FERRAMENTA DE GESTÃO EMPRESARIAL
Alessandro Lopes Felisberto; Ceniro Ferreira de Sousa; Ana Paula Rampi; Eder Claudio Bastos.....23

AUDITORIA EM ESTOQUE COM ESTUDO DE CASO EM UMA REDE DE SUPERMERCADOS
Wesley Mendes Lorenzetti; Ceniro Ferreira de Sousa; Amanda Miranda Silva; Eder Claudio Bastos.....29

CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA SIMPLES NACIONAL
Ana Claudia Citon; Ceniro Ferreira de Sousa; Ana Paula Rampi; Eder Claudio Bastos.....38

CONTABILIDADE DE CUSTOS – CUSTEIO POR ABSORÇÃO NA PRODUÇÃO RURAL
João Alexamdre dos Santos Godois Junior; Ceniro Ferreira de Sousa; Ana Paula Rampi; Eder Claudio Bastos.....52

GESTÃO DE CUSTOS COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE
Talissa Monteiro Teixeira; Ceniro Ferreira de Sousa; Ana Paula Rampi; Eder Claudio Bastos.....58

O IMPACTO DO DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS) SOBRE A FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA
Taíse Boff; Ceniro Ferreira de Sousa; Ana Paula Rampi; Eder Claudio Bastos.....67

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO ESTRATÉGICO NAS EMPRESAS
Jonatan de Liz Steffen; Ceniro Ferreira de Sousa; Ana Paula Rampi; Eder Claudio Bastos.....81

UM ESTUDO DE CASO NA FORMAÇÃO E MÉTODO DE DISTRIBUIÇÃO DAS SOBRAS NUMA COOPERATIVA DE CRÉDITO
Jaine Pereira Gonsalves; Ceniro Ferreira de Sousa; Ana Paula Rampi; Eder Claudio Bastos.....89

NORMAS PARA COLABORADORES.....98

A CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO A PARTIR DA ENTIDADE HOSPITALAR

Nicole de Lima Vieira[1]
Ceniro Ferreira de Sousa[2]
Ana Paula Rampi[3]
Eder Claudio Bastos[4]

RESUMO

O terceiro setor assume um papel cada dia mais importante na sociedade e embora não vise lucro, tais entidades necessitam de recursos financeiros na busca de cumprir seus objetivos sociais. Desta forma, este trabalho baseia-se no estudo de caso realizado com base em uma das fontes de receitas captadas por estas entidades: as subvenções governamentais, elaborado a partir da revisão de bibliografias, livros, artigos on-line e normas contábeis, tem o intuito de demonstrar a importância da contabilidade para empresas do terceiro setor através de uma entidade fictícia analisando os aspectos contábeis aplicados às mesmas e utilizando as normas contábeis aplicáveis para a elaboração dos Lançamentos Contábeis, Demonstração do Resultado do Período, Balanço Patrimonial e Notas Explicativas acerca das subvenções recebidas. Devido à expansão e crescimento das entidades do terceiro setor, estas necessitam de registros contábeis corretos, detalhados, e de acordo com a lei vigente o papel do profissional contábil é potencializado a fim de revelar a origem dos recursos e a forma de aplicação.

Palavras-chave: Terceiro Setor; Contabilidade; Objetivos Sociais.

ABSTRACT

The third sector assumes an increasingly important role in society and although it does not aim at profit, these entities need financial resources in the quest to fulfill their social objectives. Thus, this work is based on a case study based on one of the sources of income collected by these entities: government grants, based on a review of bibliographies, books, online articles and accounting standards, have the with the aim of demonstrating the importance of accounting for third sector companies through a fictitious entity analyzing the accounting aspects applied to them and using the accounting standards applicable for the preparation of Accounting Entries, Statement of Income for the Period, Balance Sheet and Explanatory Notes on received. Due to the expansion and growth of third sector entities, these require correct and detailed accounting records and according to the current law, the role of the accounting professional is strengthened in order to reveal the origin of the resources and the form of application.

Keywords: Third Sector; Accounting; Social Objectives.

[1] Acadêmico da 8ª Fase do Curso de Ciências Contábeis, do Centro Universitário UNIFACVEST.
[2] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências da Computação. Doutorando em Direito pela Universidade Veiga de Almeida - UVA.
[3] Graduado em Ciências Econômicas. Especialista em Finanças e Controladoria. Mestre em Educação.
[4] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

Em nossa sociedade existem três setores, o primeiro formado pelo governo, o segundo formado pelas instituições privadas e o terceiro por entidades sem fins lucrativos as quais buscam promover o bem estar coletivo, com o intuito de levar a população serviços que o Estado muitas vezes não consegue suprir.

Essas entidades são mantidas basicamente por meio de doações, contribuições, convênios, contratos e subvenções, em decorrência o setor deve utilizar-se da transparência para manter sua credibilidade. Surge então a contabilidade como ferramenta auxiliar para que tais entidades tenham consciência das suas ações, administrem e realizem um planejamento financeiro eficiente em relação a seus recursos recebidos, auxiliando seus administradores de forma segura na tomada de decisões.

Diante disto, este estudo, baseado em uma pesquisa bibliográfica seguida de estudo de caso de uma entidade, objetiva demonstrar a importância da contabilidade nas empresas do terceiro setor em relação aos recursos de subvenção para custeio.

Esse trabalho é composto por quatro capítulos, o primeiro capítulo trará a introdução, a justificativa do estudo, os objetivos gerais e específicos e a metodologia utilizada para sua elaboração.

Em seguida o segundo capítulo é composto por uma base teórica acerca do terceiro setor, o papel da contabilidade e os tipos de receita que ajudam a manter esse segmento.

No terceiro capítulo apresenta o estudo de caso, o qual tem por finalidade demonstrar o recebimento de umas das receitas do terceiro setor, as subvenções para custeio e em seguida a análise crítica acerca do estudo realizado. Finalizando no quarto capítulo as considerações finais deste trabalho e as referências bibliográficas.

1.1 Justificativa

As empresas do terceiro setor são aquelas que prestam serviços públicos, porém comercializam bens e serviços, não visando lucro, mas o bem estar social. E, o crescimento de tais organizações fez com que estas adotassem investimentos confiáveis diante da sociedade e do governo a fim de dar credibilidade a estas, a transparência. Mesmo estando inseridas em um universo em que não há fins lucrativos, tais empresas necessitam de uma organização contábil para que haja auxílio no bem administrar tributos, doações (BLOEDAL; LIMA, 2008).

Surgiu então à necessidade de mostrar como esse segmento funciona e como o mesmo deve utilizar e demonstrar seus recursos recebidos, pois ainda há uma falta de conhecimento da sociedade e dos profissionais sobre esse setor, existem dúvidas de como elas se mantém quais suas obrigações, como funciona sua contabilidade, se existe um controle apropriado sobre suas atividades, entre outros. Também por perceber a relevância das demonstrações contábeis como forma de conseguir maiores investimentos e conquistar bons resultados.

Deste modo torna-se cabível essa pesquisa aos interessados em compreender a área e principalmente conhecer mais sobre as peculiaridades da contabilidade nesse setor, o qual vem ganhando mais espaço na economia brasileira e despertando o interesse da sociedade, que vê esse tipo de entidade como aliada para solucionar os problemas sociais.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Demonstrar a importância da contabilidade nas entidades do terceiro setor, analisando aspectos contábeis no recebimento das subvenções para custeio, utilizando as normas aplicáveis a essa operação.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Investigar o papel e a importância da contabilidade no terceiro setor;
- Evidenciar as principais características das entidades do terceiro setor;
- Enfocar aspectos que são revelados pela contabilidade quanto à transparência das entidades sem fins lucrativos em relação aos recursos recebidos;

1.2.3 Metodologia

A metodologia adotada para a elaboração deste estudo partiu de uma revisão bibliográfica de materiais já existentes na literatura tais como livros, artigos on-line, normas contábeis, legislação aplicada ao setor e outras publicações relativas ao tema (GIL, 2008).

Foi realizado também um estudo de caso utilizando uma entidade fictícia, permitindo assim um conhecimento mais amplo e detalhado sobre as subvenções. O estudo de caso buscou seguir as normas contábeis que tratam das entidades sem fins lucrativos, focando nos itens que contemplam as subvenções recebidas, e através disto identificar, organizar e avaliar os passos referentes ao processo de subvenção.

2 O TERCEIRO SETOR

O terceiro setor constitui-se em um conjunto de iniciativas da sociedade civil, as quais visam o desenvolvimento social, e as entidades que compõem tal setor em sua maioria são entidades tradicionais religiosas e laicas, entidades paraestatais, entidades associativas, entidades de iniciativa empresarial, empreendimentos de serviços no terceiro setor e organizações não governamentais (FERNANDES 1994 apud RODRIGUES 2016, p.72).

A respeito desse setor Fernandes (1997, p.27) declara:

> O Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

O objetivo dessas organizações é promover ações que se voltem ao bem-estar da coletividade, mantendo finalidades não lucrativas, havendo adoção de personalidade

jurídica adequada aos fins sociais. São entidades financiadas pelo governo, muitas recebem incentivos, isenções, doações de empresas e de particulares, mas essas entidades devem aplicar seus recursos nos fins sociais a que se destinam.

Ressalta-se que o terceiro setor recebe um grande incentivo governamental brasileiro, pois além da isenção fiscal recebe também verbas públicas por meio de contrato de gestão, fato que revela que o governo é consciente de suas deficiências e necessita de parceiros para atender as necessidades da sociedade.

As organizações do terceiro setor se diferenciam das instituições do setor privado por não terem fins lucrativos, sendo que seu resultado acumulado serve para manter seus projetos e ações sociais.

É importante destacar que o termo terceiro setor teve início na década de 70, "A expressão "Terceiro Setor" foi inicialmente utilizada na década de 1970 por pesquisadores nos Estados Unidos da América e, a partir da década de 1980 passou também a ser usada pelos pesquisadores europeus." (PAES, 2017, p.130).

Designa a um setor que não é público nem privado, mas sim, composto por entidades de interesse social, as quais atuam na educação, saúde, assistência social, com o fim maior de suprir as falhas do Estado e do setor privado no que se refere a atender as necessidades populacionais (ANDRADE; PADILHA; CASTRO, 2018).

2.1 O terceiro setor e a contabilidade

A contabilidade torna-se um instrumento importante para todas as organizações. Tendo finalidade de lucro ou não, ela é uma ferramenta indispensável para entidades, pois auxilia de diversas maneiras, como na tomada de decisão, onde investir os recursos recebidos, em verificar se o trabalho social está realmente alcançando os objetivos propostos e se o lucro está sendo realmente utilizado para manter e dar continuidade ao seu funcionamento, visto que as mesmas têm como principal recurso as contribuições, doações e subvenções.

Para Mário et al. (2013, p.66):

> [...] a contabilidade possui um papel fundamental nessas entidades, ela é responsável por levar aos provedores de recursos e também aos receptores dos resultados a transparência e sustentabilidade dos demonstrativos contábeis, de forma que expressem como os recursos aplicados geraram com êxito os resultados sociais.

As instituições do terceiro setor estão implicitamente ligadas à sociedade e os resultados de seu trabalho devem retornar com benfeitorias sociais, isto exige das instituições uma maior transparência em relação as suas atividades o que requer responsabilidade em sua gestão (MÁRIO et al., 2013, p.66).

A prestação de contas das empresas do terceiro setor deve assegurar a transparência na aplicação dos recursos recebidos. As entidades que não tem fins lucrativos devem agir em consonância com o princípio da competência e em conformidade com a segregação de contas de despesas e receitas. Sendo assim, é preciso haver a correta contabilização dos fatores que alteram o patrimônio das entidades.

De acordo com ITG 2002 (CFC 2012):

> As demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucros, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas.

A informação contábil também deve ter como característica a objetividade, clareza e concisão para que se possa avaliar a situação econômica de tal entidade. Por isso, mesmo o foco não sendo o lucro as organizações devem conduzir seus esforços em busca de bons resultados (ANDRADE; PADILHA; CASTRO, 2018).

2.2 Tipos de receita no terceiro setor

As receitas correspondem às entradas, ou seja, o aumento dos ativos em determinado período se referem às principais operações da entidade. "No caso das entidades do terceiro setor, as receitas são provenientes de doações, subvenções, contribuições, convênios e contratos" (FERNANDES, 2012, p.19).

Quando se fala das doações pode se dizer que este é cedido às instituições sem fins lucrativos de forma voluntária, sem nenhum contrato ou finalidade específica. Segundo a NBC T 10.16 "Doações são transferências gratuitas, em caráter definitivo, de recursos financeiros ou do direito de propriedade de bens móveis e imóveis, com as finalidades de custeio, investimentos e imobilizações, sem contrapartida do beneficiário dos recursos".

As contribuições são os valores entregues pelos associados para a composição ou manutenção do patrimônio.

Os convênios se referem a contratos de prestação de serviços celebrado entre órgãos públicos ou instituições particulares

As subvenções se referem às verbas recebidas para custeio das atividades, estas previstas em lei orçamentária, concedida por órgãos do setor público a entidades públicas ou privadas. "As subvenções são transferências destinadas a financiar as despesas da entidade para o desenvolvimento de suas atividades consideradas de interesse público", (FERNANDES, 2012, p20).

Segundo a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais:

> [...] é uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade.

A subvenção pode ser para custeio ou para investimento, a subvenção para custeio pode ser utilizada para fazer frente aos custos e despesas correntes da pessoa jurídica, já a subvenção para investimento tem como objetivo incentivar o crescimento regional, através da implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, com contabilização específica.

São vários os tipos de ativos os quais podem ser recebidos ou aumentados por meio da receita, como por exemplo, o caixa, contas a receber, mercadorias e serviços recebidos.

3 ESTUDO DE CASO

O estudo de caso visa demonstrar como uma entidade hospitalar filantrópica e não governamental deve registrar e demonstrar em sua contabilidade o recebimento das receitas de subvenção para custeio, apresentado os Lançamentos Contábeis, Razonetes, Demonstração do Resultado do Período, Balanço Patrimonial e Notas Explicativas acerca dessas receitas, através da interpretação e aplicação das normas contábeis vigentes, demonstrando toda a parte contábil necessária para seu recebimento, para que a mesma mantenha sua transparência e obrigações.

Utilizando uma entidade fictícia nomeada Entidade X, realizou-se a demonstração das subvenções as quais nas entidades não governamentais representam a maior fonte da receita para a manutenção da instituição, utilizando apenas as contas contábeis envolvidas nessa transação.

A Entidade Hospitalar X no ano de 2017 recebeu um recurso de subvenção para custeio de verba parlamentar no valor de 50.000,00,

Existem alguns critérios para o recebimento desse recurso, conforme estabelecido na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, resolução nº 2.932, de 23 de Dezembro de 2004:

> *Art. 3º - A entidade civil pretendente ao recebimento do auxílio ou subvenção social deverá preencher os seguintes, requisitos:*
> *I - estar regularmente inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;*
> *II - estar em situação regular perante a Seguridade Social - INSS;*
> *III - estar em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;*
> *IV - apresentar Atestado de Pleno e Regular Funcionamento, expedido no exercício a que se refere o auxílio, com a nominata dos dirigentes, emitido pelo Prefeito Municipal ou Juiz em exercício na correspondente comarca;*
> *V - possuir Registro na Secretaria de Estado do Trabalho, Cidadania e Assistência Social - STCAS - até o dia 31 de dezembro do ano anterior ao da concessão;*
> *VI - fazer prova de regularidade do mandato de sua diretoria;*
> *VII - estar em situação regular perante o CADIN/RS.*

Atendidos os critérios a Entidade pode iniciar os procedimentos para o recebimento do recurso. O recurso é depositado em uma conta da entidade que deve ser aberta para o devido fim, nesse caso hipotético a conta será do Banco do Brasil, esse trâmite não necessita de contrato por se tratar de uma verba parlamentar para custeio, mas a entidade deve prestar contas.

A utilização do recurso fica a critério da Entidade, a mesma irá utilizar o recurso para o pagamento da despesa com Água e Esgoto e Energia Elétrica.

Tais subvenções consistem na ajuda do governo por meio de transferência de recursos em dinheiro como forma de retribuição do cumprimento de certas atividades que estas exercem, deste modo a entidade efetuou um levantamento interno e realizou o rateio das contas utilizando a porcentagem de atendimento SUS necessária para certificação da filantropia conforme a Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009 seção I que

trata da saúde "II - ofertar a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento);"

A contabilização das subvenções de acordo com a sugestão dos auditores Chiaratti e Pinto, da resolução CFC. Nº 1.143/08, NBC T 19.4 - Subvenção e Assistência Governamentais, atualmente alterada para resolução CFC. Nº 1.305/10 NBC TG 07- Subvenção e Assistência Governamentais devem prosseguir da seguinte forma:

Subvenção para Custeio

1) Assinatura do contrato
2) Recebimento da subvenção
3) Utilização do Recurso

1) Na assinatura do contrato
Data do lançamento: 01/03/2017
D – Subvenção a Receber (Ativo Circulante)
C – Subvenção a Realizar (Passivo Circulante)
Histórico: Valor referente recurso para custeio decorrente de verba parlamentar no valor de R$ 50.000,00.

Na assinatura do contrato a entidade deve debitar a conta Subvenção a Receber no ativo circulante e creditar a Subvenção a Realizar no passivo circulante, para registrar a promessa do recebimento do recurso.

2) No recebimento da subvenção
Data do lançamento: 02/03/2017
D – Banco do Brasil (Ativo Circulante)
C – Subvenção a Receber (Ativo Circulante)
Histórico: Recebimento de recurso para custeio decorrente de verba parlamentar no valor de R$ 50.000,00

Quando ocorrer o recebimento o valor deve ser debitado da conta Banco do Brasil, no ativo circulante e creditado na conta Subvenção a Receber também pertencente ao ativo.

3) Na utilização do recurso
D – Subvenção a Realizar (Passivo Circulante)
C – Receita c/ Subvenção (Conta Resultado)
Histórico: Apropriação fatura nº 401, fornecedor Corsan no valor de R$ 9.000,00.

E

Data do lançamento: 08/03/2017
D – Despesa com Água e Esgoto (Conta Resultado)
C – Banco do Brasil (Ativo Circulante)

Histórico: Pagamento fatura nº 401 CH 001 Banco do Brasil, fornecedor Corsan no valor de R$ 9.000,00.

4) Na utilização do recurso
Data do lançamento: 09/03/2017
D – Subvenção a Realizar (Passivo Circulante)
C – Receita c/ Subvenção (Conta Resultado)
Histórico: Apropriação fatura nº 204, fornecedor Rio Grande Energia no valor de R$ 41.000,00.

E

Data do lançamento: 09/03/2017
D – Despesa Energia Elétrica (Conta Resultado)
C – Banco do Brasil (Ativo Circulante)
Histórico: Pagamento fatura nº 204 CH 002 Banco do Brasil, fornecedor Rio Grande Energia no valor de R$ 41.000,00.

Inicialmente na utilização do recurso ocorre o débito da conta subvenção a realizar no ativo circulante e o crédito da receita com subvenção na conta de resultado, já na efetiva utilização do recurso deve se debitar a despesa com Água e Esgoto na conta de resultado e creditar a conta caixa no ativo circulante, os mesmos registros devem ser efetuados na utilização e no pagamento da despesa com Energia Elétrica.

Estrutura do Balanço Patrimonial das entidades sem fins lucrativos com base na Resolução do CFC Nº 1409/12 ITG 2002, com seus grupos e subgrupos. Neste caso foram representadas apenas as contas utilizadas na subvenção, as mesmas não possuem saldos, pois o movimento foi realizado no período em exercício.

A demonstração do resultado do período leva em consideração o princípio da competência, o mesmo consta em seu resultado o valor zerado, pois o movimento da subvenção foi recebido e utilizado dentro do período.

Notas Explicativas

De acordo com a NBC T 10.19 que trata das entidades sem fins lucrativos, as notas explicativas devem conter:

> a) o resumo das principais práticas contábeis;
> b) os critérios de apuração das receitas e das despesas, especialmente com gratuidades, doações, subvenções, contribuições e aplicações de recursos;
> c) as contribuições previdenciárias relacionadas com a atividade assistencial devem ser demonstradas como se a entidade não gozasse de isenção, conforme normas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS);
> d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
> e) os fundos de aplicação restrita e responsabilidades decorrentes desses fundos;

> f) evidenciação dos recursos sujeitos a restrições ou vinculações por parte do doador;
> g) eventos subseqüentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;
> h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo;
> i) informações sobre os tipos de seguro contratados;
> j) as entidades educacionais, além das notas explicativas, devem evidenciar a adequação das receitas com as despesas de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;
> k) as entidades beneficiadas com isenção de tributos e contribuições devem evidenciar suas receitas com e sem gratuidade de forma segregada, e os benefícios fiscais gozados.

A seguir as notas explicativas referentes à subvenção para custeio recebida no ano de 2017, seguindo a interpretação da norma contábil NBC T 10.19.

NOTA 1- SUBVENÇÕES

O recurso de subvenção para custeio foi aplicado em despesas de manutenção, despesa com Água e Esgoto e Energia Elétrica, foi realizado um levantamento interno e efetuado o rateio dessas despesas, levando em consideração o percentual de atendimento SUS de 60%. Para a contabilização das subvenções, a entidade atendeu a Resolução do CFC Nº 1.409/12-ITG 2002-Entidade sem Finalidade de Lucros, a NBC T 10.19- Entidade sem Finalidade de Lucros e a Resolução CFC. Nº 1.305/10, NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais.

3.1 Análise Crítica

O terceiro setor surgiu para suprir a necessidade da população dos serviços sociais que o Estado não consegue cumprir, mas estes precisam de recursos para manter suas atividades. Os recursos como subvenção são de extrema importância para a continuidade dos mesmos, pois representam a maior fonte de receita na maioria das entidades, mas para se concretizarem demandam de uma série de requisitos preestabelecidos o que acaba comprometendo seu recebimento. A falta de conhecimento e interpretação dos gestores e dos profissionais da contabilidade atrás dessas entidades faz com que muitas não recebam esses auxílios, por não estarem de acordo com a lei e não cumprirem os requisitos para o reconhecimento da subvenção. É necessário seguir as normas contábeis e aplicá-las corretamente a essas instituições, pois se estas estiverem de acordo com as normas vigentes poderão dar continuidade a suas atividades e manterão a sua transparência perante o governo e a sociedade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento do terceiro setor é visível no Brasil, mas este crescimento exi-

ge desafios quanto à eficiência das operações financeiras, sendo que há uma necessidade de ações com transparência econômico-financeira para manter sua credibilidade com a sociedade. Sendo assim, afirma-se que as receitas captadas pelas entidades do terceiro setor exigem uma responsável e eficaz gestão, pois desta forma, podem ocorrer desenvolvimento, transparência e boa aplicação dos recursos.

O estudo de caso dá a possibilidade de demonstrar e assim conhecer melhor como funciona a contabilidade dessas entidades em relação às subvenções recebidas, como funciona o processo de contabilização das subvenções de acordo com as práticas contábeis vigentes aplicáveis ao setor.

Após a realização deste trabalho conclui-se que é de extrema importância a função exercida pelo profissional contábil uma vez que deve auxiliar a entidade realizando uma correta apuração dos recursos seguindo as normas contábeis vigentes, pois mesmo sendo uma entidade sem fins lucrativos os demonstrativos são as ferramentas que ajudam manter sua credibilidade social, mantendo sua transparência perante a sociedade e os agentes mantenedores dessas intuições, pois são esses que ajudam a manter e dar continuidade a esse setor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, C.F; PADILHA, G.L; CASTRO, T.M.. Contabilidade do terceiro setor: Uma análise sobre a percepção dos contadores. **Revista Humanidade e Inovação**, v.5, n.2, 2018.

BLODEAU, A.V; LIMA, L.M. Importância da contabilidade para o terceiro setor. **Revista ONG's**. São Paulo, 2008.

CHIARATTI, A; PINTO, I. **Subvenções públicas e doações recebidas, forma de contabilização.** AUDISA. Disponível em: <www.scpa.org.br/artigos/subvencoes_doacoes.pdf>. Acesso em: 16 de junho de 2018.

FERNANDES, C.R.C. **Terceiro setor:** aspectos contábeis e tributários. Centro de Ensino Superior do Ceará. Fortaleza, 2012.

FERNANDES, R. C.. O que é terceiro setor? In:.**3º Setor – Desenvolvimento Social Sustentado.** In IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEGIS. **Resolução nº 2.932, de 23 de dezembro de 2004**. Disponível em <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=48221&hTexto=&Hid_IDNorma=48221> Acesso em 26 de outubro 2018.

MARIO, P.C. et al. A utilização de instrumentos de contabilidade gerencial em entidades do terceiro setor. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**. Rio de Janeiro, v.8, n.1,

2013.

NORMAS LEGAIS. **NBC ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros - 2012**. Disponível em <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-cfc-1409-2012> Acesso em 26 de outubro de 2018.

PAES, S. E. J.. **Fundações, associações e entidades de interesse social:** aspectos jurídicos, administrativos, contábeis, trabalhistas e tributários. 9. ed. rev. e atual. − Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PLANALTO. **Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm> Acesso em 23 de novembro de 2018.

PORTAL DE CONTABILIDADE. NBC T 10.16 – **Entidades que recebem subvenções, contribuições, auxílios e doações.** Disponível em : <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t1016.htm> Acesso em 26 de outubro de 2018.

PORTAL DE CONTABILIDADE. NBC T - 10.19 – **Entidades sem finalidade de lucros.** Disponível em <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t1019.htm> Acesso em 26 de outubro de 2018.

RODRIGUES, R; GONÇALVES, C.J;. **Procedimentos de metodologia científica.** 7. ed. Lages, SC: Papervest, 2014.

RODRIGUES, R.C. et al. **Contabilidade no terceiro setor:** estudo biliométrico no período de 2004 a 2014. ConTexto. Porto Alegre, v.16, n.34, dez, 2016.

SOUZA, J. C.. **Contabilidade aplicada ao terceiro setor.** Uniceub Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2013

A IMPORTÂNCIA DA CONCESSÃO DE CRÉDITO NAS EMPRESAS

Cristofer Ribeiro Deboite[1]
Ceniro Ferreira de Sousa[2]
Ana Paula Rampi[3]
Eder Claudio Bastos[4]

RESUMO

Este trabalho consiste na apresentação de uma análise com base nas demonstrações financeiras no momento da concessão do crédito destinado para um cliente. A fundamentação teórica é composta por coleta de dados. Este assunto tem como objetivo geral identificar prováveis riscos de inadimplência. Para a realização deste estudo foi necessário uma pesquisa bibliográfica e estudo de caso, onde serão abordados no referencial teórico os principais indicadores para análise financeira. Através do estudo de caso será realizada uma análise dos indicadores financeiros de uma empresa, mensurando esses índices para demonstrar se apresentam riscos de inadimplência. Os resultados obtidos pelo estudo revela que a empresa não apresenta índices satisfatórios, tais como: índice de liquidez, prazos médios de recebimento, grau de endividamento. Em relação aos resultados, percebe-se que a empresa necessita apurar seus prazos médios para poder financiar seu caixa com capital de giro próprio, diminuindo assim suas necessidades de recursos de terceiros, pois o estudo revela que o cliente apresenta alto custo financeiro no final do exercício apurado. Pode-se concluir que é importante a análise com base nos demonstrativos financeiros antes de conceder o crédito, pois conforme o estudo demonstra, pode-se ter empresas que estão com o grau de endividamento elevado, não possuindo capacidade de pagamento.

Palavras-chave: Concessão do Crédito. Crédito. Análise de Crédito.

[1] Acadêmico da 8ª Fase do Curso de Ciências Contábeis, do Centro Universitário UNIFACVEST.
[2] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências da Computação. Doutorando em Direito pela Universidade Veiga de Almeida - UVA.
[3] Graduado em Ciências Econômicas. Especialista em Finanças e Controladoria. Mestre em Educação.
[4] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências Contábeis.

THE IMPORTANCE OF CREDIT IN BUSINESS

Cristofer Ribeiro Deboite[1]
Ceniro Ferreira de Sousa[2]
Ana Paula Rampi[3]
Eder Claudio Bastos[4]

ABSTRACT

This work consists in the presentation of an analysis based on the financial statements at the moment of granting the credit destined for a client. The theoretical basis is composed by data collection. This general objective is to identify probable risks of default. In order to carry out this study it was necessary a bibliographic research and case study, where the main indicators for financial analysis will be approached in the theoretical reference. Through the case study will be an analysis of the financial indicators of a company, measuring these indices to demonstrate if they present risks of default. The results obtained by the study reveal that the company does not present satisfactory indexes, such as: liquidity index, average terms of receipt, degree of indebtedness. Regarding the results, it is clear that the company needs to calculate its average maturities in order to finance its cash with its own working capital, thus reducing its needs for third-party resources, since the study reveals that the client has a high financial cost at the end of the year. exercise. It can be concluded that the analysis based on the financial statements is important before granting the credit, because as the study shows, one can have companies that are high in debt and have no ability to pay.

Keywords: Credit Grant. Credit. Credit analysis.

[1] Acadêmico da 8ª Fase do Curso de Ciências Contábeis, do Centro Universitário UNIFACVEST.
[2] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências da Computação. Doutorando em Direito pela Universidade Veiga de Almeida - UVA.
[3] Graduado em Ciências Econômicas. Especialista em Finanças e Controladoria. Mestre em Educação.
[4] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, serão demonstrados os objetivos gerais e específicos do estudo os quais demonstram as devidas ações a serem tomadas para solucionar o problema proposto, em seguida a justificativa relatando a fundamental importância deste trabalho acadêmico e a metodologia onde mostra as principais formas de pesquisa.

Os temas abordados na fundamentação teórica serão Concessão de Crédito nas empresas, nele será demonstrado seu conceito, importâncias, procedimentos e técnicas utilizadas para liberação de crédito, sabendo identificar e minimizar eventuais riscos de créditos que possam ocorrer.

Será demonstrado o estudo de caso, onde com base nas demonstraçõesfinanceiras dos clientes, se podem realizar estudos, cálculos e analisar o segmento da empresa,para poder observar a melhor forma de análise de crédito, a fim de conceder o crédito a seus clientes com o menor risco de inadimplências.

O estudo tem o objetivo de analisar a situação econômica de seus clientes, buscando conceder o seu crédito para ampliar o faturamento das suas vendas e se manter forte no mercado de trabalho.

E para finalizar este estudo o quarto capítulo mostra as considerações finais, onde relata se a pesquisa resolveu o problema, o que será mais viável para a empresa e como se chegou a esta conclusão, demonstra também a posição de entendimento do acadêmico diante o tema.

E por último o quinto capítulo apresenta o embasamento teórico, as referências bibliográficas usadas como base no estudo.

1.1 Justificativa

A concessão de crédito desempenha um fator de ampla importância para as empresas, tendo como um diferencial a concessão de crédito no momento de suas vendas, ampliando consideravelmente o faturamento de sua empresa, devido a clientes que necessitam destes recursos para a compra de seus produtos.

O trabalho busca identificar quais os motivos que estão levando os clientes a ficarem inadimplentes com a empresa e também se a mesma possui um padrão eficaz para análise e concessão de crédito.

O estudo se torna viável visto que se tiveram acesso as informações necessárias, que seriam a política de crédito e cobrança da empresa, o método e ferramentas utilizadas na análise de crédito bem como as informações cadastrais dos clientes e referente à pontualidade dos pagamentos e parcelas. E em relação ao prazo estabelecido, o mesmo será suficiente para efetivação da pesquisa.

O propósito do estudo consiste em aprofundar os conhecimentos sobre análise e concessão de crédito, esperandocontribuir para o aprimoramento dos processos, bem como do desempenho da empresa. No intuito de buscar melhores resultados para a empresa procura-se por reavaliar e aperfeiçoar os métodos usados para conhecer o perfil do cliente que compra a prazo.

A incidência de inadimplência acontece, normalmente, na ocasião em que há ausência de informações fidedignas no momento da análise de crédito, causada por falta de técnicas de gestão de riscos.

De forma prática, o tema desta pesquisa torna-se oportuno na medida em que apresenta, aos analistas de créditos das instituições financeiras, modelagem de gestão que minimizem os riscos na concessão do crédito com intuito de minimizar o risco da inadimplência. Além disto, o conhecimento acadêmico é de fundamental relevância para o acadêmico.

1.2 Objetivo

1.2.1 Objetivo Geral

Este trabalho tem como objetivo pesquisar sobre a concessão de crédito aos seus clientes e seus respectivos impactos.

1.2.2 Objetivo Específico

Identificar os procedimentos necessários para diminuir os riscos existentes na concessão de crédito com base nas informações financeiras.

Verificar os procedimentos e técnicas utilizadas antes da liberação do crédito. Propor um plano de ação para aprimorar a concessão de crédito nas empresas.

1.3 Metodologia

A metodologia se deu por formas de pesquisas bibliográficas, análises de demonstrações contábeis, coletas de dados na empresa, artigos e textos que se tratam da concessão de crédito.

O trabalho se complementará com um estudo de caso, onde é elaborado tanto na teoria como na prática as análises das demonstrações contábeis de um cliente para a tomada de decisão.

2 A IMPORTÂNCIA DA CONCESSÃO DE CRÉDITO NAS EMPRESAS

Neste estudo serão abordados temas com relação à análise de crédito, concessão de crédito, procedimentos necessários para diminuir os riscos, e os assuntos pertinentes a este.

2.1 Conceito de Crédito

É o ato de vontade, disposição e disponibilidade para ceder temporariamente parte de seu patrimônio a um terceiro, com prazo para o retorno desta operação.

Crédito é todo ato de vontade ou disposição de alguém de destacar ou ceder, temporariamente, parte do seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte a sua posse integralmente, depois de decorrido o tempo estipulado. (SCHRICKEL, 2000, p. 25)

O fato de crer, de dar credibilidade, seja em forma de valores, através de um financiamento, ou na venda de um produto, ou de um bem a uma pessoa, na confiança

de que este valor será devolvido, pode ser muito duvidoso por parte de que está cedendo este crédito. Para isso a pessoa tomadora do crédito, tende a conquistar a sua credibilidade junto ao mercado, sempre cumprindo com o acordo que assumiu para a quitação de seus débitos. "O crédito inclui duas noções fundamentais: confiança, expressa ma promessa de pagamento e tempo, que se refere ao período fixado entre a aquisição e a liquidação da dívida" (SANTOS, 2011, p.1). Para dar credibilidade a uma pessoa, alguns procedimentos devem ser realizados por parte de quem estiver concedendo o crédito, a fim de analisar as condições e todas as informações do tomador do crédito.

Por meio do crédito, o cliente passa a ter um poder de compra maior podendo contribuir para o processo produtivo na economia no país. Além disso, o crédito serve para criar oportunidades de novos negócios e dar condições para as empresas, com pequeno capital próprio, girar a sua produção.

2.2 Concessão de Crédito

Com a elevada concorrência e a disputa de mercado entre as empresas tanto no fornecimento de produtos, como na prestação de serviços, a concessão de crédito vem se tornando um fator crucial nas empresas, sendo de grande diferencial na decisão de compra do seu cliente. Com isto, tendem a aumentar as vendas da empresa e por conseqüência conseguir ampliar a sua produtividade e maximizar a sua lucratividade.

A concessão de crédito se manifesta através de uma relação contratual, estabelecida entre o consumidor e o fornecedor, onde em razão desde contrato, pode o consumidor ter acesso a alguns bens, serviços ou produtos.

Conceder crédito oferece inúmeros benefícios, essa atitude pode gerar um aumento na atividade dos negócios e uma ampliação da carteira de clientes, incrementando também o faturamento da empresa.

2.3 Riscos de Crédito

Risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, em decorrência da incapacidade econômico-financeira dos clientes.

Esse risco tem relação com fatores internos e externos da empresa, que podem prejudicar o pagamento do montante de crédito concedido.

Mesmo tomando todas as precauções, vender a prazo e conceder crédito a um cliente é sempre uma ação que envolve riscos para qualquer empresa.

A avaliação do risco para minimizar a inadimplência reflete a diversidade de informações disponíveis para análise.

A análise de crédito é imprescindível, tendo como seu objetivo minimizar os riscos, por meio da análise examina a capacidade de pagamento e fragilidades do tomador assim auxiliando a redução da inadimplência.

2.4 Análise de Crédito

Tem a capacidade de analisar e interpretar o conjunto de informações que são coletadas do tomador de crédito, analisando dados cadastrais, através de ferramentas

específicas de análise, buscando garantias de que este irá honrar com o pagamento de sua dívida.

A função da análise de crédito consiste em avaliar a capacidade de pagamento do tomador, visando sempre assegurar a reputação e a solidez da empresa concessora de crédito, para que possa garantir o retorno aos acionistas maximizando a sua riqueza (SILVA, 2003).

Em âmbito geral, a análise de crédito é um processo que envolve a reunião de todas as informações disponíveis a respeito de um tomador de crédito, com o objetivo de decidir sobre a concessão ou não de crédito para o solicitante.

> A análise de crédito envolve a habilidade de fazer uma decisão de crédito, dentro de um cenário de incertezas e constantes mutações e informações incompletas. Esta habilidade depende da capacidade de analisar logicamente situações, não raro, complexas, e chegar a uma conclusão clara, prática e factível de ser implementada (SCHRICKEL, 1998, p. 27).

A análise de crédito proporciona uma visão geral da empresa demandante, fornecendo de forma clara e objetiva o seu desempenho econômico-financeiro, sendo essencial e vital para a tomada de decisão relativa ao crédito.

2.5 Os C's do Crédito - Ferramenta de Análise de Crédito

Uma gestão de risco de crédito eficiente se apoia em alguns valores bastante conhecidos pelas empresas e seus setores financeiros. Para Silva (2006) a decisão baseia-se na experiência adquirida, disponibilidade de informações e sensibilidade de cada analista quanto ao risco de crédito, os C's do crédito são utilizados pelos analistas para a tomada de decisão.

Para melhor entendimento dos C's do Crédito, aborda-se na sequência deste trabalho os 6 C's descritos por Silva (1998), tendo como ferramenta para análise do crédito:

1. Caráter: está vinculado ao histórico financeiro do cliente e sua reputação no mercado. Aqui, analisa-se principalmente as transações efetivadas no passado;
2. Capacidade: diz respeito à capacidade que a empresa solicitante do crédito possui para saldar a dívida;
3. Capital: corresponde ao patrimônio líquido da empresa-cliente e seus sócios. Tudo aquilo que compõe o inventário do solicitante do crédito;
4. Colateral: se refere às garantias dadas em troca do crédito. A exemplo, pode-se citar equipamentos da empresa, imóveis, ativos, entre outros;
5. Condições: tem como premissa a atual situação financeira do cliente, suas perspectivas e potencial para crescimento ou declínio.
6. Conglomerado: representa a análise do grupo econômico ao qual o tomador pertence.

2.6 Inadimplência

Consiste na falta de cumprimento de uma obrigação, principalmente de teor

financeiro. Configura-se quando alguém não cumpre com um compromisso previamente estabelecido.

Conforme Ângelo e Silveira (2000, p. 273):

> O termo inadimplência refere-se ao devedor que inadimpli, que não cumprem no termo convencionado suas obrigações contratuais. De acordo com essa definição, qualquer atraso, mesmo que por um dia, colocaria o consumidor na condição de inadimplente.

Para Gitman (1997), a principal causa da inadimplência é a deficiência da administração, no qual seria responsável por mais de 50% dos casos. Para diminuir a inadimplência, as instituições financeiras necessitam reduzir os riscos ao conceder o crédito, dessa forma, é indispensável à análise detalhada sobre as informações do tomador, como pretendem pagar, as garantias.

Desta maneira toda instituição financeira está exposta ao risco na inadimplência ao conceder crédito, para reduzir tais riscos, é fundamental que faça uma análise criteriosa.

3 ESTUDO DE CASO

3.1 Caracterização da Empresa

Razão Social: Sudati Painéis Ltda.

CNPJ: 08.803.452/0001-13

Fundação: 2006.

Endereço: Rodovia SC 425 Km 36. Otacílio Costa – SC.

Total de funcionários: 306.

Desenvolvido em uma empresa cujo ramo de atividade é venda de MDF (Medium Density Fiberboard), que significa fibra de média densidade. Para fins de pesquisa a empresa e os valores denominam-se fictícios.

A empresa possui grande participação no mercado de MDF, o cliente consegue escolher os modelos, onde possui inúmeras cores, a espessura das chapas, sendo elas 6, 12, 15, 18 e 25 mm e a quantidade de paletes que se deseja. Grande partes de suas vendas são feitas através da concessão de crédito a seus clientes, tendo desta forma, um ponto forte contra os seus concorrentes, pois a busca por esta forma de compra vem sendo bastante almejado.

3.2 Analisando o Cliente

Quando o cliente necessita adquirir o produto através da concessão de crédito,

é solicitado aos clientes as suas devidas demonstrações contábeis das suas empresas, onde seanalisa criteriosamente a empresa do solicitante, com o objetivo de analisar a real situação da empresa em determinada data.

As demonstrações contábeis utilizadas para o estudo têm como data base o balanço patrimonial e DRE de 2017.

3.3 Análise do Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial do Cliente "Alfa" em estudo, que compreende as contas do ativo e passivo com datafindo em 31 de dezembro de 2017, com a finalidade de demonstrar a situação em que está a sua empresa.

A empresa apresenta um ativo circulante de alta representatividade frente ao ativo total, demonstrando alto volume de bens e direitos de curto prazo, têm 63% do seu Ativo quese refereao Estoque, ou seja, a empresa possui um estoque alto e "saudável" só depende da venda destes bens para tornar o ativo um recurso líquido. Outro fator relevante é que grande parte do seu estoque é financiado, porém parte da sua dívida é em longo prazo, conseguindo assim honrar com seus compromissos.

No passivo, observamos também uma alavancagem com recursos de terceiros, pois 66% do passivo estão alocados no Passivo Circulante e Passivo não Circulante, frente 34% de Patrimônio Liquido. Isso não significa que o indicador seja ruim, no entanto se esta alavancagem for com recursos onerosos (Instituições financeiras), poderá estar indicando uma fragilidade.

No caso acima, podemos observar que a empresa busca recursos onerosos para suprir seu caixa, o que gera um alto volume de despesas financeiras, impactando diretamente no resultado da empresa.

3.4 Análise da Demonstração do Resultado do Exercício

A empresa em estudo apresenta um alto custo das mercadorias, porém compatível com o setor de atuação. Apresentou também um lucro liquidomuito bom de 7,48%, em frente a uma inflação anual do país de 4%. No demonstrativo verifica-se que a empresa gasta 11,21% de sua receita operacional líquida com despesas financeiras, ou seja, valor superior ao seu resultado final.

Apesar do alto custo com mercadorias e despesas financeiras, a empresa consegue apresentar resultado positivo, no entanto há espaço significativo para melhoria.

3.5 Análise dos Indicadores

Foram analisadas as seguintes fórmulas abaixo com base nas demonstrações contábeis do cliente:Com base nas informações apresentadas pelos indicadores para fins de análise financeira, podemos perceber que a empresa apresenta liquidez seca de 0,48,esse indicador demonstra que a empresa possui um bom estoque e quese vendendo todo ele,além de conseguir honrar com seus compromissos terá um ótimo lucro.

Quando se analisa os indicadores de prazos, fica evidente que a empresa precisa de recursos de terceiros para financiar seu caixa, pois o prazo de pagamento é significativamente inferior ao de recebimento. Esse indicador, combinado com alto volume

de estoque, faz com que a empresa constantemente busque recursos de terceiros para equilibrar seu caixa, aumentando assim o seu endividamento com terceiros.

Apesar do endividamento oneroso, a empresa consegue ter uma margem final de 7,48%, margem aceitável para o segmento de sua empresa. No entanto esse resultado poderia ser muito superior caso a empresa conseguisse ajustar os indicadores de prazos, reduzindo assim sua alavancagem com recursos onerosos de terceiros.

4 ANÁLISE DO ESTUDO DE CASO

Com base nas informações apresentadas do Cliente Alfa foi possível analisar o Balanço Patrimonial, Indicadores e DRE com data finda em 31 de dezembro 2017.

Destaca-se que o Clienteestá com o grau de endividamento com instituições financeiras razoáveis, seus indicadores de liquidez são satisfatório e possui um estoque bastante "saudável", porém apresentam prazo médio elevado, precisando de recursos para girar seu caixa.

Pode-se destacar que o cliente apresenta um lucro líquidobastante satisfatório para a área de segmento da sua empresa. porém para fins de análise, apresenta grande despesa financeira, oriunda de seus endividamentos que estão alocados entre empréstimos e descontos de duplicatas.

Analisando de forma mais criteriosa,conclui-se que se deveconceder a concessão de crédito ao cliente, pois apresenta alto valor em estoque, seus índices de liquidez também são bastante satisfatórios e seu lucro liquido demonstra que a empresa esta em boas condições.

Porém a situação em que a empresa encontra-se atualmente poderá ser melhorada,aperfeiçoando no seu planejamento estratégico, financeiro e orçamentário, visando aumentar seu capital de giro a fim de liquidar suas dívidas financeiras e a dependência de terceiros. Pode-se utilizar de vários métodos, tais como:

- Vendendo parte do seu estoque, a fim de liquidar parte das despesas financeiras, gerando assim consequentemente menos juros.
- Abrir contas de investimento: com isto permitirá que a empresa receba juros sobre quaisquer saldos de caixa que sobrar ao final do mês;
- Reduzir custos: avaliando os custos gerais, verifique se há oportunidades para diminuí-los, reduzir despesas gerais tem um impacto direto sobre a rentabilidade das empresas.
- Ativos improdutivos: Analise se a empresa possui ativos improdutivos, pois muitas vezes estará somente armazenando e gerando custos para o caixa, sem gerar receita, podendo ser vendido e aplicado o seu capital.
- Contas a receber: monitore as contas a receber de forma eficaz, garantindo que estejam cobrando seus clientes corretamente e recebendo-os seus recebíveis sempre em dia.
- Contas a pagar: Negocie condições de pagamentos mais longas com seus for necedore sempre que possível, para manter seudinheiro aplicado por mais tempo.
- Rentabilidade: Reveja a lucratividade da cesta de produtos e serviços. Avalie se os preços podem ser aumentados em uma base regular para manter ou aumentar a rentabilidade, à medida que seus custos aumentam e os mercados mudam os preços precisam ser ajustados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de apresentar umaanálise com base nas demonstrações financeiras de uma empresa que atua no setor de MDF, que devido o atual cenário da economia, redução das margens e prazos longos, necessitam de recursos de terceiros para financiar suas atividades.

Com o grande crescimento por demanda de crédito, as empresas estão cada vez mais preocupadas com o risco de inadimplência ao conceder seus créditos aos clientes, sendo indispensável uma criteriosa análise das empresas no momento da liberação de algum crédito.

No objetivo geral desse trabalho almejou-se aplicar um modelo de análise das demonstrações financeiras, tal objetivo foi atingido no decorrer da fundamentação teórica e posteriormente aplicada no estudo de caso.

Em relação ao primeiro objetivo específico, foram verificadas quais as principais análises financeiras utilizadas no processo de análise de crédito. Constatou-se que no momento da análise são utilizados como base de informações, os Balanços Patrimoniais e DRE, destacando os índices de liquidez, endividamento, prazos médio e margens.

Quanto ao segundo objetivo específico foi criada uma planilha para análise das demonstrações financeiras do cliente em estudo, utilizando os dados dos Balanços Patrimoniais, DRE e seus indicadores.

Em relação ao terceiro objetivo específico foi aplicado às informações obtidas nos Balanços Patrimoniais e DRE das empresas, onde foi possível calcular os índices de liquidez, índices de endividamento, prazos médios, margens, despesas e lucro do período analisado. C tomar sua decisão para liberação de crédito.

Concluir-se que, através do estudo aplicado com base nas informações financeiras das empresas, foi alcançado o objetivo do estudo, onde foi possível verificar que a empresa analisada apresenta uma situação financeira favorável para aquisição de um novo empréstimo. Foram evidenciados que o cliente está com um ótimo estoque, com bons índices de liquidez, e com um lucro líquido bastante favorável para honrar com seus compromissos. Podem ser ressaltadas algumas melhorias a empresa, mas nada que venha a afetar a liberação de seu crédito até o momento.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Cláudio Felisoni; SILVEIRA, Augusto Giesbrecht. **Finanças no varejo.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, et al **Monografia para os Cursos de Administração, Contabilidade e Economia.** 2º. Ed. São Paulo, SP: Atlas S.A, 2006.

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de marketing**: metodologia. planejamento. 6. ed. Sao Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, Edno Oliveira dos. **Administração financeira das pequenas e médias em-**

presas. São Paulo: Atlas, 2001.

SCHRICKEL, W. K. **Análise de Crédito**: Concessão e Gerência de Empréstimos. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2000.

SILVA, J. P. da. **Gestão e análise de risco de crédito**: intermediação financeira e banco múltiplo. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosEPG/EP-G00078_06_O.pdf Acessado em: 11/04/2018.

A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DO MÉTODO DE CUSTEIO ABC COMO FERRAMENTA DE GESTÃO EMPRESARIAL

Alessandro Lopes Felisberto[1]
Ceniro Ferreira de Sousa[2]
Ana Paula Rampi[3]
Eder Claudio Bastos[4]

RESUMO

Considerando que o estudo sobre Custeio Baseado em Atividades (ABC) é extremamente importante para a sempre sas a medida em que desperta o interesse dos gestores, portrazer informações úteis para a tomada de decisões empresariais. No presente trabalho apresenta-se um estudo que tem por objetivo principal desenvolver os métodos utilizado para apuração do custo através do Método de Custeio (ABC). Através do custo total indiretodemonstrarcomodesmembrarocusto,sendoomesmorateadonasatividadesda empresa. Foi constatado que os resultados desse estudo auxiliam os gestores a utilizar esta ferramenta como fator relevante na tomada de decisão. Conclui-se que a partir do momento que se utiliza esse método a empresa passará a ter outros olhos sobre a composição dos seus custos, podendo tomar decisões mais precisas que vão por consequências maximizar a sua lucratividade utilizando-se dos valores encontrados através desta forma de custeio. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica atualizada sobre o tema, esta enriquecida de autores que fundamentam oassunto.

Palavras-chave: Custeio Baseado em Atividade, ferramenta de gestão, tomada de decisão.

ABSTRACT

We consider that the study on Activity-Based Costing (ABC) is extremely important for companies to the extent that it arouses the managers' interest in bringing useful information to make business decisions. In the present work we present a study whose main objective is to develop the methods used to calculate the cost through the Costing Method (ABC), we try to show how this tool is useful. Through indirect total cost we try to show how to dismember cost, being the same prorated in the activities of the company. We found that the results of this study help managers to use this tool as a relevant factor in decision making. We conclude that once this method is used the company will have different eyes on the composition of its costs, being able to make more precise decisions that will consequently maximize its profitability using the values found throught his form of costing. The methodology used was the updated bibliographical research on the subject, this enriched of authors that base thesubject.

Keywords: Activity-based costing, management tool, decision making.

[1] Acadêmico da 8ª Fase do Curso de Ciências Contábeis, do Centro Universitário UNIFACVEST.
[2] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências da Computação. Doutorando em Direito pela Universidade Veiga de Almeida - UVA.
[3] Graduado em Ciências Econômicas. Especialista em Finanças e Controladoria. Mestre em Educação.
[4] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências Contábeis.

1. INTRODUÇÃO

A identificação dos custos de uma empresa é fundamental para a boa gestão, e são várias as formas que se pode encontrar o custo de um produto ou serviço. Ao longo do tempo os métodos de custeio vêm evoluindo, e o método ABC (custeio baseado em atividades) é uma forma de se analisar os custos através das atividades desenvolvidas na empresa, para auxiliar nagestão.

No primeiro capítulo o trabalho irá desenvolver a justificativa, os objetivos e a metodologia utilizada para a sua realização. No segundo capítulo será apresentado o desenvolvimento e fundamentação do tema, analisando como o custeio por atividade serve para auxiliar na gestão empresarial e os diversos fatores que influenciam para o desenvolvimento desse método de custeio. No terceiro capítulo os direcionadores de custos indicarão como as atividades consomem esse custo, e assim determinam o rateio.

Eporfimseráaplicadoumestudodecasodesmembrandooscustosindiretospara as atividades desenvolvidas e as consideraçõesfinais.

1.1 Justificativa

A ideia em desenvolver a pesquisa e o estudo do custeio baseado em atividades é apresentar o trabalho como forma de aprofundamento no tema, pois até então os estudos foram direcionados para aplicação dos custeios tradicionais, sendo que esse método tem grande importância quando utilizado pelas empresas, podendo ser útil na tomada de decisão.

1.2 Objetivo

O objetivo é transformar a informação através de dados brutos, podendo ampliar o entendimento de quem for se beneficiar com essa ferramenta.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do trabalho a ser desenvolvido é apresentar a ferramenta de gestão: MÉTODO DO CUSTEIO ABC aos administradores e contadores para que esta os auxiliem quando da tomada de decisões.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para a elaboração do trabalho foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: Apresentar um estudo direcionado no custo que as atividades representam para a empresa. Analisar como o custeio baseado em atividades influenciam na tomada de decisões.

Estudar um caso de aplicação do método em dois produtos através das atividades desenvolvidas.

1.3 Metodologia

A metodologia está enriquecida de autores que abordam o assunto e o conceituam, pesquisas de artigos, revistas e aulas que influenciaram para o desenvolvimento do trabalho, moldadas pelas normas de metodologia vigente, autores como Evandir Megliorini, Eliseu Martins entre outros que fundamentam a pesquisa desse estudo, tornando suas contribuições de grande importância para entendimento do assunto. O estudo de caso foi baseado sobre os estudos do Evandir, que demonstra passo a passo para apurar o custeio baseado em atividades.

2 GERENCIANDO COM O (ABC) CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES

O Custeio Baseado em Atividades fundamenta-se no custo que cada atividade gera para a empresa, através de pesquisa com os departamentos envolvidos é possível coletar informações relevantes para a confecção do custo desejado. Porém um pouco trabalhoso, esse método de custeio auxilia os gestores em suas decisões diante da organização, pois ele avalia a atividade que gerou ocusto.

Conforme Megliorini (2012 p.190): as atividades podem ser representadas por ações ou trabalhos específicos realizados com o objetivo de converter recursos em produtos ou serviços. Nesse sentido o método de Custeio por Atividades diz que todo custo tem uma origem, logo essa origem se dá pela atividade que a empresa desenvolve, pensando nisso o gestor tem em mãos uma ferramenta que lhe indica a parcela que cada departamento representa ao seu custo total, que são necessários para a produção de um bem ou serviço.

A inovação do custeio ABC combina diversos fatores que devem andar juntos para o trabalho na redução dos custos, utilizando apenas o necessário para a produçãoda empresa. Esses fatores estão ligados a pessoas, materiais, tecnologia e seu ambiente. Toda essa informação gerada serve para o gestor ter uma visão ampla do que estáacontecendo nos departamentos de sua empresa, cabe a ele desenvolver as ações cabíveis quando entendendo através das áreas analisadas qual o custo que cada atividaderepresenta.

Após essa análise do gestor, ele pode decidir quais atividades podem ser excluídas ou reduzidas do processo produtivo, por não agregarem valor aos produtos e serviços ou então fazer seu orçamento com base nos custos apresentados no custeioABC.

Como o custeio ABC está ligado a atividade e a atividade está ligada às pessoas que realizam, o gestor deve achar a melhor forma de produzir com um custo favorável no mercado, para que faça clientes e consigamantê-los. Quando falamos nas atividades todo o pessoal envolvido deve ser conscientizado no trabalho da redução dos custos na produção, para que na formação do preço possa alcançar um bom resultado e passar ao mercado um valor consideravelmente justo. Para Martins (2010 p.288): “ a análise de valor deve ser realizada sempre sob a ótica do cliente, interno ou externo, isto é, daquele que recebe e utiliza o bem ou serviço gerado pela atividade.”

3 DIRECIONADOR DE RECURSO

O custeio ABC tem por diferencial dos demais custeio pela forma que é alocado os custos aos produtos. Estão relacionados a essa técnica de custeio os objetos que interessam os gestores da empresa que pode ser: produtos, serviços, clientes, canais de distribuição, etc.

Ao separar os departamentos por centro de custos, deve-se identificaras atividades que os mesmos desenvolvem, e usar critérios que sejam relevantes para a empresa, para que possa apurar o devido custo. Segundo Megliorini (2012 p.190): direcionadores de recursos são aqueles que identificam como as atividades consomem recurso, considerando a relação entre eles e as atividades e permitindo custeá-las e direcionadores de atividades são aqueles que identificam como os objetos de custeio consomem as atividades, permitindo custeá-las.

4 ESTUDO DE CASO

Após todas as informações necessárias para se calcular os custos pelas atividades da empresa é hora de pôr em prática o método ABC. A empresa Sempre Produzindo produz somente os produtos A e B, os custos do período foram:

Os custos de matéria prima e de mão de obra são alocados diretamente aos produtos A e B, sendo 43% para o produto A e 57% para o produto B.

Os custos totalizaram R$ 715.000,00. Esse montante só foi capaz de ser gerado devido as atividades que a empresa necessita promover para manter sua capacidade produtiva, os próximos passos desse estudo é identificar como cada atividade contribui na formação do custo total. Os custos indiretos tiveram um total de R$540.000,00. Foram distribuídos para compras, almoxarifado, montagem, recurso humanos e financeiro na pintura.

Com base no consumo se faz a distribuição dos custos nas atividades, o cálculo é simples, a partir da divisão encontrada na tabela 4 multiplica-se pelo valor que cada departamento consome apresentado na tabela 2. Exemplificação na tabela 5.

Com os direcionadores de atividades é possível identificar como os objetos de custeio consomem as atividades, permitindo custeá-las. A tabela 6 demonstra através dos direcionadores quanto cada produto consome das atividades.

Após identificação de quantos direcionadores estão relacionados aos produtos, cabe aplicar seu percentual encontrado para calcular o custo por produto, ou seja, quanto cada produto absorve por atividade desenvolvida, exemplificado na tabela 7.

Os custos estão todos calculados usado as etapas do ABC, basta unir os diretos determinado no início do estudo com os indiretos que foram determinados através das atividades para descobrir os motivos que os geraram.

O presente estudo mostrou como cada atividade contribuiu para a geração do custo total, os custos indiretos foram separados por departamento, logo cada departamento indicou quais atividades realizam e dividido o custo total do departamento para essas atividades, por fim as atividades indicaram quais são seus direcionadores desse custo, que nada mais é a quantidade de fornecedores ou a quantidade de pedidos de compras que o departamento compras utiliza, por exemplo.

Diante de uma tomada de decisão os gestores conseguirão analisar através do custeio por atividade quais departamentos e consequentemente quais atividades estão contribuindo para a geração do custo indireto total dos produtos. Suas ações determinarão quais produtos devem incentivar e quais devem se reduzir ou suspender a produção, as atividades utilizadas por cada produto influenciam bastante, e cabe a organização fazer uma leitura através dos dados e verificar se as atividades e seus direcionadores são realmente importantes para aprodução.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o trabalho realizado colaborou para identificar e mostrar como o método pode estar auxiliando na tomada de decisão empresarial pela ótica que se tem sobre o custo desenvolvido pela empresa. Toda ferramenta é de extrema importância para os gestores, porém o método de Custeio por Atividades consegue abrir as informações que já estão contidas nos métodos mais comuns utilizado pelas empresas atuais, conseguindo identificar quais os fatores que contribuíram para chegar no custototal.

Todo o conteúdo foi aplicado sendo fundamentado como os autores que falam sobre o assunto e aplicado na prática em um estudo de caso, que mostrou como foi realizado o cálculo.

Quando o autor Megliorini (2012 p.189) diz que a proposta do Custeio Baseado em Atividades é apropriar os custos indiretos às atividades, devemos concordar com sua tese, pois os cálculos demonstraram como esse custo foi consumido pelas atividades que é o principal objetivo do estudo, nesse mesmo entendimento os gestores conseguem definir as ações cabíveis referente a cada atividade desenvolvida.

Na atualidade a gestão de custeio baseado em atividade proporciona uma vantagem para as empresas que trabalham com essa ferramenta, a organização consegue analisar as suas atividades e trabalhar na prevenção do custo, ao invés de reduzir, conseguindo um melhor resultado na elaboração de seu orçamento.

Para as empresas que trabalham ou pretendem trabalhar com essa forma de custeio, precisam uma boa observação de suas atividades, envolve tempo e exige diversas informações, seria vantagens para empresas de médio e grande porte que sustentam uma grande demanda de produtos ou serviços, e pretender minimizar seus custos com uma melhor análise de sua formação, porém um pouco complexo as organizações que trabalham com essa ferramenta está um passo à frente, por levantar informações relevantes, quanto mais informação se obtém, maior será sua ferramenta para tomar decisões, a partir do momento que analisam e interpretam, e consegue trabalhar com isso, se torna um benefício para a empresa.

BIBLIOGRAFIA

FERREIRA, J, Ricardo. **Contabilidade de Custos e Análise das Demonstrações.** 9. Ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2014.

LEONE, George. **Curso de Contabilidade de Custos.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEGLIORINI, Evandir. **Custos:** análise e gestão. 3 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012.

AUDITORIA EM ESTOQUE COM ESTUDO DE CASO EM UMA REDE DE SUPERMERCADOS

Wesley Mendes Lorenzetti[1]
Ceniro Ferreira de Sousa[2]
Amanda Miranda Silva[3]
Eder Claudio Bastos[4]

RESUMO

A auditoria é uma metodologia muito importante desenvolvida pelo homem, servindo como ferramenta indispensável para avaliar as demonstrações contábeis dentro de uma sociedade empresária, trazendo confiabilidade aos gestores. Tem-se por objetivo demonstrar o quanto esta aplicação é importante dentro das empresas, fundamentando seus aspectos relevantes e mensurando seus resultados, através de contas patrimoniais especificas, como a conta de estoques, que possui papel importante no estudo e averiguação das inconsistências localizadas pelo auditor. A importância de sua utilização vem corrigir erros e demonstrar papeis de trabalhado executados pelo auditor em conformidade com legislação vigente, solucionando e evitando problemas que afetam o crescimento de uma empresa, como, à Rede de Supermercados Rosinha que possui desconformidades nos lançamentos de dados em seu estoque, necessitando de correições fundamentais elaboradas pelo auditor,a fim de solucionar e promover práticas integras dentro desta empresa, sendo toda a metodologia pesquisada através de livros, sites na internet e consulta com profissionais da área contábil.

Palavras-chave: Auditoria. Estoques. Demonstrações Contábeis.

ABSTRACT

The audit is a very important methodology developed by the man, serving as an indispensable tool to evaluate the financial statements within a company society, bringing reliability to the managers. The purpose of this study is to demonstrate how important this application is to companies, based on their relevant aspects and measuring their results, through specific equity accounts, such as the inventory account, which plays an important role in the study and ascertain the inconsistencies found by the auditor The importance of its use corrects errors and demonstrates work roles performed by the auditor in accordance with current legislation, solving and avoiding problems that affect the growth of a company, such as the Rosinha Supermarket Network that has nonconformities in the data releases in its in order to solve and promote integrated practices within this company, and the entire methodology is searched through books, internet sites and consultation with professionals in the accounting area.

Key words: Auditing. Stocks. Financial statements.

[1] Acadêmico da 8ª Fase do Curso de Ciências Contábeis, do Centro Universitário UNIFACVEST.
[2] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências da Computação. Doutorando em Direito pela Universidade Veiga de Almeida - UVA.
[3] Graduado em Ciências Econômicas. Especialista em Finanças e Controladoria. Mestre em Educação.
[4] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências Contábeis.

1. INTRODUÇÃO

Com a grande evolução do mundo o mercado de trabalho juntamente com as empresas, sendo elas pequenas ou de grande porte, precisaram adaptar-se e utilizar formas de obter controle dentro de seus espaços. A criação de métodos que proporcionam facilidade e obtenção de processos positivos, fez com que a auditoria fosse desenvolvida, auxiliando os contadores em seustrabalhos.

A auditoria possui propósitos específicos, onde, através de um auditor são analisadas todas as demonstrações contábeis de uma empresa, verificando erros que tragam problemas significantes ao trabalho executado. Com o desenvolvimento desta "técnica" foram criados vários tipos de normas e leis aplicadas ao trabalho e a profissão do auditor.

A forma de auditar advém dos tipos de problemas encontrados dentre as diversas situações. A auditoria em estoques é um fator importante para localização destes, por ser uma conta de extrema importância para as empresas, pode evidenciar erros que auxiliem no trabalho do auditor.

1.1 Justificativa

Diante de um contexto amplo, a auditoria não é apenas uma tarefa cotidiana, mas um avanço tecnológico de gerações e necessidades empresariais. Com o uso deste método o auditor é capaz de descobrir falhas, sendo um processo decisório que exige amplo conhecimento, especialização e experiência. O ponto chave da aplicação requer observação profunda, e, ao saber escolher o caminho certo poderá trazer a tona todos os paradigmas que desenfreiam fatos importantes, alavancando a confiança de gestores e clientes de uma corporação.

1.2 Objetivo

1.2.1 Objetivo Geral

O presente trabalho tem por objetivo verificar as técnicas direcionadas à auditoria e os papéis de trabalho aplicados pelo auditor com execução na conta patrimonial de estoque da empresa Supermercados Rosinha.

1.2.2 ObjetivoEspecífico

As empresas comerciais necessitam de um controle de estoque efetivo, devido à quantidade de produtos comprados e armazenados. Desta forma tem-se por objetivo:

- Verificar como são aplicadas as práticas de auditoria.
- Identificar atuais tipos de controle de estoque.
- Analisar possíveis erros.
- Aplicar ajustes correcionais.

1.3 Metodologia

Através de pesquisas e buscas em livros, internet e conversas com profissionais contábeis pôde-se averiguar toda a matéria aplicada, com enfoque na auditoria e suas fundamentações, tendo como base na aplicação prática na conta de estoque, assim comprovando o estudo elaborado.

2. AUDITORIA CONTÁBIL

Os primeiros vestígios das funções de auditoria surgiram há muito tempo, com a evolução do capitalismo as empresas que antes eram familiares começaram a crescer necessitando que um profissional independente e com conhecimento técnico atuasse em seu empreendimento a fim de disponibilizar as demonstrações contábeis de forma correta e confiável, dando assim, a criação do papel do auditor. A auditoria é uma metodologia que consiste em um exame profundo de todas as operações, transações, procedimentos e rotinas de uma entidade. Segundo Sá (2002,pg 60):

> A auditoria é aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil. Assim como em outras ciências que permeiam uso das tecnologias, a contabilidade também faz uso de alguns termos específicos inerentes às suas técnicas.

Saber analisar de forma minuciosa todas as movimentações de uma sociedade empresária é o papel de um auditor, especializado em encontrar as inconsistências nas demonstrações contábeis. Esta "técnica" possui extensões, conforme a amplitude de sua realização, dividindo-se em:

- Auditoria Geral: que consiste em um diagnostico total dos lançamentos e registros, que deram origem às demonstrações publicadas na organização auditada.
- Auditoria Parcial ou Especifica: onde são analisadas determinadas situações, como auditar apenas alguns grupos patrimoniais.
- Auditoria Limitada: que tem por objetivo verificar os procedimentos contábeis em um determinado período, podendo ser mensal, bimestral ou semestral.

Dentre as formas de se alcançar um trabalho eficaz, o auditor pode escolher como examinar os fatos que lhe são pertinentes, coletando todos os dados internos juntamente com a documentação comprobatória que originaram as demonstrações, ou, pelo método de amostragem, onde através da percepção e conhecimento o auditor faz testes em algumas contas patrimoniais para verificar distorções relevantes ao processo contábil da empresa. Conforme informa a NBC T 11.11 "o método de amostragem pode apresentar risco na conclusão de quem audita, pois se tem base de apenas um percentual escolhido, podendo este mudar quando se tem uma conclusão de um todo", sendo assim, o auditor precisa planejar, selecionar e avaliar de forma precisa a amostra escolhida.

2.1 Auditoria Interna x Auditoria Externa ou Independente

A auditoria interna é uma atividade voltada para o exame e avaliação de todos os registros, operações e atividades de uma sociedade empresária, realizada por um profissional que possui vinculo empregatício com a instituição. Trabalhar de forma independente é um fator essencial para a eficiência da auditoria interna. O auditor interno desempenha um trabalho importante para a organização que o obtém, trazendo segurança na publicação dos fatos contábeis como também servindo de apoio a tomada de decisão, porém, traz riscos, por ser funcionário da empresa pode apresentar conclusões inadequadas para beneficiar sua contratante.

Já a auditoria externa ou independente é executada por um profissional sem ligação ao quadro da empresa, mediante a um contrato de serviços. Segundo Crepaldi (2009, pg 123):

> A auditoria externa constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão do parecer sobre a adequação com que estes representam a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do Patrimônio Liquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado da entidade auditada consoante as normas brasileiras de contabilidade.

O auditor externo deve estar atento a todos os fatos contábeis em observância aos preceitos legais e normas relativas à execução dos trabalhos e a profissão, reunindo evidencias que devem ser apresentadas de forma significativa para que qualquer pessoa examine, caso o trabalho venha a ser questionado. Através desta analise de todas as normas aplicadas à auditoria e ao auditor que se consegue um planejamento adequado evitando problemas de responsabilidade legal.

2.2 Perfil e Conduta do Auditor

Para aplicar as técnicas de auditoria nos diversos setores, o auditor precisará de conhecimentos inerentes em diversas áreas, além de condições morais e ética profissional. A função de auditar é um destaque na área contábil, pois ao aplicar seu trabalho emitirá um parecer técnico sobre as demonstrações contábeis de outros contadores. Existem características que são necessárias para ser um bom auditor e conduzir suas atividades, dentre as quais estão: condições legais,condições culturais, condições técnicas, condições intelectuais, condições morais e éticas, conduta profissional e sigiloprofissional.

Informam Franco e Marra (2009, pg 204), "que as características apontadas são importantes e necessárias para a atuação do auditor no mercado de trabalho, porém, mesmo com a ausência de algumas delas, o auditor poderá ser um bom profissional". A capacidade de auditar envolve muitas habilidades intelectuais adquiridas, ao longo de um processo de aprendizagem e experiência. Identificar erros e fraudes faz parte deste ato de aperfeiçoamento do auditor independente. Para a NBC TA 240 "fraude é um ato intencional de um ou mais indivíduos da administração, dos responsáveis pela governança, empregados ou terceiros, que envolva dolo para obtenção de vantagem injusta ou ilegal", já o erro para a NBC T 12 "é o ato não intencional resultante da omissão,

desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis".

3. NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

Para atender às exigências de um mercado globalizado foi necessário uma uniformização das normas de contabilidade. Através da criação do comitê International Accounting Standards Board (IASB) esse feito foi possível, modificando os padrões internacionais, permitindo a adoção de critérios únicos e padronizando as informações divulgadas, trazendo conformidade aos usuários contábeis. As normas aplicadas pelo comitê foram adotadas por 100 países incluindo o Brasil, que adotou o processo no ano de 2007, com a publicação da Lei nº 11.638, que altera a estrutura do balanço patrimonial.

O Conselho Federal de Contabilidade publicou uma serie de resoluções que alteraram as normas e os procedimentos técnicos da auditoria contábil, com o objetivo de adequação internacional. Segundo a Resolução do CFC n° 1.298/10, "as Normas Brasileiras de Contabilidade sejam elas profissionais ou técnicas, estabelecem preceitos de conduta profissional, padrões e procedimentos técnicos necessários para o adequado exercício fundado", de forma que regulamentem a execução dos trabalhos do auditor.

3.1 Normas de Auditoria aplicadas ao Auditor e à Execução doTrabalho

As normas aplicadas aos profissionais de auditoria independente são regulamentas pela Resolução nº 821/1997, que originou a NBC P1, modificando as competências, capacidades e responsabilidades que o auditor possui ao assumir à execução dos trabalhos. A principal mudança foi a revogação da NBC T 11 de 1997, que redigia sobre a conceituação e os objetivos da função, sendo substituída pelas NBC TAs, que tratam dos mesmos assuntos, de uma forma mais profunda e incorporam algumas medidas de controle de qualidade dos trabalhos executados. Todos os elementos relacionados ao auditor, desde a cobrança de honorários até a proposta de trabalho são normatizados pelas normas: NBC PA 01, NBC PA 03,NBCPA290,NBCPA291,NBCP1,NBCP1.6,NBCP1.8,NBCP1–IT1NBCP1,

NBC P – IT 3, NBC P 4 e NBC P 5 relativos à pessoa do auditor. A finalidade da criação das NBC TAs é apoiar o profissional especializado em auditar, preparando-o para enfrentar as diversidades e distorções ao longo de um processo, que requer um planejamento profundo para que não ocorraerros.

4. TIPOS DE PARECER/RELATÓRIO DE AUDITORIA

O parecer ou relatório de auditoria é o documento emitido pelo auditor, onde, de forma clara e objetiva expressa sua opinião acerca de todas as analises efetuadas sobre as demonstrações contábeis de uma empresa, ou seja, o produto final do trabalho de auditoria. Conforme a resolução do CFC NR. 700:

O parecer classifica-se segundo a natureza da opinião de quem audita, dividindo-se em:

- Parecer sem ressalva: é emitido quando todas as demonstrações financeiras e contábeis estão de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade.
- Parecer com ressalva: é expedido quando através de uma análise o auditor verifica discordâncias de valores em determinado ponto da execução do trabalho, porém de magnitude que não requeira um parecer adverso.
- Parecer adverso: este parecer é emitido quando as atividades da empresa comprometem substancialmente sua posição patrimonial, possuindo falhas e erros em diversos setores.
- Parecer com obstrução de opinião: é descrito somente quando não se é capaz de comprovar de forma efetiva os resultados da empresa, impossibilitando a fundamentação do auditor.

4.1 A importância do relatório nas contas do ativo

As contas do ativo circulante são o conjunto de bens e direitos de uma sociedade, sendo considerados itens positivos do patrimônio, pois proporcionam ganho e benefícios econômicos. Um ativo saudável é classificado como o dinheiro disponível, responsável em suprir necessidades de emergência e realizar pagamentos de curto prazo. Como fato relevante os estoques é um importante grupo de contas do ativo de uma empresa, através dos recursos armazenados tem-se por objetivo gerar caixa operacional.

Desta forma a auditora tem o papel de verificar as quantidades de produtos, matérias primas e materiais de uso, analisar se os custos das mercadorias ou de produtos em fabricação estão apurados de forma correta, certificar que os relatórios de estoques estão corretos, observar as baixas de produtos vendidos ou danificados assegurando um bom controle interno, devendo observar a distinção de natureza das empresas sendo elas comerciais ou industriais, após estas analises precisas, a necessidade de um parecer especifico é essencial para a sociedade, demonstrando seu estado atual e dando legitimitadade as suas execuções.

5. ESTUDO DE CASO

A empresa fictícia Supermercados Rosinha LTDA iniciou suas atividades em 1980, localizada à Rua Boanerges Pereira de Medeiros, nº 649, Centro, Urubici-SC, é liderada por quatro irmãos, que possuiam a ambição de obter um grande negócio. Começou apenas como uma pequena mercearia, tornando-se uma grande rede de supermercados distribuídos pela região serrana, gerando empregos, renda e movimentando a economia desta região.

Por se tratar de uma empresa com segmento no ramo alimentício, possui uma grande concentração de produtos perecíveis, necessitando de um controle interno de qualidade e armazenamento dos produtos estocados, pois, a perda dos mesmos pode gerar problemas financeiros e diminuição da receita. Os fatores que ocasionam estas baixas são a má conservação dos alimentos nos estoques, onde, o contato com materiais

inferrujados, goteiras, pouca higienização, refrigeração, iluminação desencadeiam desperdícios expressivos, no que implicará em uma queda dos ativos financeiros, gerando perda de lucratividade.

Ao verificar estes tipos de problemas que afetam o crescimento desta sociedade, criou- se um controle interno em cada filial, onde um auditor é responsável por cuidar dos produtos em estoque. Utilizando-se da estratégia de selecionar produtos aleatórios dentro do supermercado, foi possível analisar se as perdas destes produtos estão em conformidade com os lançamentos contábeis efetuados nos estoques.

Abaixo segue a lista dos alimentos selecionados no mês de Outubro de 2018:

TABELA 1- Produtos selecionados em estoque no mês de Outubro.

PRODUTO	CUSTO	QUANTIDADE INVENTARIADA	TOTAL	PERDAS	TOTAL
Açúcar União 5kg	6,87	1.000 unid.	**6.870,00**	15 unid.	6.780,00
Arroz Máximo 1kg	2,95	400 unid.	**1.180,00**	-	1.180,00
Banana Caturra kg	0,99	300 unid.	**297,00**	35 unid.	262,35
Batata Inglesa kg	0,85	250 unid.	**212,50**	45 unid.	178,50
Feijão Pelé 1kg	2,50	700 unid.	**1.750,00**	-	1.750,00
Maçã Fuji kg	2,89	175 unid.	**505,75**	52 unid.	355,47
Óleo de Soja 900ml	1,44	600 unid.	**864,00**	-	864,00
Cebola kg	1,20	230 unid.	**276,00**	60 unid.	276,00
Macarrão 500g	2,50	100 unid.	**250,00**	-	250,00
TOTAL	**-**	**3.755 unid.**	**12.205,25**	**207 unid.**	**11.896,32**

Fonte: Autor

Após realizada à avaliação e aplicação dos cálculos, o auditor responsável por este setor, emitiu o parecer, onde, o mesmo verificou que há inconsistências nos lançamentos contábeis dos produtos selecionados que estão em estoque, sendo que, alguns destes produtos estão contabilizados pelo seu valor total não considerando suas perdas, havendo necessidade de serem regularizados e exibidos pelo seu valor justo,conforme cálculo abaixo:

Açúcar União 5kg
Valor unitário x (total de unidades – perdas) = valor justo.
6,87 x (1.000- 15) = **R$ 6.766,95**

Cebola kg
Valor unitário x (total de unidades - perdas) = valor justo.
1,20 x (230 – 60) = **R$ 204,00**

Outro problema encontrado pelo auditor na aplicação dos cálculos respectivos é com o produto Batata Inglesa, cujo, o valor das perdas se da pelo total de 40 unidades estando em desconformidade com o registro atual que é de 45 unidades perdidas, requerendo novo ajuste em estoque, conforme cálculo abaixo:

Batata Inglesa kg
Valor unitário x (total de unidades – perdas registradas)= valor justo.
0,85 x (250 – 45) = **R$ 174,25**

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre várias análises e estudos conclui-se que a auditoria é de extrema importância para a área contábil e para as empresas que utilizam de sua prática, trazendo benefícios, ajudando reduzir custos e perdas, possibilitando aumento de qualidade e produtividade em diversos setores de uma organização. Com objetivos e propósitos específicos avaliar os riscos e distorções materiais nas demonstrações contábeis vão além de somente auditar, nesse espaço é fundamental que um auditor tenha um completo conhecimento sobre todas as normas e padrões de natureza técnica e ética que envolvem este complexo trabalho.

A auditoria é uma importante ferramenta de gestão empresarial e esta presente nas grandes e pequenas empresas, gerando bons resultados e servindo como destaque para a rotina real em diversas situações. Ganhar agilidade e maior rentabilidade com os papéis aplicados na utilização desta técnica, tem sido cada vez mais necessário em um mundo globalizado onde os erros não são mais tolerados, sendo assim, o objetivo claro da auditoria é demonstrar que um ofício bem elaborado pode trazer benefícios íntegros à uma empresa, como todos os ajustes correcionais aplicados na empresa Supermercados Rosinha, demonstrando seus valores originais que estão em conformidade com os princípios fundamentais da contabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Normas Brasileiras de Contabilidade em Vigor. Brasília,2011.

Resolução nº 1.298/100. **Aprova:** Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade. Brasília, 2010.

CFC- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas de auditoria e perícia**. 2. ed. Brasilia: CFC, 2005.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FRANCO, Hilário Franco. MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. 4. Ed. São Paulo. Atlas, 2009.

GELATTI, C. B. MENEGHETTI, D. FREITAS, R. O. de. TRINDADE, L. de L. **A importância da auditoria nos estoques.** Disponível em:<http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/artigos/vVn01/t009.pdf>. Acesso em: 20 de maio de2018.

NASCIMENTO, Arnaldo. **Auditoria Interna e Externa uma Abordagem Metodológica.** Disponível:<http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/viewFile/8579/>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

SÁ, Antonio Lopes de. SÁ, Ana Maria Lopes de. **Dicionário de contabilidade.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SEMERARO, Tais Fernanda. **Auditoria:** normas e técnicas. Disponível em:<http://w3.ufsm.br/revistacontabeis/anterior/artigos/vV01/t009.pdf> . Acesso em: 08 de maio de 2018.

CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA SIMPLES NACIONAL

Ana Claudia Citon[1]
Ceniro Ferreira de Sousa[2]
Ana Paula Rampi[3]
Eder Claudio Bastos[4]

RESUMO

Neste trabalho será analisado os tramites para constituição de uma microempresa e sua tributação realizada através do sistema Simples Nacional. No Brasil uma grande parte do mercado é composto pelas microempresas e empresas de pequeno porte, por isso o governo criou um sistema de chamado Simples Nacional, que visa possibilitar a tributação mais simplificada e justa para estas empresas. Com este sistema, o governo tenta apoiar e incentivar a formalização desta faixa do mercado, proporcionando um aumento do número de empregos formais e contribuindo com o crescimento da economia do país. O presente trabalho estrutura-se em três capítulos, sendo no primeiro apresentando conceitos relacionados a microempresas e empresas de pequeno porte. No segundo capitulo traz a análise dos sistemas tributários vigentes e no terceiro capítulo, o desenvolvimento prático, utilizando-se de uma empresa fictícia sendo apresentados os seguimentos para sua constituição e tributação através do sistema Simples Nacional.

Palavra-chave: simples nacional, microempresa, empresas de pequeno porte.

ABSTRACT

This paper will analyze the procedures for setting up a microenterprise and its taxation through the National Simple System. In Brazil a large part of the market is made up of micro and small companies, so the government has created a system called Simples Nacional, which aims to make taxation simpler and fairer for these companies. With this system, the government tries to support and encourage the formalization of this market segment, providing an increase in the number of formal jobs and contributing to the growth of the country's economy. The present work is structured in three chapters, being in the first presenting concepts related to micro and small companies. In the second chapter brings the analysis of the current tax systems and in the third chapter, the practical development, using a fictitious company being presented we follow them for their constitution and taxation through the Simple National.

Keyword: simple national, microenterprise, small businesses.

[1] Acadêmico da 8ª Fase do Curso de Ciências Contábeis, do Centro Universitário UNIFACVEST.
[2] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências da Computação. Doutorando em Direito pela Universidade Veiga de Almeida - UVA.
[3] Graduado em Ciências Econômicas. Especialista em Finanças e Controladoria. Mestre em Educação.
[4] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências Contábeis

1 INTRODUÇÃO

No Brasil uma grande parte do mercado é composto pelas microempresas e empresas de pequeno porte, originou-se grupos de estudos por parte do governo para que fosse desenvolvido um sistema que simplificasse os processos administrativos e que além disso, incentivasse o crescimento desta faixa de empresários, responsáveis por grande parte da geração de empregos e serviços do Brasil.

Essa faixa do mercado é composta pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e é exatamente para elas que o governo criou um sistema de tributação simplificada, chamada "Simples Nacional", que visa possibilitar uma forma de tributação mais justa e simples, com algumas vantagens, tornando o mercado mais competitivo.

Para tanto, o presente trabalho estrutura-se em três capítulos, apresentando-se no primeirocapitulo conceitos relacionados a Microempresas e Empresas de Pequenas Porte.

O segundo capitulo traz a análise dos sistemas tributários vigentes e no terceiro capitulo, o desenvolvimento pratico, utilizando-se de uma empresa fictícia sendo apresentado os seguimentos para sua constituição e tributação pelo Simples Nacional.

1.1. Justificativa

Este trabalho é parte integrante dos requisitos na obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis. O assunto abordado apresenta sua importância, já que as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte exercem papel fundamental na economia do país.

Para tanto, alego a responsabilidade que a contabilidade tem com as Leis Tributarias, viabilizando melhores formas de tributação, bem como a indicação da melhor maneira de recolhimento dos impostos para as empresas.

1.2 Objetivo Geral

Este trabalho tem como objetivo geral demonstrar a constituição de uma Microempresa, optante pela Tributação Simples Nacional.

1.3 Objetivos Específicos

- Analisar os requerimentos para constituição de uma Microempresa.
- Demonstrar as particularidades do Simples Nacional.
- Descrever as vantagens e desvantagens do Simples Nacional.

1.4 Metodologia

O processo de metodologia deste trabalho foi realizado através de pesquisas bibliográficas, e sites relacionados ao assunto. Os conceitos apresentados pelos autores Crepaldi, Silvio Aparecido (2010) e Padoveze, Clóvis Luís (2006) são observados de maneira que proporcionaram elucidação no que tange a tributação pelo Simples, e também um esclarecimento quanto aos seus benefícios.

2 CONCEITO DE EMPRESA

Empresas são unidades econômico-sociais, constituídas por elementos humanos, materiais e técnicos, que produzem determinado tipo de serviço ou produto, gerando emprego e lucro. Os doutrinadores também enxergam a expressão empresa com este mesmo conceito.

Segundo Tzirulnik (2005, p.9): "(...) empresa é sinônimo absoluto de atividade econômica organizada para a produção de bens e serviços, nada tendo a ver com estabelecimento empresarial, a despeito de muitas vezes poder haver confusão de ordem semântica".

Elas são pessoas jurídicas com direitos regidos em lei, mas as obrigações cobradas e exigidas pela sociedade, podendo inclusive ser empresas públicas ou empresas privadas.

Cabendo ao Poder Público a Administração das Empresas Públicas, que tem como objetivo principal promover o bem estar da sociedade, ao contrário das Empresas Privadas que visam lucro em sua atividade fim por parte dos proprietários.

2.1 Conceito de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

O fato de saber em qual categoria a empresa se enquadra é importante para que o profissional da contabilidade possa indicar o melhor sistema de tributação para aplicar a empresa, estas categorias são estabelecidas pelo governo no início de cada ano fiscal.

No caso das Microempresas (ME) a receita bruta obtida em cada ano-calendário, igual ou inferior a R$360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais) e as Empresa de Pequeno Porte (EPP) obtido, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$4.800.000,00 (Quatro milhões e oitocentos mil reais).

3 SISTEMA TRIBUTÁRIO

Esse sistema existe para através de arrecadação de recursos da sociedade, promover o seu próprio bem-estar, cumprindo com as obrigações do Estado para com a população. Tem suas variações na forma de tributação de acordo com as especificidades de cada segmento, bem com as orientações das sociedades políticas e econômicas de cada nação (OLIVEIRA, et al., 2011).

É o principal responsável pela manutenção das políticas sociais, assim como a sustentação dos serviços públicos, através do recolhimento dos impostos que se transforma em receita para o bom andamento da máquina governamental.

O sistema tributário deve ter seu alcance a todos, de maneira que incida sobre aqueles que estejam em igualdade de condições, sem fazer nenhum tipo de distinção. Todos devem, guardadas as possibilidades de contribuição, ser devidamente elencados no rol de elementos que compõem o sistema de tributação.

3.1 Lucro Real

Este regime tributário tem base no faturamento mensal ou trimestral da empresa e incide apenas sobre seu lucro efetivo, ou seja, não há a possibilidade de pagamento maior ou menor do que é devido.

Sobre este regime incidem dois impostos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica, ou IRPJ que é de 15% de IRPJ, e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido, que varia entre 9% a 12%. Naturalmente, se não houver lucro, não há incidência de IRPJ e CSLL. Enquanto ao PIS e COFINS, ambos não são cumulativos, ou seja, a soma dos créditos menos os débitos é que vão mostrar o saldo do imposto a ser pago. Pessoas jurídicas poderão apurar o imposto de renda com base no lucro real por períodos de apuração trimestrais encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano – calendário ou anualmente, recolhendo por estimativa mensal e apurando-o também no final de cada ano (PADOVEZE, 2006).

3.2 Lucro Presumido

O lucro presumido, como o nome diz, é a presunção da base de cálculo de dois principais impostos federais: IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a CSLL - Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. Difere do Lucro Real que tributa o lucro líquido ajustado. O limite atual para opção por este regime de tributação é R$ 78 milhões de receita bruta auferida no ano anterior ao ano de opção. A opção é feita com o pagamento da 1ª ou única quota do IRPJ e será irretratável por todo o ano em curso (PADOVEZE, 2006).

Existe uma tabela de alíquotas a ser aplicada a presunção do lucro conforme o ramo de atividade.

3.3 Simples Nacional

O Simples Nacional é um regime tributário simplificado e compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), onde o recolhimento dos tributos é realizado através de uma única guia.

Crepaldi (2010, p.23), cita que o ingresso no Simples Nacional é necessário o cumprimento das seguintes condições:

- Enquadrar-se na definição de microempresa ou de empresa de pequeno porte;
- Cumprir os requisitos previstos na legislação; e
- Formalizar a opção pelo Simples Nacional.
  - Características principais do Regime do Simples Nacional:
- Ser facultativo;
- Ser irretratável para todo o ano-calendário;
- Abrange os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica (CPP).

4 CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA E TRIBUTAÇÃO PELO SIMPLES

No desenvolvimento pratico apresentado a seguir, será demonstrado os processos e tramites para se constituir uma sociedade empresaria limitada, optante pelo regime do Simples Nacional. Utilizar-se-á de uma empresa fictícia, voltada para a atividade de condicionamento físico, atividade de código 9313-1/00 na tabela do Simples, com razão social de Studio de Pilates Mover-se LTDA ME. Sua tributação foi realizada através do sistema tributário Simples Nacional, utilizando-se do Anexo III, tabela de Serviços, enquadrando-se no percentual de 6% de imposto a ser pago.

4.1 Seguimento para Constituição da Empresa

I – Consultar no CONCLA – Comissão Nacional de Classificações a classe de atividade da empresa. Site do IBGE onde pode ser realizado a consulta do código da empresa em que se pretende atuar.

II – Consultar de viabilidade no Sistema de Registro Integrado (REGIN): Essa consulta é um conjunto de vários procedimentos que incluem várias instituições que verificam a viabilidade da empresa implantar sua sede no município.

III – Fazer o DBE –Documentos Básicos de Entrada do CNPJ. Realizado através do site da Receita Federal, na página coleta web. O DBE é um documento que é utilizado para praticar qualquer ato em diversas circunstâncias perante o CNPJ. Ou seja, quando uma pessoa deseja atuar como profissional seja em qualquer área do mercado como pessoa jurídica, ela deve dar entrada ao processo de Documento Básico de Entrada no CNPJ.

IV – Preencher Requerimento Eletrônico (RE) - O Requerimento Eletrônico é um formulário eletrônico em que o cidadão preenche todas as informações necessárias ao Cadastro do Órgão de Registro. Estas informações são verificadas e validadas pelo órgão de registro e as exigências mostradas no próprio requerimento. Ao finalizar o requerimento, o site da junta comercial SC disponibiliza a capa do processo, o recibo de protocolo, a guia Dare, e também um contrato social padrão, que fica a critério dos sócios utilizá-lo, ou fazer um novo conforme as necessidades da empresa. Não sendo mais necessária a declaração de enquadramento da empresa como empresa de pequeno porte, apenas a solicitação na capa do processo, já se faz necessária.

V – Efetuar o pagamento da guia DARE com código da receita 7650 e classe de serviço 21 (Sociedades Empresariais – contrato social) no valor de R$86,00.

VI – Efetuar o pagamento da guia DARF com código da receita 6621 (Serviços de registro do comercio) no valor de R$21,00. Logo, protocolam-se todos os documentos, na Junta Comercial da sede do estabelecimento.

VII –Levar até a junta comercial SC os seguintes documentos: Capa gerada pelo RE, comprovante de pagamento de Dare (86,00), comprovante de pagamento de

DARF (21,00), Cópia autenticada do documento de identidade e CPF dos sócios, 01 via do contrato social, Pedido de Viabilidade válida para tramites da junta comercial(REGIN); DBE assinado pelo sócio administrador, Recibo de entrega do Requerimento eletrônico (RE).

VIII – Acompanhar o andamento do alvará pelo site da junta comercial, via REGIN, pelo número de protocolo gerado pelo Requerimento Eletrônico. Através do REGIN o processo é enviado automaticamente para os órgãos competentes, sendo eles Bombeiro, Vigilância Sanitária, Fiscalização tributária, onde cada um faz as vistorias necessárias, solicita os documentos necessários, e em seguida faz a liberação do alvará.

IX – Paga-se a taxa referente ao alvará.

X – Após a liberação dos alvarás, e necessário ir até os órgãos para ter em mãos os alvarás, onde deverão ficar em local visível no estabelecimento. Sendo obrigatória a renovação anual de cada um.

4.2 Lançamentos apresentados

A movimentação da empresa apresenta os seguintes lançamentos:

1 – Comprometimento dos sócios para a integralização do capital social conforme contrato social no valor de R$50.000,00.

2 – Integralização do capital social pelos sócios no valor de R$50.000,00.

3 – Pagamento de taxa DARE nº168 referente ao registro do contrato social no valor de R$86,00.

4 – Pagamento de taxa DARF referente ao registro do contrato social no valor de R$21,00.

5 – Pagamento de taxa referente ao alvará de licença e localização, funcionamento, vigilância sanitária e bombeiros nº4503378 no valor de R$495,00.

6 – Compra de um aparelho a vista de pilatesKenkorp EMK 2610 conforme N.F. 888 fornec. Bem Estar Equipamentos LTDA valor de R$1.915,90.

7 – Compra a vista de um bebedouro CadencePureVitacfe NF 44.653 no valor de R$159,00.

8 – Prestação de serviço para empresa Sofia Transportes LTDA NF 22.123 no valor de R$2.250,00.

9 – Compra à vista de um computador conforme NF 342 fornec. Informática LTDA no valor de R$1.399,00.

10 – Prestação de serviço recebido a vista NF 237 no valor de R$75,00.

11 – Prestação de serviço recebido a vista NF 247 no valor de R$85,00.

12 – Compra de material de expediente NF 321 no valor de R$233,00

13 – Pagamento da fatura 15.278 do fornecedor SEMANA S/A referente a agua e esgoto do mês 01/2018 no valor de R$65,00.

14 – Pagamento da fatura 98.433 do fornecedor Oi Telecomunicações S/A referente a telefone e internet do mês 01/2018 no valor de R$79,90.

15 – Pagamento da fatura 1563 do fornecedor CELESC S/A referente a energia elétrica do mês 12/2017 no valor de R$165,00.

16 – Prestação de serviço recebido a vista de Indústria MP Embalagens LTDA conforme NF 13.501 no valor de R$3.600,00.

17 – Depreciação referente a um aparelho de academia Kenkorp EMK 2610 ao primeiro mês de uso 10% a.a. / 12 meses, no dia 31/01/2018 no valor de R$15,97.

18 – Depreciação referente a um bebedouro CadencePureVitacfe ao primeiro mês de uso 10% a.a. / 12 meses, no dia 31/01/2018 no valor de R$1,32.

19 – Depreciação referente a um computador ao primeiro mês de uso 10% a.a. / 12 meses, no dia 31/01/2018 no valor de R$11,66.

20 – Provisão de pró-labore referente ao mês 01/2018 no valor de R$954,00.

21 – Valor do INSS descontado do pro labore no valor de R$ 104,94.

22- - Provisão Imposto simples Nacional R$ 360,60

4.3 Lançamentos da Empresa

1 – 15/01/2018
D – Quotistas Conta Capital Social a Integralizar
C – Capital Social subscrito
H: Subscrição do Capital Social da sócia Ana Claudia Citon e Mariele Ferreira Rosa conforme contrato social R$50.000,00

2 – 15/01/2018
D – Caixa
C – Quotistas Conta Capital social a integralizar
H: Valor referente ao capital social integralizado pelas sócias Ana Claudia Citon e Mariele Ferreira Rosa, conforme contrato social registrado na JUCESC sob nº 42202587925. R$50.000,00

3 – 15/01/2018
D – Impostos e taxas estaduais
C – Caixa
H: Pago nesta data taxa DARE referente ao registro do contrato social.
R$86,00

4 – 15/01/2018
D – Impostos e taxas federais
C – Caixa
H: Pago nesta data taxa DARF referente ao registro do contrato social.
R$21,00

5 – 15/01/2018
D – Impostos e taxas municipais
C – Caixa
H: Pago nesta data taxa administrativa para alvará de localização, vistoria de bombeiro, vistoria sanitária.
R$495,00

6 – 15/01/2018
D – Equipamentos para pilates
C – Caixa
H: Pago nesta data Aparelho de PilatesKenkorp EMK cfe N.F 888 fornec. Bem Estar Equipamentos LTDA.
R$1.915,90

7 – 15/01/2018
D – Equipamento
C – Caixa
H: Pago nesta data Bebedouro CadencePureVitacfe NF 44.653.
R$159,00

8 – 15/01/2018
D – Caixa
C – Prestação de serviço
H: Recebimento por prestação de serviços de condicionamento físico a empresa Sofia Transportes Ltda.
R$2.250,00

9 – 15/01/2018
D – Computador
C – Caixa
H: Pago nesta data compra de um computador conforme nota nº342 Informática LTDA .
R$1.399,00

10 – 15/01/2018
D – Caixa
C – Prestação de serviço
H: Recebimento por prestação de serviços de condicionamento físico.
R$75,00

11 – 15/01/2018
D – Caixa
C – Prestação de serviço
H: Recebimento por prestação de serviços de condicionamento físico.
R$85,00

12 – 15/01/2018
D – Material de expediente
C – Caixa
H: Aquisição de material de expediente nesta data conforme NF 987 fornecedor Maria Luísa ME.
R$233,00

13 – 15/01/2018
D – Agua e esgoto
C – Caixa
H: Pago nesta data a fatura de agua e esgoto do mês 01/2018.
R$65,00

14 – 15/01/2018
D – Comunicações e telefone
C – Caixa
H: Pago nesta data a fatura de comunicações e telefone do mês 01/2018.
R$79,90

15 – 15/01/2018
D – Energia elétrica
C – Caixa
H: Pago nesta data a fatura de energia elétrica do mês 01/2018.
R$165,00

16 – 15/01/2018
D – Caixa
C – Prestação de serviço
H: Recebimento nesta data por prestação de serviço de condicionamento físico para Indústria MP Embalagens LTDA.
R$3.600,00

17 – 15/01/2018
D – Depreciação

C – Depreciação acumulada
H: Depreciação aparelho de academia Kenkorp EMK 2610.
R$15,97

18 – 15/01/2018
D – Depreciação
C – Depreciação acumulada
H: Depreciação de um bebedouro CadencePureVitacfe.
R$1,32

19 – 15/01/2018
D – Depreciação
C – Depreciação acumulada
H: Depreciação de um computador.
R$11,66

20 – 31/01/2018
D – Simples Nacional
C – Simples Nacional a recolher
H: Simples Nacional do mês 01/2018.
R$360,60

21 – 31/01/2018
D – Pró-labore
C – Pró-labore a pagar
H: Pró-labore referente ao mês 01/2018.
R$954,00

22 – 31/01/2018
D – Pró-labore a pagar
C – INSS a recolher
H: INSS descontado do contribuinte no mês 01/2018.
R$104,54

4.4 Lançamentos de apuração de resultado do exercício da empresa

23 – 31/01/2018
D – Receita da prestação de serviços
C – Apuração de resultado do exercício
H: Transferência do saldo para apuração do exercício
R$6.010,00

24 – 31/01/2018
D – Apuração de resultado do exercício
C – Despesa com pró-labore
H: Transferência do saldo para apuração do exercício
R$954,00

25 – 31/01/2018
D – Apuração de resultado do exercício
C – Simples Nacional
H: Transferência do saldo para apuração do exercício
R$360,60

26 – 31/01/2018
D – Apuração de resultado do exercício
C – Agua
H: Transferência do saldo para apuração do exercício
R$65,00

27 – 31/01/2018
D – Apuração de resultado do exercício
C – Telefone
H: Transferência do saldo para apuração do exercício
R$79,90

28 – 31/01/2018
D – Apuração de resultado do exercício
C – Luz
H: Transferência do saldo para apuração do exercício
R$165,00

29 – 31/01/2018
D – Apuração de resultado do exercício
C – Taxas e impostos
H: Transferência do saldo para apuração do exercício
R$602,00

30 – 31/01/2018
D – Apuração de resultado do exercício
C – Material de expediente
H: Transferência do saldo para apuração do exercício
R$233,00

31 – 31/01/2018
D – Apuração de resultado do exercício
C – Depreciação
H: Transferência do saldo para apuração do exercício
R$28,95

32 – 31/01/2018
D – Apuração de resultado do exercício
C – Lucro ou Prejuízo Líquido
H: Valor referente ao lucro líquido do exercício
R$3.521,55

33 – 31/01/2018
D – Lucro ou Prejuízo Líquido
C – Lucro ou Prejuízo Acumulado
H: Valor referente ao lucro do exercício
R$3.521,55

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu comprovar que o Simples Nacional, é hoje, o mecanismo de melhor resultado como apoio tributário as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, proporcionando um aumento no número de empresas e consequentemente de empregos, assim como também propicia altos padrões de consumo e renda, e todo esse dispositivo acaba por contribuir com o crescimento da economia do país. A carga tributária das empresas que se enquadram no Simples Nacional é menor comparada as empresas optantes pelo Lucro real e Lucro presumido, por se tratar de empresas de pequeno porte e seu faturamento ser menor comparada as empresas maiores.

Tramita no Congresso Nacional proposta para Reforma Tributária, que é de extrema importância para o pais pois será a maneira de ajustar as improbidades dos dias de hoje, de modo que o sistema de tributação se modernize e o modo de tributação se torne mais igualitário.

O sistema tributário Simples Nacional que visa atender as Micro e Pequenas empresas, veio para diminuir os encargos sobre essas, e como ferramenta tributaria de Governo, possibilitando o desenvolvimento através de uma saúde financeira capaz de estimular investimentos e busca por tecnologia.

As Microempresas e empresas de pequeno porte são fatores importantes do desenvolvimento socioeconômico do Brasil, o que se tornou mais evidente nas últimas décadas com o aumento desse segmento no faturamento e na quantidade de empregos formais no pais.

A evolução e a cada vez maior participação das micro e pequenas empresas na economia nacional se explica na natureza empreendedora do brasileiro.

Os pequenos empreendedores viram suas obrigações acessórias tornarem-se mais simples, facilitando o pagamento de impostos, a obtenção de crédito, o acesso à tecnologia, a exportação, a venda para o governo, a redução da burocracia e sua formalização. Desta forma incentivando a formalização destas microempresas e empresas de pequeno porte, se beneficiarem com uma tributação simplificada e significativamente menor do que as demais empresas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETING, J. **Coluna Economia publicada no Jornal O Estado de São Paulo**. 06/08/1998.

CAMPOS, C. H. **Planejamento Tributário.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 1985.

CEZARI, M. carga fiscal cresce R$28 Bi no 1º Semestre **Folha de São Paulo**, 6 de

outubro de 2004, Caderno Dinheiro B-1, 2004.

COAD – **Informativos tributários** – Suplemento Especial Super Simples.

CÓDIGO CIVIL. **Lei 6.404/2002**. Disponível no site: <https://www.planalto.gov.bf/ccivil_03/Leis/2002/_Quadro-2002.htm>Acesso em: set. 2018.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade:** resumo da teoria, atendendo as novas demandas da gestão empresarial, exercícios e respostas / Silvio Aparecido Crepaldi. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COSIF, **Supersimples.** Disponível em:<http:\\cofis.com.br> Acesso em jun. 2018.

DAIN, S. **A Reforma Tributária a os Micros e Pequenos Negócios.** Disponível em: <http://www.sebrae.com.br> Acesso em: set. 2018.

DUARTE, Vera Lucia; ROCHA, Lucedi Camacho. **Simples:** Incentivo a competitividade das micro e pequenas empresas no Brasil. 2008. 84f.

FABRETTI, L. C. **Prática Tributária da Micro e Pequena Empresa.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

FENACON, **Revista Carga Tributária**, XIII – Ed. 128 – Julho/Agosto 2008.

GRECO, M. A. **Planejamento Fiscal e Interpretação da Lei Tributária.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

KRUGLIANSKAS, I.; SBRAGIA, R. (1995) Implementação da Função Inovação Tecnológica nas Pequenas e Médias Empresas Industriais. In **Anais ALTEC – Seminário Latino Americano de Gestão Tecnológica,** Concepcion, Chile, p. 485-504, set. 1995.

LEI COMPLEMENTAR 123/2006 e 127/2007. Disponível no site: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2007/defa.ult.htm>

LISTA DE TRIBUTOS.Disponível no site: <http://www.portaltributario.com.br>

MARCO, S.A. **Novas Abordagens a Promoção das Pequenas Empresas**: Um estudo do Programa SEBRAE de desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais. Dissertação de mestrado, Instituto de Geociências, Unicamp, 2003.

OLIVEIRA, Luís Martins de Oliveira; et al. **Manual de Contabilidade Tributária.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução a contabilidade com abordagem para não-contadores:** texto e exercícios / Clóvis Luís Padoveze. – São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

REZENDE, F. **O Processo de Reforma Tributária**. (Texto para discussão nº 396) Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

RIR – **Regulamento do Imposto de Renda** – Decreto nº. 3000/99.

ROSSETTO, Carlos Ricardo. (Org.). **Abertura econômica e Competitividade no Agronegócio Brasileiro**: Impactos Regionais e Gestão Estratégica. 1ª ed. Passo Fundo, 2002, v. vol.1, p. 263-284.

SANTOS, Cleonimo dos; BARROS, Sidney Ferro. **Manual do Super Simples** – IOB – Edição 2008.

SEBRAE. Brasil: **Um Gigante Sustentado por Micros e Pequenos**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/br/revista>

SINES CONTABIL. **Guia Super Simples**. Disponível em: <http://www.sinescontabil.com.br/noticias/guia_supersimples.htm>

TZIRULNIK, Luiz. **Empresas & empresários**. São Paulo: Atlas, 2005.

CONTABILIDADE DE CUSTOS – CUSTEIO POR ABSORÇÃO NA PRODUÇÃO RURAL

João Alexamdre dos Santos Godois Junior[1]
Ceniro Ferreira de Sousa[2]
Ana Paula Rampi[3]
Eder Claudio Bastos[4]

RESUMO

O estudo explorado sobre Custeio por Absorção é de importante interesse de administradores, empreendedores e gestores, devido à grande quantidade de informações dela obtido. O presente estudo tem por objetivo e realização, pesquisa e apresentação de informações sobre o método de custeio por absorção, demonstrando assim como essa ferramenta pode auxiliar e influenciar uma tomada de decisão; desenvolvido por pesquisas bibliográficas, este estudo apresenta um estudo de caso, sobre os custos de uma produção de alho, amparando e demonstrando como esta ferramenta auxilia e influencia na tomada de decisões para o andamento das atividades de uma empresa.

Palavras-chave: Custeio por Absorção; pesquisa; tomada de decisão.

ABSTRACT

The study explored on Absorption Costing is of great interest to managers, entrepreneurs and managers, due to the large amount of information obtained from it. The present study has the objective and accomplishment of the research and presentation of information about the absorption costing method, demonstrating how this tool can help and influence a decision making; developed by bibliographical research, this study presents a case study on the costs of garlic production, supporting and demonstrating how this tool helps and influences decision making for the progress of a company's activities.

Keywords: Absorption Costing; search; decision-making.

[1] Acadêmico da 8ª Fase do Curso de Ciências Contábeis, do Centro Universitário UNIFACVEST.
[2] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências da Computação. Doutorando em Direito pela Universidade Veiga de Almeida - UVA.
[3] Graduado em Ciências Econômicas. Especialista em Finanças e Controladoria. Mestre em Educação.
[4] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências Contábeis.

1. INTRODUÇÃO

O método de Custeio por Absorção consiste em alocar todos os custos utilizados pela produção de produto, sendo assim, todos os gastos relativos aos esforços necessários para a fabricação, são alocados no valor final do produto acabado.

Os estudos deste trabalho demonstram como este ramo é de extrema importância para a empresa, já que depois dos dados brutos mensurados, é possível planejar passos futuros para o setor de custos das sociedades empresarias, amparado por um estudo de caso apresentado na sequência.

O trabalho apresentado foi realizado com um estudo de caso, amparado por pesquisa bibliográfica de autores renomados no assunto, os dados utilizados no estudo foram coletados através de uma pesquisa, onde um produtor rural, prontificou-se a concedê-los.

No primeiro capítulo uma abordagem sucinta sobre a importância da Contabilidade de Custos e seus métodos de custeio, para gestores, empreendedores e todos aqueles que necessitar, o segundo capítulo apresenta a simplicidade, vantagem, desvantagens que o método de custeio por absorção tem em seu processo de aplicação, seguido posteriormente por estudo de caso com aplicação prática do tema disposto.

1.1 Justificativa

O tema desenvolvido no presente trabalho tem como afirmação a aproximação o conteúdo teórico desenvolvido em sala de aula com a prática do cotidiano empresarial, aplicando-a de forma clara e objetiva, a fim de prover qualidade nas informações extraídas da contabilidade de custos, auxiliando assim na tomada de decisões.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Pesquisar e apresentar informações sobre a utilização do custeio por absorção, além de expor como a mensuração e a aplicação correta de dados brutos, pode beneficiar a administradores, empreendedores e gestores como forma de auxílio e base informações, com relevância, pode ajudar nas tomadas de decisões através desta ferramenta de gestão.

1.2.2 Objetivo Específico

- Abordar de forma clara e sucinta o conceito de Custeio Por Absorção;
- Evidenciar a importância da utilização de um método de rateio de custos;
- Desenvolver através de um estudo prático a facilidade de aplicação e mensuração dos dados neste método de custeio;

1.3 Metodologia

O desenvolvimento deste trabalho teve como base pesquisas bibliográficas,

em artigos, revistas, publicações de autores que abordam o tema proposto além de aulas que influenciaram para o desenvolvimento do trabalho, dentro das normas de metodologia vigente.

Outro método que também é explorado neste trabalho é o estudo de caso, desenvolvido pelo autor, possibilitando analisar e estudar determinado assunto com mais profundidade, conseguindo assim um resultado mais fidedigno, devido a pesquisa de campo realizada que enriquece as informações contidas no trabalho.

2. CONTABILIDADE DE CUSTOS

A Contabilidade de Custos é o ramo da contabilidade que analisa os custos de produção de um produto ou execução de um serviço dentro de uma empresa, tornando-se assim a mais importante ferramenta de trabalho de um bom gestor, auxiliando-o em tomadas de decisão, como base para o planejamento futuro.

A Contabilidade tem o importante fator no desenvolvimento de sociedades, perante as questões fiscais e ainda mais importante no auxílio de gerencia de uma sociedade empresaria; A Contabilidade de Custos aprofunda ainda mais o estudo dos gastos necessários para a produção, entre outros. Pode se entender que ela "fornece os dados detalhados sobre custos que a gestão precisa para controlar as operações atuais e planejar para o futuro" segundo definição de Derbeck e Nagy (2001, p.13).

Administrar uma empresa usando a Contabilidade de Custos como ferramenta pode em certo ponto, evitardespesas desnecessárias, devido à grande quantidade de informação que a mesma traz, como comenta Oliveira(2000, pag. 41). "à contabilidade de custos pode, por exemplo, preparar periodicamente diversos relatórios contábeis não obrigatórios por Lei, mas de extrema utilidade para diversos executivos da empresa".

Normalmente as informações da Contabilidade de Custos, servem de ponto base para avaliar estoques, determinar preços de vendas, controlar o desempenho e tomada de decisões, e por isso foram desenvolvidos importantes métodos de custeio, que são utilizados até hoje.

Cada empresa opta por usar um dos métodos que mais lhe ajudam, para analisar, controlar e avaliar toda a estrutura de custos utilizada dentro das mesmas, hoje as mais conhecidas e mais utilizadas segundo os autores Abbas, Neumann e Leoncine (2012, pag 02):

> a. **Custeio por Absorção** que consiste na apropriação de todos os custos envolvidos na produção sendo eles diretos, indiretos, fixos e/ou variáveis nos produtos elaborados.
> b. **Custeio Direto** que considera apenas os custos variáveis incorridos na produção de um produto, já que os custos fixos são considerados despesas.
> c. **Custeio Baseado em Atividade – o ABC** abrange os custos variáveis que consiste em distribuir de melhor forma esses custos incorridos para cada uma das atividades da empresa, porém este método não é aceito para efeitos legais.

3. CUSTEIO POR ABSORÇÃO

A ferramenta de custeio é utilizada por gestores para a alocação total de seus custos, é de grande importância, já que a mesma gera informações de grande relevância para o andamento de suas atividades e tomada de decisões.

Para Maher (2001, p. 888), quanto ao método de custeio por absorção "é utilizado para calcular o valor de um estoque, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. Custos de produção variáveis mais o rateio dos custos fixos de produção a cada unidade fabricada".

Este método de custeio é o que tem mais simplicidade no processo total de apuração, fácil visualização, e fornecimento de dados aos gestores, além de ser o mais reconhecido no Brasil, e também possuí diversas vantagens e desvantagens, segundo Wernke (2004, p. 21):

> a. Atende a legislação fiscal atual do Brasil;
> b. Deve ser utilizado quando a empresa pretende utilizar o estudo de seus custo integradas a Contabilidade;
> c. Permite a apuração dos custos por centro de custos/atividades, sendo esta, se alocados corretamente, possibilita o melhor estudo de cada área, atividade, produtos e seus desempenhos;
> d. Ao absorver todos os custos, possibilita a apuração do custo total de um produto, devido à grande abrangência;
> e. As desvantagens começam com os rateios de custos para cada um dos departamentos aos produtos;
> f. A principal desvantagem do custeio por absorção consiste na utilização dos rateios para distribuir os custos entre os departamentos e/ou produtos. Como nem sempre tais critérios são objetivos,podem distorcer os resultados, penalizando alguns produtos e beneficiandooutros.

O método de Custeio por Absorção leva em consideração todos aqueles custos que envolve o produto acabado, como expressaCrepaldi (2004, p. 223) "Custear significa acumular, determinar custos. Custeio ou custeamento são métodos de apuração de custos, maneiras segundo as quais procederemos à acumulação e apuração dos custos." Então;

> a. **Custos Fixos** são aqueles que indefere a produção, a vendas, são gastos necessários para o funcionamento de uma empresa;
> b. **Custos Variáveis** contrários aos fixos, estes irão depender e ter relação diretamente com a produção da empresa, depende do crescimento;
> c. **Custos Diretos** são os gastos ligados diretamente com a atividade desempenhada, geralmente reconhecidas por matéria-prima, salários, entre outros;
> d. **Custos Indiretos** são gastos que não estão diretamente ligado aos produtos, não consegue ser mensurado de maneira mais exata, geralmente alocados via rateio.

Desta forma o cálculo de como alocar os custo é de responsabilidade, e necessidade de cada uma empresa, concretizando ainda mais o conceito de ser um método de simples aplicação e por ser aceito a legislação fiscal atual acaba por ser a mais utilizada e mais conhecida.

4. ESTUDO DE CASO

Após coletar todas as informações necessárias da empresa XYZ, dispostas nas tabelas abaixo Tabela 01: Produção Total e Venda dos produtos e Tabela 02: Custos da Produção, é o momento de aplicar na pratica o conteúdo acima disposto, através do método de Custeio por Absorção explorada anteriormente.

O montante gastos no custo da produção foi de R$ 1.514.500,00, sendo estes necessários para o desenvolvimento da atividade principal da empresa, conseguindo assim manter a capacidade produtiva, os próximos passos são a identificação e alocação dos custos em cada uma das variedades produzidas, exploradas assim nas tabelas a seguir.

Distribuição do Custo de Mão de Obra e Tabela 04: Distribuição do Custo com Matéria Prima, dispostas acima, demonstram como o custo de Mão de Obra e Matéria prima foram alocadas, em ambas as tabelas, as informações são administradas e alocadas de maneira correta pela empresa, possuindo assim, o custo direto real envolvido com cada uma das variedades.

Os custos indiretos apresentados na tabela acima (Tabela 05: Custos Indiretos da Produção) somam um montante de R$ 472.500,00 (Tabela 02.2: Custos da Produção – Custos Indiretos), que foram rateadas usando a produção total para fazer a alocação destes custos, desenvolvido pelo método de custeio por absorção.

Conforme apresentado nas tabelas anteriormente mencionadas, através do método desenvolvido por este estudo, o valor dos custos da produção divido por variedades foi finalizado com a proximidade da realidade.

Diante das informações que deram início a este estudo, e consequentemente, as informações que por si foram geradas, a tomada de decisão de um gestor será facilitado, de maneira simplificada o custo explorado foi absorvido como era a intenção inicial, desta forma, se necessitar de uma decisão rápida, os gestores estarão bem amparados, porém, vale a ressalva que por não levar em consideração algumas informações cruciais, não representa fielmente o custeio real da empresa, contudo, este estudo demonstrou que o valor da venda do produto explorado tem absorvido os gastos com custos para a produção do mesmo.

O método de custeio disposto neste trabalho, qualifica os dados resultantes, assim, na propriedade onde o estudo de caso foi aplicado, percebeu-se que que o método disposto acima é de grande importância, e consequentemente já está em aplicação prática para o desenvolvimento das próximas atividades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho sobre Custeio por Absorção, possibilitou perceber a importância e a necessidade que a contabilidade de custos tem para qualquer sociedade empresarial,

Este estudo desenvolvido possui relevância, no momento que proporciona a um profissional contábil, gestores, empreendedores, um maior conhecimento e esclarecimento sobre o tema proposto, contribuindo de forma expressiva para a capacitação daquele que a necessite e a interesse.

Ao final do estudo conclui-se que este método apesar de alocar todos os custos é falho em pontos específicos, como por exemplo, nos custos indiretos, onde o custo foi mensurado por fórmula de rateios, devido a impossibilidade de separação das variedades quando ainda em fase de produção; em contrapartida, é assertivo quando um gestor te dificuldades em separar alguns processos de produção e seus custos, conseguindo assim a alocação o de todos os custos ao final.

Desta forma, o objetivo deste trabalho, que se baseava em exploração e pesquisa foi abordado e concluído, a modo que será utilizado como base para uma nova produção que se iniciará, na propriedade onde o estudo de caso foi aplicado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAS, Katia. NEUMANN, Marguit G, LEONCINE, Maury, **Os métodos de custeio**: vantagens, desvantagens e sua aplicabilidade nos diversos tipos de organizações, 2002.

CREPALDI, S. A. **Curso Básico de Contabilidade de Custos**. 3ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

DERBECK, E. J. V.; NAGY, C. F. **Contabilidade de Custos**. 11. ed. São Paulo: Thomson, 2001.

MAHER, M. **Contabilidade de custos:** criando valor para a administração. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JR., José Hernandez. **Contabilidade de custos para não contadores.** São Paulo: Editora Atlas, 2000.

WERNKE, Rodney. **Gestão de custos**: uma abordagem prática. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GESTÃO DE CUSTOS COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE

Talissa Monteiro Teixeira[1]
Ceniro Ferreira de Sousa[2]
Ana Paula Rampi[3]
Eder Claudio Bastos[4]

RESUMO

A contabilidade de custos é um ramo de atividade que propicia o controle físico e monetário de bens ou serviços. Com o crescimento industrial e o avanço tecnológico, os custos passaram a ter função relevante no auxílio ao controle e à tomada de decisão. Cabe ao profissional da área estabelecer padrões coerentes para a identificação dos custos incorridos. Neste contexto, este trabalho demonstra uma alternativa para a análise de faturamento por metro quadrado. Usa-se o caso de um supermercado para verificar os benefícios da análise e os pontos de melhoria em relação a custos e despesas. Desta forma, apresentam-se os conceitos referentes à contabilidade de custos, infere-se a questão da arbitrariedade dos critérios de rateio e a necessidade do uso da estatística. Por fim, o estudo prático, onde são analisadas as despesasoperacionais.

Palavras-chave: Custos. Despesas. Análise de faturamento.

ABSTRACT

Cost accounting is a branch of activity that provides physical and monetary control of goods or services. With industrial growth and technological advancement, costs have come to play a significant role in helping control and decision making. It is up to the professional in the area to establish coherent standards for identifying the costs incurred. In this context, this work demonstrates an alternative for the analysis of billing by M². The case of a supermarket is used to check the benefits of the analysis and the points of improvement in relation to costs and expenses. In this way, the concepts related to cost accounting are presented, inferred the question of the arbitrariness of the apportionment criteria and the necessity of the use of statistics. Finally, the practical study, where the operational expenses are analyzed.

Keywords: Costs. Expenses. Billing analysis.

[1] Acadêmico da 8ª Fase do Curso de Ciências Contábeis, do Centro Universitário UNIFACVEST.
[2] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências da Computação. Doutorando em Direito pela Universidade Veiga de Almeida - UVA.
[3] Graduado em Ciências Econômicas. Especialista em Finanças e Controladoria. Mestre em Educação.
[4] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

Descendente da contabilidade financeira, a Contabilidade de Custos, surgiu quando da necessidade e avaliação dos estoques no setor industrial. Com o passar do tempo a Contabilidade de Custos se constituiu em fator limitado para as demonstrações da sua habilidade em assessorar os usuários internos acerca de decisões gerenciais.

Este trabalho de conclusão de curso aborda uma análise de custos e despesas operacionais de uma empresa do ramo supermercadista.

A empresa que serviu como base para análise desse estudo é a Comercial de Alimentos Real Eireli e tem como nome fantasia Supermercado Real. Foi concebida para comercializar mercadorias do gêneroalimentício.

Pretende-se com este trabalho de conclusão de curso aprender os conceitos básicos de contabilidade de custos e analisar alguns indicadores e algumas contas da Demonstração do Resultado do Exercício.

Atualmente, na empresa não há controle dos desembolsos efetuados para pagar os custos e as despesas e não é analisado de forma mais detalhada essesgastos.

Em relação à análise dos custos e despesas, através da Demonstração do Resultado do Exercício, verificou-se como estão os gastos da empresa para saber se estão de acordo com o seu faturamento e de acordo com o seu ramo. Os principais custos e despesas que serão analisados são: custo das mercadorias vendidas, despesas com pessoal, despesas com veículos, energia elétrica e despesasadministrativas.

Para calcular e analisar os indicadores, foi pesquisado informações dos concorrentes no site do Supermercado Moderno, onde foram encontradas diversas informações do segmento.

Após todos os levantamentos e análises, o objetivo é sugerir ações, quando necessário, para a empresa melhorar seus controles internos. Com isso, pretende-se aperfeiçoar os resultados da empresa, fazer com que o Supermercado Real seja referência em controle de custos.

1.1 Justificativa

Demonstrar aos administradores de empresas prestadoras de serviços a importância da contabilidade de custos para seus negócios. O conhecimento dos custos envolvidos na execução dos serviços prestados é mais uma ferramenta que o administrador pode ter para auxiliá-lo no processo de gestão.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Pretende-se com este Trabalho de Conclusão de Curso aprender os conceitos básicos de contabilidade de custos, com base na teoria, analisar alguns indicadores e algumas contas da Demonstração do Resultado do Exercício.

Atualmente, nas empresas não há controle dos desembolsos efetuados para pagar os custos e as despesas e não se é analisado de forma mais detalhada esses gastos. Portanto, essa foi umas das áreas escolhidas para elaboração deste trabalho.

1.2.2 Objetivo Específico

- Realizar a análise dos custos e despesas, através da Demonstração do Resultado doExercício,
- Será como estão os gastos da empresa para saber se estão de acordo com o seu faturamento e de acordo com o seuramo.
- Os principais custos e despesas que serão analisados são: custo das mercadorias vendidas, despesas com pessoal, despesas com veículos, energia elétrica e despesas administrativas.

1.3 Metodologia

O processo de metodologia que será utilizado para demonstrar a importância da gestão de custos como ferramenta de planejamento e controle será o estudo de caso, com pesquisas e análises detalhadas do assunto a ser tratado, originadas de pesquisas do estabelecimento e bibliográficas em torno do temaescolhido.

2 GESTÃO DE CUSTOS COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE

A Contabilidade é, objetivamente um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira e de produtividade, com relação a entidade de objeto de contabilização.

A Contabilidade de Custos corresponde à especialidade da Contabilidade que trata da gestão econômica dos custos. Está dimensionada para atender a duas funções fundamentais: controle e decisão.

Leone (2000, p. 19-20) define Contabilidade de Custos:

> A Contabilidade de Custos é o ramo da Contabilidade que se destina a produzir informações para diversos níveis gerenciais de uma entidade, como o auxílio às funções de determinação de desempenho, de planejamento e controle das operações e de tomada dedecisões.

O auxílio ao controle vem através do fornecimento de dados para o estabelecimento de padrões, orçamentos e outros tipos de previsão.

> Fundamentalmente, a Contabilidade de Custos refere-se hoje as atividades de coleta e fornecimento de informações para as necessidades de tomada de decisão de todos os tipos, desde as relacionadas com operações repetitivas até as de natureza estratégica, não repetitivas, e, ainda, ajuda na formulação das principais políticas das organizações. (LEONE, 2000, p. 22).

Segundo Martins (2010, p. 22) no que tange a decisão:

> Seu papel reveste-se de suma importância, pois consiste na alimentação de informações sobre valores relevantes que dizem respeito ás conse-

quências de curto e longo prazo sobre medidas de introdução ou corte de produtos, administração de preços de venda, opções de compra ou produção etc.

Um importante componente do gerenciamento de custo é o reconhecimento de que decisões tomadas hoje muitas das vezes comprometerão a organização na ocorrência de custossubsequentes.

Antes de nos aprofundarmos na análise de custos, é necessário entendermos as diferenças entre alguns conceitos, que contribuirão para esclarecer, de forma mais detalhada, o real significados de custos.

2.1.1 Classificação dos custos e despesas

Os custos e as despesas podem ter as seguintes classificações: Custo direto, custo indireto, custo variável, custo fixo, custo semifixo, custo semivariável, despesas fixas e despesasvariáveis.

2.1.2 Custo direto

É aquele que está diretamente relacionado com o bem ou serviço, que pode ser diretamente apropriado ao produto, exemplos: salário dos funcionários da produção, matéria prima, etc.

Para Pinto et al. (2008, p. 25), custos diretos "são aqueles que podem ser apropriados diretamente aos produtos fabricados, porque existe uma medida objetiva de seu consumo nesta fabricação[...]".

2.1.3 Custo indireto

É aquele que está relacionado com o bem ou serviço, mas de forma indireta, exemplos: salário de supervisores, custos com a manutenção de máquinas, aluguel e energia elétrica dafábrica.

Custo indireto é o que, embora não incida diretamente na produção ou a venda, é parte integrante como resultante da participação das atividades de apoio ou auxiliar ao processo de transformação, produção e comercialização de um bem ou serviço. (NASCIMENTO, 2001, p. 28).

Segundo Pinto et al. (2008, p. 25), "são custos que dependem de cálculos, rateios ou estimativas para serem apropriados em diferentes produtos; portanto, são custos que só são apropriados indiretamente aos produtos".

2.1.4 Custos fixos

É aquele que, em determinado período de tempo, não sofre variações devido a alteração nos volumes de produção ou venda. Pode sofrer alterações em função do aumento de preços dos seus elementos, mas não em função do volume de produção. Exemplos de custo fixos: aluguel da fábrica, energia elétrica da fábrica, salário dos funcionários, etc.

Custo fixo, por sua própria natureza, é o que não varia, seja qual for a quan-

tidade produzida em determinado período. (NASCIMENTO, 2001, p.27).

Pinto et al. (2008, p. 26), observa que "os custos fixos são fixos em relação ao volume de produção e vendas da empresa".

2.1.5 Custos variáveis

É aquele que, em determinado período de tempo, varia diretamente proporcional às alterações nos volumes de produção ou venda. Exemplos de custo variável: matéria prima, comissões, mercadorias para revenda, etc.

Custo variável é o que, a qualquer variação da quantidade produzida ou vendida, acompanha essa mesma variação. (NASCIMENTO, 2001, p. 27).

Para Martins (2010, p. 50):

> É de grande importância notar que a classificação em Fixos e Variáveis leva em consideração a unidade de tempo, o valor total de custos com um item nessa unidade de tempo e o volume de atividade. A divisão em Fixos e Variáveis também tem outra característica importante: considerando a relação entre período e volume de atividade, não se está comparando um período com o outro. Esse fato é de extrema importância na prática para não se confundir Custo Fixo com custo recorrente (repetitivo).

2.1.6 Despesas fixas

Segundo Marion (2005, p. 61) "as despesas fixas são gastos com consumo de recursos que não variam diretamente e proporcionais com o volume de vendas. Representa os gastos da estrutura fixa de uma empresa". Exemplo: salário administrativo, seguros, aluguel de escritório etc.

2.1.7 Despesas variáveis

Marion (2005, p. 64) explica: "as despesas variáveis são gastos com consumo de recursos diretamente relacionados com o volume de vendas".

Exemplo: comissões, impostos sobre venda, e outros.

3 ESTUDO DE CASO

Este capítulo compreende e apresentar as análises e estudos efetuados na empresa e as sugestões propostas.

3.1 Análise de faturamento por m²

Neste capítulo foi analisado o faturamento da empresa por metro quadrado e comparar com os resultados dos concorrentes da empresa.

O objetivo é verificar se a empresa está utilizando os espaços adequadamente de modo que aperfeiçoe o seu faturamento. E, utilizar as informações dos concorrentes

para comparar se o seu resultado obtido pelo Supermercado Real está de acordo com o segmento em que atua.

A base de dados dos concorrentes está disponível no site Supermercado Moderno e refere-se ao ano de 2017. E, a base de dados do Supermercado Real deu-se através de sua Demonstração do Resultado do Exercício de 2017.

Abaixo demonstraremos os resultados dos principais supermercados da região que são concorrentes diretos do Supermercado Real.

Identificamos o valor máximo atingido, o mínimo e a média para usarmos como base para a nossa análise.

A seguir apresentamos o resultado do Supermercado Real. O faturamento foi obtido através da Demonstração do Resultado do Exercício de 2017 e a metragem foi fornecida pela proprietária da empresa. O tamanho total foi de 645,37 m², que envolve toda a loja comercial, depósito de mercadoria, estacionamento, entre outros. Pois, todos esses espaços geram custos e despesas de manutenção e fazem parte da atividade da empresa. Chegamos ao seguinte resultado:

Empresa	Faturamento	m²	Faturamento / m²
Comercial de Alimentos Real Eireli	R$ 7.816.307,78	645,37	**R$ 12.111,36**

Com isso, o faturamento por metro quadrado do Supermercado Real está abaixo do resultado dos concorrentes, pois seu resultado é de R$ 12.111,36.

A meta estipulada pela proprietária é de atingir pelo menos o mínimo de R$ 15.037,71. Para isso sugere-se as seguintes opções:

I. Faturar R$ 9.704.886,90 por ano. Neste cenário, o lucro deverá aumentar em R$ 1.885.589,12, um aumento de 24%.O cálculo abaixo prova que se aumentarmos o faturamento para esse valor atingiremos a meta.

Empresa	Faturamento	m²	Faturamento / m²
Comercial de Alimentos Real Eireli	R$ 9.704.886,90	645,37	**R$ 15.037,71**

A sugestão é utilizar de forma melhor os espaços. Elaborar um novo layout ou melhorar o atual pode atrair mais clientes para a loja. E, trabalhar o marketing de forma estratégica dos produtos para que os clientes queiram comprar mais.

II. Outra sugestão é diminuir os espaços da loja. A ideia é que a empresa obtenha o mesmo faturamento com um espaço menor. Para isso é necessário que diminua 125,59 metros quadrados, ou seja, 19% a menos do que utiliza hoje.

Segundo informações da proprietária, atualmente alugam um espaço para depósito de mercadorias de 90 metros quadrados. Feito uma análise nesse depósito, conta-se que a empresa tem excesso de estoque que, além de deixar mercadoria muitotempo em estoque e comprometer seu capital de giro ainda paga um aluguel desnecessário caso implantasse um melhor controle de compras e estoque.

Aconselha-se que, seja feito um estudo de forma mais específica nos setores

de compras e gestão de estoque para avaliar a necessidade de manter esse espaço de estocagem ou não. Com isso melhora o índice, não compromete o capital de giro e ainda não tem a necessidade de uma despesa de aluguel.

Além do depósito, é necessário que se avalie se há possibilidade de diminuir ainda mais. E, caso constatem que há mais espaço ocioso, então nesse caso surge uma possibilidade de diminuir a loja e fazer um ponto comercial e alugar ou constituir um novo negócio.

3.2 Analisando custos e despesas

Os custo e despesas do Supermercado Real serão analisados neste capítulo com base na Demonstração do Resultado do Exercício e Balancete de 2017.

Inicialmente foram identificados as principais contas e o que elas representam em porcentagem em relação ao faturamento.

O gasto que mais consumiu receita foi o CMV (Custo da Mercadoria Vendida), totalizando 68,73% em relação ao faturamento. No comércio, os custos são a soma do valor pago pela mercadoria somado ao frete e aos impostos incidentes.

Os gastos com despesas administrativas são menores que as despesas com vendas, e já que a atividade da empresa é comércio o gasto com vendas deve ser maior. Abaixo foi analisado como estão os gastos da empresa em relação ao segmento em que atua. As informações do setor supermercadista foram retiradas no site do DEPEC (Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos).

Abaixo estão os dados e o gráfico do Supermercado Real retirados da sua demonstração de resultado, são basicamente os componentes da demonstração em relação ao seu faturamento.

3.2.1 Analisando os custos

Já foi constatado que é o gasto que mais consome receita e no segmento essa realidade não é diferente. Porém, analisando a porcentagem, percebe-se que o Supermercado Real está consumindo 45,24% a mais que o setor consome para aquisição de mercadorias.

Uma possível causa seja uma deficiência no setor de compras na hora da negociação e não está conseguindo descontos. Além disso, a empresa não compra emgrandes quantidades, comparado aos supermercados maiores e isso pesa na hora do fornecedor conceder um desconto.

Porém, sugere-se uma análise mais detalhada da forma que estão sendo compradas as mercadorias. Se a empresa consegue outros fornecedores com preços mais atrativos pra baixar esse custo que está muito alto em relação à maioria.

3.2.2 Analisando as despesas operacionais

Após as análises, percebeu-se que esse gasto também está maior em 7,65%. E para melhor entender quais gastos estão consumindo mais faturamento, através dos dados retirado do Balancete de 2017 segue as principais despesas operacionais:

3.2.1.1 Despesas com vendas

A maior delas é a com a despesa com funcionários, em relação ao faturamento e 94,16% em relação ao total das despesas com vendas e foi analisado que a quantidade de colaboradores está de acordo com o faturamento da empresa, estão produzindo o esperado, identificou-se também que não há necessidade de mais admissões e não há como reduzir o quadro. Portanto esse gasto a princípio não seráalterado.

Os veículos, refere-se a um carro que é utilizado para entrega de compras. O que se mais gasta com veículos é o combustível. Em análise com a proprietária, essa é uma ferramenta estratégica da empresa, pois atrai muitos clientes para a loja, principalmente os que não possuem seu próprio veículo para transporte da mercadoria. Portanto, é um gasto que não pode ser cortado, mas cabe uma análise em relação à logística e a forma como esta ferramenta está utilizada e se há espaço para redução de despesa.

As outras despesas com vendas são as publicidades e brindes. Esses gastos também são estratégicos, mas também cabe uma análise de forma mais detalhada de como esse gasto está sendo utilizado em benefício da empresa e se está trazendo o retorno desejado.

3.2.1.2 Despesas administrativas

As despesas com administração representam 21,55% das despesas administrativas e são os honorários cobrados pelo contador da empresa e o pró-labore da proprietária. Para diminuirmos esse gasto é sugerida uma negociação com o contador por um preço menor doshonorários.

As despesas com embalagens representam 13,48% e são as sacolas de plástico utilizadas para colocar as mercadorias dos clientes. Esse gasto totaliza R$ 38.997,75 e sugere-se que a empresa substitua o produto por um inferior e mais barato. Apesar de ser uma ferramenta estratégica de propaganda, pois os clientes espalham as sacolas pela cidade e promovem o Supermercado. Mas, assim como o concorrente, o produto pode ser substituído e assim diminuir essadespesa.

A energia elétrica totaliza R$ 52.148,78 e representa 18,02% das despesas administrativas. A sugestão para a empresa, já que o valor não é negociável, é que analise de há desperdício de energia e se há alguma ação para diminuir o consumo. Alguns exemplos são: luzes com sensores para apagarem sozinhas quando não houver pessoas no local, desligar as geladeiras e balcão refrigerado a noite se não estiver em uso, entre outros.

E, por ultimo, temos as outras despesas operacionais e é onde está concentrada a maior parcela dos gastos administrativos e em valores representa R$ 135.883,00. As principais composições dessas despesas são: comunicação, aluguel, manutenção das instalações, depreciação, materiais de uso e consumo e manutenção de software. Dentre todas as despesas da empresa, essas são as que temos mais margens para diminuir. Portanto sugere-se uma análise detalhada desses gastos é sugerida para sabermos se estes gastos estão sendo feitos apenas quando necessário ou formasupérflua.

Após todas as considerações, podemos concluir que todos os gastos efetuados pela empresa são passíveis de análise e isso deverá ser feito. Algumas conseguiremos reduzir de forma significativa e outras nem tanto, cabe verificar que retorno trará para a empresa e não se esquecer de considerar sempre a relação custo-benefício.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da fundamentação teórica, aprendemos os principais conceitos da classificação de custos e despesas. Esse aprendizado somado às informações da empresa foi possível analisar alguns índices econômicos e comentar e sugerir ações em relação aos gastos efetuados pela empresa.

Constatamos que o faturamento por metro quadrado está abaixo dos concorrentes diretos e para melhorar este índice foi feita duas sugestões com o objetivo de melhorar esse índice. Já o faturamento por funcionário se mostrou melhor que a média do setor, o que significa que os colaboradores estão contribuindo para a receita da empresa além do esperado e, portanto não sugerimos ações para esteíndice.

Na análise dos custos e despesas, vimos que o gasto com aquisição de mercadoria para venda é o que mais se consome receita e que está acimada média consumida pelo seu segmento. Na análise das despesas, contatamos também que está acima da média do seu segmento, e, analisamos de forma mais detalhada as principais contas a fim de diminuir gastos supérfluos. E por fim, após essas análises, sugerimos ações à empresa a fim de diminuir essesgastos.

Dadas todas as sugestões, o objetivo é de que este trabalho contribua para a gestão e controle de custos na tomada de decisões pautadas em dados procedentes e que colabore com o dia a dia da empresa. Ter controle, não somente de custos e despesas, e sim de todos os processos internos e externos fará com que empresa se torne mais competitiva e tenha continuidade e gere resultados positivos.

REFERÊNCIAS

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade**, 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEONE, George Sebastião G. **Curso de contabilidade de custos.** São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial,** 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NASCIMENTO, Jonilton Mendes. **Custos:** planejamento, controle e gestão na economia globalizada. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PINTO, Alfredo Augusto Gonçalves et al. **Gestão de Custos**. 2. Ed. São Paulo: FGV, 2008.

O IMPACTO DO DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS) SOBRE A FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA

Taíse Boff[1]
Ceniro Ferreira de Sousa[2]
Ana Paula Rampi[3]
Eder Claudio Bastos[4]

RESUMO

A partir da promulgação da Emenda Constitucional 87, em 2015, houve a alteração no cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) para operações e prestações que destinem bens e serviços aos consumidores finais não contribuintes, onde houve a inserção de um diferencial de alíquota, isso fez com que a diferença do ICMS entre um Estado e outro seja repassado também para o Estado de destino da mercadoria. Desta forma, o intuito deste trabalho é ressaltar o impacto que o diferencial de alíquota pode trazer para a formação do preço de venda, especificamente na venda de refrigerantes, e demostrar posteriormente uma venda para o consumidor final. Para observar e melhor entender a temática realizou-se um estudo bibliográfico seguido de um estudo de caso, analisando informações baseadas em leis, decretos, além da comparação de dados. Em relação à observância dos dados realizou-se a análise da nova formulação da precificação com os Estados do Rio de Janeiro e Acre, e após uma venda do Rio Grande do Sul com destino ao Acre. É possível constatar que a alteração constitucional que se deu a partir da Emenda 87/2015 faz com que haja um reajuste do preço final do produto, onde o consumidor final, em alguns Estados, sofre com tais impactos tributários pagando mais caro por seus produtos.

Palavras-chave: Emenda 87; Diferencial de alíquota; Consumidor final.

[1] Acadêmica da 8ª Fase do Curso de Ciências Contábeis, do Centro Universitário UNIFACVEST.
[2] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências da Computação. Doutorando em Direito pela Universidade Veiga de Almeida - UVA.
[3] Graduado em Ciências Econômicas. Especialista em Finanças e Controladoria. Mestre em Educação.
[4] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências Contábeis.

THE IMPACT OF THE DIFFERENTIAL OF THE TAX RATE ON THE CIRCULATION OF GOODS AND SERVICES (ICMS) ON THE FORMATION OF THE SALES PRICE

Taíse Boff[1]
Ceniro Ferreira de Sousa[2]
Ana Paula Rampi[3]
Eder Claudio Bastos[4]

ABSTRACT

Since the enactment of Constitutional Amendment 87, in 2015, there was a change in the calculation of the Tax on Goods Circulation and Service Provision (ICMS) for operations and provisions that destine goods and services to non-contributory final consumers, where there was the insertion of a differential of rate, this caused the difference of the ICMS between one state and another to be passed on to the destination state of the merchandise as well.In this way, the purpose of this work is to highlight the impact that the differential of aliquot can bring to the formation of the sale price, specifically in the sale of soft drinks, and later demonstrate a sale to the final consumer. To observe and better understand the theme, a bibliographic study was carried out followed by a case study, analyzing information based on laws, decrees, and data comparison. Regarding data compliance, the analysis of the new pricing formulation with the states of Rio de Janeiro and Acre was carried out, and after a sale from Rio Grande do Sul to Acre. It is possible to verify that the constitutional amendment that has occurred since Amendment 87/2015 causes a final price adjustment of the product, where the final consumer, in some states, suffers from such tax impacts paying more for this product.

Keywords: Amendment 87; Aliquot differential; Final costumer.

[1] Acadêmica da 8ª Fase do Curso de Ciências Contábeis, do Centro Universitário UNIFACVEST.
[2] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências da Computação. Doutorando em Direito pela Universidade Veiga de Almeida - UVA.
[3] Graduado em Ciências Econômicas. Especialista em Finanças e Controladoria. Mestre em Educação.
[4] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) é um dos diversos tributos que incidem sobre a compra de bens e serviços no Brasil. Tal imposto pode ser considerado como um dos mais complexos dentro do Sistema Tributário Brasileiro, uma vez que varia entre os Estados. A partir da Emenda Constitucional 87/2015 a cobrança de taltributo sofreu algumas alterações e o diferencial de alíquota de ICMS trouxe para o mercado diversos benefícios e também prejuízos.

Antes das mudanças ocorridas com relação ao cálculo do ICMS entre os Estados, o país vivia em uma constante guerra fiscal, fato que prejudicava o desenvolvimento econômico de alguns Estados. Somente com o advento da Emenda Constitucional 87/2015 esta realidade mudou.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos, sendo o primeiro esta introdução, seguido da justificativa, objetivo geral, objetivos específicos e metodologia utilizada durante a execução do mesmo.

A segunda parte trata da sistemática tributária brasileira, uma sucinta explicação relativa ao funcionamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e sobre o diferencial de alíquota, evidenciando as mudanças ocorridas, a partilha do ICMS para cada Estado e sua forma de pagamento, bem como as alíquotas internas e interestaduais adotadas no Brasil, amparando assim, todo o estudo realizado.

O terceiro capítulo analisa a Emenda Constitucional nº 87/2015 em um estudo de caso sobre a precificação de refrigerante e posterior venda, enfocando nas operações feitas a consumidores finais não contribuintes, ou seja, que não façam a revenda do produto.

A parte final expressa as considerações finais do tema proposto, ressaltando que o impacto do diferencial pode ser sentido no custo final da mercadoria.

Como foco principal do trabalho apontam-se as modificações ocorridas na sistemática de recolhimento do ICMS relativas às operações comerciais interestaduais para consumidor final não contribuinte deste imposto.

1.1 Justificativa

A Emenda Constitucional 87/2015 alterou a forma sistemática da arrecadação do ICMS, na venda a consumidores finais, e não contribuintes, essa mudança ocorreu principalmente com o aumento significativo do e-commerce (comércio eletrônico).Esta nova forma de recolher o tributo visa que seja partilhado o ICMS entre o Estado de origem e o de destino de forma gradativa.

É importante destacar também que o diferencial de alíquota visa acabar com a guerra fiscal entre os Estados brasileiros, diminuindo as desigualdades entre os Estados produtores e os Estados consumidores.

Devido a alteração houve a necessidade das empresas se adequarem às novas formas de aplicabilidade do ICMS. Diante deste quadro é necessário que o profissional contábil esteja em constante aperfeiçoamento, com informações precisas e atualizadas.

Por se tratar de um assunto de abordagem recente, o mesmo torna-se relevante para o aprendizado acadêmico, assim espera-se que o tema venha a contribuir para melhorar o conhecimento. Diante disto, justifica-se o presente estudo.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Demonstrar o impacto trazido pela Emenda Constitucional 87/2015 sobre a formação do preço de venda nas operações destinadas à venda para o consumidor final não contribuinte.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Ressaltar quais os motivos que levaram a criação da Emenda Constitucional 87/2015;
- Evidenciar o que é diferencial de alíquota, popularmente denominado DIFAL e sua finalidade;
- Identificar como é realizada a cobrança desta alíquota, bem como quem é responsável por seu pagamento;
- Analisar qual a incidência do diferencial de alíquota a partir de estudo realizado em consumo de refrigerantes;

1.3 Metodologia

Este estudo tem caráter exploratório-documental, pois foi elaborado através daconsulta de trabalhos e artigos acadêmicos, legislações pertinentes ao tema, livros e sites na internet. A pesquisa foi baseada em estudo de autores como Fernando Carlos Amaral, Bruno Pinheiros Fernandes, Bárbara Bento Orso e a Constituição Federal Brasileira, obtendo, desta forma, um embasamento teórico e também domínio acerca do tema.

Outro método utilizado na realização do presente trabalho é o estudo de caso, o qual possibilita analisar e estudar o determinado assunto com maior profundidade. A empresa citada é fictícia, porém os dados coletados por meio do estudo de campo são os mais próximos da realidade, tornando o estudo mais rico em informações e fidedigno.

Em especial, este estudo de caso serve para que haja o entendimento de como a fórmula de cálculo pode impactar nos processos comerciais, identificando também as novas regras para a partilha do valor devido de ICMS diferencial de alíquotas nas operações interestaduais.

2 TRIBUTOS NO BRASIL

2.1 Sistema Tributário Nacional

O Estado é uma organização política a qual tem o poder de instituir e cobrar tributos, na busca de suprir as necessidades que a administração pública exige. De acordo com o Código Tributário Nacional (1966) o tributo corresponde a toda prestação pecuniária compulsória em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa. Desta forma, o Estado como uma organização política pode cobrar tributos, a partir do que promulga a Constituição Federal.

Aplicando a Constituição Federal e os tributos existentes, Amaral leciona:

> Cabe ressaltar que a Constituição Federal garante a autonomia financeira, através dos tributos, a todos os entes da federação, seja a União, Estados ou Municípios, e serve para que esses entes possam cumprir com suas obrigações de prestadores de serviços à população tais como: segurança, educação, saúde, previdência e assistência social e transporte, dentre outros. (AMARAL, 2016, p.17).

Segundo Leibel (2016, p.17) no Sistema Tributário Nacional atualmente existem cinco espécies de tributos: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições especiais. Neste trabalho, o estudo será focado nos impostos.

2.2 Principais Aspectos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) se torna a principal fonte de financiamento dos Estados brasileiros, sendo que, este é um imposto de alta arrecadação e as alíquotas e demais aspectos da legislação são definidos em nível estadual. Tal imposto em que os Estados têm autonomia para determinar suas alíquotas por vezes se tornam uma competição fiscal, uma vez que muitos se utilizam da redução das alíquotas para atrair empresas as suas jurisdições (SACHISIDA, 2017, p.14).

O ICMS tem como base de cálculo geral o valor da operação com mercadorias incluindo os gastos assessórios como frete e seguro, até o momento da entrada da mercadoria no estabelecimento do contribuinte (PÊGAS, 2011, p.181). Cabe aos Estados aferir alíquotas internas, sendo que conforme relata Pêgas (2011, p.189)"a menor alíquota não poderá ser inferior à alíquota interestadual, assim, a menor alíquota aplicada pelos Estados seria de 7%".

Pode-se acrescentar que os impostos sobre o consumo incidem em cada etapa da cadeia de produção de maneira a compensar o valor devido entre a entrada e a saída da mercadoria, sendo que o responsável por recolher o imposto é o sujeito passivo do ICMS (AMARAL, 2016, p.18).

Segundo Barreirinhas (2009, p.500) "contribuinte, a princípio, é quem promove a circulação de mercadorias ou presta serviços como meio de vida, empresarialmente, ou, no texto da lei, com habitualidade. Há que existir o intuito comercial, empresarial ou profissional na atividade."

Quando se remete ao ICMS, de acordo com Cornélio (2014, p.14) este é cobrado de todos os cidadãos independente de sua renda, pois seu maior artifício é a inclusão indireta no preço das mercadorias, o que por vezes leva ao consumidor final nem ter noção do valor que está pagando ao adquirir cada produto.

2.3 Diferencial de Alíquota

Ao adquirir mercadorias de outros Estados é pertinente que se realize o cálculo do valor do diferencial de alíquota a ser recolhido no Estado de destino, após a tributação da alíquota interestadual. Tal apuração, consiste na diferença entre o valor

calculado pela incidência da alíquota interna do destino sobre o valor da mercadoria e o valor pela incidência da alíquota interestadual sobre o mesmo (AMARAL, 2016, p.21).

No entanto, o valor do ICMS-Diferencial de Alíquota sofreu uma alteração no ano de 2015, no momento em que também houve a criação do ICMS-DIFAL, como pode ser observado na Constituição Federal em seu artigo 155 e posterior na Emenda Constitucional 87/2015.

Nota-se que houve uma mudança no artigo 155 da Constituição Federal, o qual assegurava:

> *Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal Instituir impostos sobre:(...)*
> *§2° O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: (...)*
> *VII – em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:*
> *a) A alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto;*
> *b) A alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele;*
> *VIII –na hipótese da alínea a do inciso anterior, caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual; (BRASIL, 1988).*

Sendo que após a Emenda Constitucional 87/2015, tal artigo foi alterado para:

> *Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal Instituir impostos sobre:(...)*
> *§2° O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: (...)*
> *VII - nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual;*
> *a) (revogada);*
> *b) (revogada);*
> *VIII - a responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que trata o inciso VII será atribuída: a) ao destinatário, quando este for contribuinte do imposto; b) ao remetente, quando o destinatário não for contribuinte do imposto (BRASIL, 2015)*

O diferencial de alíquota conforme a Emenda Constitucional 87 tem como responsável pelo recolhimento o destinatário, todavia, se este não for contribuinte do imposto ficará por responsabilidade do remetente. Ainda de acordo com tal emenda, quando o consumidor final não for contribuinte do ICMS o valor do imposto deverá ser partilhado entre o Estado de origem e o de destino. O quadro que segue ilustra a porcentagem de ICMS-DIFAL no período de 2016 a 2019.

Quadro 01- Porcentagem ICMS-DIFAL entre 2016 e 2019:

ANO	UF ORIGEM	UF DESTINO
2016	60%	40%
2017	40%	60%
2018	20%	80%
2019 em diante	0%	100%

Fonte: Elaborado pela autora a partir da EC 87/15, 2018.

Anteriormente, o ICMS era recolhido integralmente no Estado de origem da mercadoria pelo remetente. Em 2016 o valor do ICMS diferencial de alíquota passou a ser dividido entre o Estado de origem e o de destino de forma gradativa, na proporção estabelecida em lei até 2019, devendo a partir deste, ser recolhido integralmente para o Estado de destino da mercadoria.

Tendo como destino os consumidores que não contribuem com o ICMS, que residem em outros Estados, segundo Orso e Treter (2016, p.12) o recolhimento ocorre no momento em que há a emissão da nota fiscal, na qual deverá conter o montante arrecadado para o Estado de destino e também para o de origem, devendo este parecer constar obrigatoriamente nas informações complementares.

A partir dessa etapa, o remetente deverá efetuar o recolhimento do DIFAL. Ainda conforme explicamOrso e Treter (2016, p.14), há duas possibilidades: por operação, através da Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais (GNRE), identificando a UF favorecida, efetuando o pagamento e, antes de despachar a mercadoria, anexar uma cópia do comprovante junto à nota fiscal. Ou por apuração, quando possuir inscrição estadual no Estado de destino, assim efetua-se todas as operações normalmente e o recolhimento ficará para o final do mês, com os valores de todas as operações.

2.4 Alíquotas nas Operações Interestaduais

A partir de tal Emenda Constitucional é preciso atentar-se para o entendimento do tema, visto que, sempre é necessário verificar se o destinatário, consumidor final, é contribuinte ou não. "É necessário repassar os custos desse imposto dentro do preço de venda do produto, para que seja possível a realização de lucro na venda do produto" (FERNANDES; CUNHA, 2017, p.09).

As alíquotas internas de cada Estado aplicadas em vigor são as seguintes: Paraná, São Paulo, Minas Gerias, Amazonas, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Sergipe, Rio Grande do Norte e Tocantins 18%; o Estado do Rio de Janeiro 20%; Rondônia 17,5% e os demais 17%. Convém ressaltar que as alíquotas podem variar dependendo do produto, mas os valores da maioria das mercadorias negociadas utilizam tal alíquota (AMARAL, 2016, p.24).

Já as alíquotas interestaduais de ICMS são de competência do Senado Federal, no qual nas saídas de mercadorias para os Estados de Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul adota-se 12%; quando as saídas forem para os Estados das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo aplica-se 7%; e para as mercadorias importadas a alíquota é de 4%.

3 ESTUDO DE CASO

O estudo de caso partirá da análise da formação do preço de venda de uma indústria de refrigerantes localizada no Estado do Rio Grande do Sul, optante pelo Lucro Presumido. Os refrigerantes estão classificados com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) pelo código 2202.10.00 com a seguinte descrição: "Águas, incluindo as águas minerais e as águas gaseificadas, adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes ou aromatizadas" e, conforme a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), para esse NCM a alíquota do IPI aplicada é de 4%.

Utilizando-se das regras de tributação antes e após a alteração EC87/15, será realizado uma análise do DIFAL, avaliando desta forma os impactos que tal operação resultou para cada um dos Estados envolvidos e para a própria empresa. Nos cálculos apresentados não serão levados em consideração o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e frete, lembrando também que o IPI é um imposto que utiliza-se do preço final do produto, ou seja, é calculado por fora.

Quadro 02 - Formação do preço de venda de refrigerante antes da Emenda Constitucional 87/15 para consumidor final não contribuinte

Custo unitário do litro	R$ 2,00
Lucro esperado	R$ 0,80
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
IRPJ	1,20%
CSLL	1,08%
IPI	4,00%
ICMS interno do produto no RS	20%
Preço do produto	R$ 3,82
IPI	R$ 0,15
PREÇO FINAL	**R$ 3,97**

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Conforme o modelo proposto por Fernandes e Cunha (2017, p.11), a fórmula utilizada para a formação do preço de venda foi:

PREÇO DO PRODUTO = custo + lucro
(100 – alíquota PIS – alíquota COFINS – alíquota IRPJ – alíquota CSLL) – (alíquota ICMS interna x (100 + alíquota IPI))

PREÇO FINAL PARA CLIENTE = preço do produto x (100 + alíquota IPI).

Preço do produto = $\frac{2,00 + 0,80}{(100 – 0,65 – 3,00 – 1,20 – 1,08) – (20 \text{ x } (100 + 4,00))}$

Preço do produto = $\frac{2,80}{(100 – 5,93) – (20,80)}$

Preço do produto = $\frac{2,80}{73,27} = 0,0382$

Preço final para cliente= 0,0382 x (100 + 4) = 3,97

Antes da referida alteração aplicava-se a alíquota interna do Estado de origem, assim o preço de venda para todos os demais Estados da federação seria o mesmo, de R$ 3,97. Depois, a situação desse cenário passa a ser diferente, a empresa terá que analisar a alíquota interna do Estado de destino e a alíquota interestadual da operação, tendo que optar por uma nova precificação. Seguindo o estudo, será demonstrado o novo preço de venda para o Rio de Janeiro e outro para o Acre.

Quadro 03 - Formação do preço de venda de refrigerante após a Emenda Constitucional 87/15 para consumidor final não contribuinte localizado no Rio de Janeiro

Custo unitário do litro	R$ 2,00
Lucro esperado	R$ 0,80
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
IRPJ	1,20%
CSLL	1,08%
IPI	4,00%
ICMS interestadual da operação	12%
ICMS do produto no Estado do RJ	18%
Preço do produto	R$ 3,72
IPI	R$ 0,15
PREÇO FINAL	**R$ 3,87**

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A fórmula utilizada segue a mesma ideia da anterior, porém observando as novas regras.

PREÇO DO PRODUTO = custo + lucro
(100 – alíquota PIS – alíquota COFINS – alíquota IRPJ – alíquota CSLL) – (alí-

quota ICMS interestadual x (100 + alíquota IPI)) – (DIFAL x (100 + alíquota IPI))

PREÇO FINAL PARA CLIENTE = preço do produto x (100 + alíquota IPI).

Preço do produto = $\frac{2,00 + 0,80}{(100 – 0,65 – 3,00 – 1,20 – 1,08) – (12 \times (100 + 4,00)) – (6 \times (100+4,00))}$

Preço do produto = $\frac{2,80}{(100 – 5,93) – (12,48) – (6,24)}$

Preço do produto = $\frac{2,80}{75,35} = 0,0372$

Preço final para cliente = 0,0372 x (100 + 4) = 3,87

Quadro 04 - Formação do preço de venda de refrigerante após a Emenda Constitucional 87/15 para consumidor final não contribuinte localizado no Acre

Custo unitário do litro	R$ 2,00
Lucro esperado	R$ 0,80
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
IRPJ	1,20%
CSLL	1,08%
IPI	4,00%
ICMS interestadual da operação	7%
ICMS do produto no Estado do AC	25%
Preço do produto	R$ 4,11
IPI	R$ 0,16
PREÇO FINAL	**R$ 4,27**

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

PREÇO DO PRODUTO = custo + lucro
(100 – alíquota PIS – alíquota COFINS – alíquota IRPJ – alíquota CSLL) – (alíquota ICMS interestadual x (100 + alíquota IPI)) – (DIFAL x (100 + alíquota IPI))

PREÇO FINAL PARA CLIENTE = preço do produto x (100 + alíquota IPI).

$$\text{Preço do produto} = \frac{2{,}00 + 0{,}80}{(100 - 0{,}65 - 3{,}00 - 1{,}20 - 1{,}08) - (7 \times (100 + 4{,}00)) - (18 \times (100 + 4{,}00))}$$

$$\text{Preço do produto} = \frac{2{,}80}{(100 - 5{,}93) - (7{,}28) - (18{,}72)}$$

$$\text{Preço do produto} = \frac{2{,}80}{68{,}07} = 0{,}0411$$

Preço final para cliente = 0,0411 x (100 + 4) = 4,27

Seguindo com o tema proposto é importante evidenciar a partilha do ICMS entre os Estados. A seguir a empresa do Rio Grande do Sul irá comercializar com o Estado do Acre.

Quadro 05 – Partilha do DIFAL conforme a Emenda Constitucional 87/15 entre os Estados do Rio Grande do Sul e Acre

Valor da mercadoria	R$ 2.000,00
Alíquota de destino (AC 25%)	R$ 500,00
Alíquota interestadual da operação (RS-AC 7%)	R$ 140,00
Diferença 18%	R$ 360,00
Valor do diferencial para o Estado de origem (360,00 x 20%)	R$ 72,00
Valor do diferencial para o Estado de destino (360,00 x 80%)	R$ 288,00

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Desta forma, o valor total do ICMS que cabe para o Estado do Rio Grande do Sul é de R$ 212,00 (140,00 + 72,00) e para o Estado do Acre é R$ 288,00, enfatizando que o responsável pelo recolhimento é o Estado que efetuou a venda, pois o destino da mercadoria não é contribuinte do imposto e os totais do DIFAL devem constar nas informações complementares da nota fiscal.

3.1 Análise Crítica do Estudo de Caso

Observando os dados, constatou-se que com a nova proposta da Emenda Constitucional fica evidente que o DIFAL precisa ser considerado dentro da composição unitária do produto, caso contrário, a empresa perderá sua competitividade no mercado, pois não é adequado fazer um único preço para todo o país sendo que o mesmo

pode variar entre os Estados, como visto no trabalho.

O impacto do diferencial de alíquotas se dá pela variação paga pelos consumidores finais, o preço do refrigerante variou em R$ 0,40, em virtude da alíquota interna do Acre ser maior e a alíquota interestadual menor.

Para a empresa citada no trabalho o impacto está relacionado em conhecer a tributação do produto comercializado, qual a alíquota do ICMS do próprio Estado até o Estado do cliente e qual a alíquota do ICMS do produto também dentro do Estado do cliente. A empresa precisará manter uma tabela de preços diferenciada por Estado, pois é a escolha mais justa perante o cliente.

Com relação às vendas, em tese o diferencial de alíquota é benéfico com os Estados que estavam sendo prejudicados, pois antes não recebiam nada neste tipo de transação e para o ano que vem ficarão com 100% dele, ou seja, o Acre receberá integralmente R$ 360,00 se seu cidadão efetuar uma compra com outro Estado.

4 COSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo sobre o diferencial de alíquota possibilitou perceber que o imposto é algo complexo, onde cada Estado possui seu regulamento. Outro ponto que fica evidente é que o mesmo muda de uma forma constante e as empresas devem atentarem-se a legislação afim de realizar a correta e atualizada movimentação.

O diferencial de alíquota representa um impacto nas empresas que efetuam operações interestaduais para o consumidor final não contribuinte, por meio da tributação do imposto e das demais obrigações, pois será necessário muito mais informações sobre o comprador.

Tal diferencial surgiu na busca de reduzir as desigualdades regionais, porém, fez com que o cálculo do imposto tivesse maior complexidade uma vez que o contribuinte necessita arrecadar parte para o Estado de origem e parte para o Estado de destino, tendo plena observância das regras estabelecidas em cada Estado.

O DIFAL é uma forma de proteção perante as empresas de cada Estado, pois mantém ativa a competitividade do Estado onde o produto será consumido, estimulando os consumidores a comprarem mercadorias dentro de sua própria unidade, além de ser necessário para que haja um equilíbrio no cenário fiscal dos Estados Federativos, evitando a concentração do imposto gerado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, F.C.T.C. **O ICMS sobre as operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final e a emenda constitucional nº 87 de 17 de abril de 2015.** Brasília: Universidade Federal de Brasília, 2016.

BARREIRINHAS, Robinson Sakiyama. **Manual de Direito Tributário**. 2ª Ed. São Paulo: Método, 2009.

BRASIL. Lei N.º 5.172 de 25 de outubro de 1966. **Código Tributário Nacional.** Dis-

põe Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 87, de 16 de abril de 2015.** Altera o § 2º do art. 155 da Constituição Federal e inclui o art. 99 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/enc/emc87.htm>. Acesso em 22 de abril de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccvili_03/constituicao/constituicaocompilada.htm>Acesso em 12 de abril de 2018.

CONTÁBEIS. **ICMS – Alíquotas internas – Alterações para 2017**. 2017. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/noticias/31510/icms-aliquotas-internas-alteracoes-para-2017/>. Acesso em 15 de setembro de 2018.

CORNÉLIO, F.M. **Direito tributário.** Salvador: Editora JusPodium, 2014.

FAZENDA.**Tributação em operações e prestações internas.** Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folders/site_fazenda/informacao/icms/nf_sucata/EC%2087-15/Tributa%C3%A7%C3%A3o%20-%20RJ%20consumidor%20final%20%2026-10-16.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2018.

FERNANDES, B.P; CUNHA, R. Z da. **O impacto do diferencial de alíquota nas operações destinadas a consumidor final nas vendas de cervejas artesanais de uma micro cervejaria após alterações da emenda constitucional 87/2015**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

GOVERNO DO ESTADO DO RS. **Novas alíquotas de ICMS passam a vigorar em 1º de janeiro. 2015**. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/novas-aliquotas-de-icms-passam-a-vigorar-em-1-de-janeiro>. Acesso em 15 de setembro de 2018.

LEIBEL, L.I. **A incidência tributária do ICMS no E-commerce.** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

ORSO, Bárbara Bento; TRETER, Jaciara. **A Emenda Constitucional 87 e a Partilha do ICMS Entre os Estados**. Universidade de Cruz Alta, 2016.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de Contabilidade Tributária**: análise dos impactos tributários das leis n° 11.638/07, 11.941/09 e dos pronunciamentos emitidos pelo CPC.7. ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2011.

RODRIGUES, R.; GONÇALVES, J.C. **Procedimentos de Metodologia Científica**. 7ª. ed. Lages, SC: Papervest, 2014.

SACHSIDA, A. **Tributação no Brasil estudos ideias e propostas**. Brasília: Ipea, 2017.

Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados.(TIPI) 2017. Disponível em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/legislacao/documentos-e-arquivos/tipi.pdf>. Acesso em 15 de setembro de 2018.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO ESTRATÉGICO NAS EMPRESAS

Jonatan de Liz Steffen[1]
Ceniro Ferreira de Sousa[2]
Ana Paula Rampi[3]
Eder Claudio Bastos[4]

RESUMO

Em virtude da importância que os impostos têm no atual contexto dos negócios, representando um grande custo para as empresas, esse estudo surgiu, inicialmente, com o intuito de buscar a melhor forma de tributação para a empresa. A cada dia as empresas de pequeno porte e as microempresas vem buscando formas de melhorar sua capacidade de desempenho, a partir de uma abordagem geral do conceito de planejamento e sua finalidade, o presente estudo vem com o intuito de demonstrar uma breve contextualização sobre a aplicação dos regimes tributários. Podendo ser aplicadoem microempresa, pequenas e de grande porte, com o intuito de diminuir a alta carga tributária, o qual está se tornando um grande desafio para os empresários, pois o nosso sistema tributário é considerado um dos mais complexos. Sendo assim, se faz necessário elaborar um planejamento tributário cauteloso e eficaz para analisar e identificar a melhor modalidade de tributação, ou seja, apresentar para a empresa a melhor opção tributária, esta que lhe represente economia financeira. Podendo optar entre o Simples Nacional ou Lucro Presumido. Para tal, foi realizada uma análise por meio de estudo de caso em uma empresa de serviços de Engenharia, fazendo uma comparação de qual regime será mais viável Simples Nacional ou Lucro Presumido.

Palavra - chave: Impostos; Planejamento tributário;Tributação.

[1] Acadêmico da 8ª Fase do Curso de Ciências Contábeis, do Centro Universitário UNIFACVEST.
[2] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências da Computação. Doutorando em Direito pela Universidade Veiga de Almeida - UVA.
[3] Graduado em Ciências Econômicas. Especialista em Finanças e Controladoria. Mestre em Educação.
[4] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências Contábeis.

STRATEGIC TAX PLANNING IN BUSINESS

Jonatan de Liz Steffen[1]
Ceniro Ferreira de Sousa[2]
Ana Paula Rampi[3]
Eder Claudio Bastos[4]

ABSTRACT

Due to the great importance that taxes have in the current business context, representing a great burden on companies, this study was initially aimed at seeking the best form of taxation for the company. Every day, small companies and microenterprises are looking for ways to improve their performance capacity, based on a general approach to the concept of planning and its purpose, the present study aims to demonstrate a brief contextualization about the application of tax regimes. It can be applied in microenterprises, small and large, with the purpose of reducing the high tax burden, which is becoming a great challenge for entrepreneurs, since our tax system is considered one of the most complex. Therefore, it is necessary to elaborate a cautious and effective tax planning to analyze and identify the best modality of taxation. You can choose between the National Simples or Presumed Profit. For this, an analysis was carried out by means of case study in an Engineering services company, making a comparison of which scheme will be more feasible Simple National or Presumed Profit.

Word - key: Taxes. Tax planning. Taxation.

[1] Acadêmico da 8ª Fase do Curso de Ciências Contábeis, do Centro Universitário UNIFACVEST.
[2] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências da Computação. Doutorando em Direito pela Universidade Veiga de Almeida - UVA.
[3] Graduado em Ciências Econômicas. Especialista em Finanças e Controladoria. Mestre em Educação.
[4] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade e o planejamento tributário caminham juntos e são de extrema importância para as empresas. Sua finalidade é coletar e registrar fatos contábeis que são praticados pela empresa, mostrando a situação patrimonial e financeira.

Como todos procuram se estabilizar no mercado para competir coma concorrência, as empresas hoje procuram formas de reduzir os custos e obter cada vez mais lucros. Mas a real dificuldade para quem tem uma empresa, não está somente na alta carga tributaria, mas também na falta de conhecimento dessa carga.

O empresário, muitas vezes, não tem o conhecimento fiscal e quando se depara com tais situações, encontra dificuldade na gestão da empresa. Diante disso decidiu-se realizar este estudo, porque além do interesse próprio, nota-se uma carência de profissionais capacitados para entender as demandas da área.

Primeiramente será demonstrado o objetivo, justificativa e metodologia das principais formas de pesquisa. Logo após é apresentada a fundamentação teórica que se tratará do planejamento tributário, nele deve verificar o tipo de tributação com menor carga tributária, e que se encaixe melhor no Simples Nacional ou Presumido.

Posteriormente será demonstrado o estudo de caso, com os estudos e cálculos feitos para se observar então a melhor forma de tributação, para que assim realize-se a redução dos gastos e se elevem os lucros.

Este estudo tem o objetivo de analisar dois regimes tributários, o Simples Nacional e o Lucro Presumido, para a melhor opção de enquadramento. E por fim o estudo mostra as considerações finais, onde relata o que será mais viável para a empresa e como que se chegou à escolha de determinado regime de tributação.

1.1 Justificativa

Como justificativa pode-se dizer que para se alcançar o resultado esperado é necessário que haja uma redução de custos e despesas na empresa, e para se obter esta redução é preciso a implantação de um planejamento tributário e também de um profissional qualificado para desenvolve-lo. Hoje o Planejamento Tributário se torna a opção mais adequada e adotada pelas empresas.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

É o estudo aprofundado sobre o tema em questão, onde se tem o planejamento tributáriocomo instrumento substancial para uma melhor “saúde” e competitividade na empresa, ou seja, apresentar para a empresa a melhor opção tributária, esta que lhe represente economia financeira.

1.2.2 Objetivo Específico

- Propor uma solução para a redução da carga tributaria utilizando o planejamento tributário como ferramenta.

- Pesquisar e analisar as tributações existentes.
- Expor após a análise e apresentação dos dados qual o regime será mais benéfico para a empresa.

1.3 Metodologia

O projeto que será utilizado é o estudo de caso, com pesquisas e análises detalhadas do assunto a ser tratado, originadas de pesquisas cientificas e bibliográficas em torno do tema. Onde se teve como auxilio o livro do autor Francisco Coutinho chaves, entre outros.

2 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO ESTRATÉGICO NAS EMPRESAS

2.1 Planejamento Tributário

Atualmente nosso país encontra-se com uma elevada carga tributária, e é indispensável à utilização de um planejamento tributário feito com muita cautela e analisando minuciosamente todos os dados, a fim de escolher qual o melhor regime tributário que a empresa irá se enquadrar se será o Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real, resultando assim em uma menor carga tributária, diminuindo legalmente os impostos, as contribuições e taxas a serem pagas.

O planejamento tributário estratégico tem como objetivo fundamental a economia tributária de impostos, procurando atender ás possíveis formas da legislação fiscal, evitando perdas desnecessárias para a organização. (OLIVEIRA, 2011, p. 21)

Como o planejamento tributário é um processo de difícil entendimento e por ser um assunto muito amplo deve ser realizado por um profissional da contabilidade que já possuaconhecimento e experiência na área tributária, contribuindo assim para um melhor funcionamento e chegando a um nível desejado e satisfatório de sucesso da empresa.

2.2 Sistema tributário

O sistema tributário no Brasil é conhecido por ser muito complexo, não somente pela alta carga tributária, mas também pelas normas que devem ser seguidas para o recolhimento de impostos.

2.3 Regimes Tributários

Atualmente existem três tipos de regimes tributários para escolha: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real. O que irá decidir o sucesso da empresainicia já na escolha de qual destes três regimes será o maisbenéfico para a empresa, o enquadramento se dá através da atividade exercida e do faturamento da empresa.

2.3.1 Simples Nacional

Considerado o regime especial unificado de arrecadação de tributos, seu ob-

jetivo é simplificar o recolhimento de contribuições das microempresas e empresas de pequeno porte, e devem atingir o faturamento até R$ 4.800.000,00.

Conforme a Lei Complementar 123/2006 do CGSN:

Art. 3o Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Trata-se de um regime simplificado para o cálculo e recolhimento dos impostos.

2.3.2 Lucro Presumido

Modalidade de tributação opcional para algumas empresas, representa um mecanismo para simplificar o cálculo dos tributos com o Imposto de Renda e a Contribuição Social, visando facilitar as rotinas tributárias.

> As empresas que optam pela apuração do imposto de renda e contribuição social na modalidade do lucro presumido não estão obrigadas a possuir escrituração contábil detalhada de suas receitas e despesas, que indique seu lucro real, basta que possua e escriture o livro caixa, o qual irá mostrar, entre outras coisas, as receitas efetivamente recebidas. Evidentemente, esse livrocaixa precisa ser escriturado dentro dos princípios e formalidades previstos na legislação fiscal. (OLIVEIRA, 2011, p. 180)

Essa modalidade pode ser utilizada pelas indústrias, comércios e prestadora de serviços, as quais tenham auferido no ano calendário anterior receita bruta inferior a R$ 78.000.000,00 ou a R$ 6.500.000,00 multiplicado pelo número de meses de atividade.

2.3.3 Lucro Real

Considera-se o Lucro Real o regime de maior complexidade, onde a empresa deve saber exatamente qual foi seu lucro, esse regime tributário é calculado com base no lucro auferido, para a apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

É o resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões. Quando analisado somente o Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), na maioria dos casos é a melhor opção, porque a empresa somente paga os referidos tributos quando obtém lucro. (CHAVES, 2010, p.14)

Assim determina o art. 262 do RIR:

O Livro de Apuração do Lucro Real, também conhecido pela sigla LALUR, é um livro de escrituração de natureza eminentemente fiscal, criado pelo Decreto – lei nº. 1.598, de 1977, em obediência ao § 2º do art. 177 da Lei nº 6.404, de 1976, e destinado à apuração extra contábil do lucro real sujeito à tributação para o imposto de renda em cada período de apuração, contendo, ainda, elementos que poderão afetar o resultado de períodos de apuração futuros.

3. ESTUDO DE CASO

Desenvolvido em uma empresa cujo ramo de atividade é serviços de Engenharia, a empresa e os valores denominam-se fictícios. A Empresa optava ao Regime Lucro Presumido no ano de 2017. Para poder observar qual será a melhor forma de tributação será demonstrando os cálculos tanto pela forma do novo calculo do Simples Nacional dentro do Anexo V e como do Lucro Presumido. Será de uma forma presumida o seu faturamento no ano de 2018 para observar esse estudo.

3.1 Tributação pela modalidade Lucro Presumido

As empresas tributadas pelo Lucro Presumido deverão pagar o Imposto de Renda Pessoa Jurídica(IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) por períodos de apuração trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário. Já o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social(COFINS) são mensais.

O cálculo do IRPJ pelo Lucro Presumido trimestralmente será pago sobre a base de cálculo presumida com a alíquota de 15 %, sobre ainda a base de calculo trimestral acima de R$60.000,00 será acrescido 10% de adicional de Imposto de Renda.

A CSLL apurada pelo Lucro Presumido trimestralmente é calculada sobre a receita bruta auferida no trimestre e se aplica a alíquota de 9 %.

O PIS e a COFINS apurado mensalmente pelo Lucro Presumido, tem como fato gerador a receita bruta e se aplica a alíquota de 0,65% para o PIS e de 3% para a COFINS.

O Imposto Sobre Serviços ISS será de 4% e o INSS Patronal será 20%.

Na tabela abaixo encontra-se os cálculos realizados referente ao Lucro Presumido, com o faturamento multiplicado pelos impostos IRPJ, PIS, COFINS, CSLL e o ISS que totalizam 15,33% que representa a soma de todos os impostos a serem pagos. Será apresentado também nesta tabela o total dos impostos sobre a folha de pagamento, chegando por fim no total geral de tributos a serem pagos na modalidade do Lucro Presumido.

3.2 Tributação pela modalidade Simples Nacional

A partir do anexo V da Lei Complementar 123/2006, incluído pela Lei Complementar 147/2014 foi realizado os cálculos do Simples Nacional, vale ressaltar que nas alíquotas já estão incluso os impostos: IRPJ, CSLL, COFINS, PIS/PASEP, CPP e ISS.

Conforme a Lei do Simples Nacional, efetivo no ano de 2018, uma nova forma de tributação ficou vigente, aonde em base do fator R sobre folha de pagamento poderá variar entre o Anexo III e Anexo V para algumas atividades, e o que vai diferencia-los é a porcentagem de 28% sobre a mesma.

Aonde Folha de pagamento total dos últimos 12 Meses / Sobre faturamento dos últimos 12 meses:

< 28% = ANEXO V
> 28% = ANEXO III

3.4 Análise do estudo de caso

Os cálculos acima demonstram a comparação dos encargos tributários do ano de 2018 de uma empresa, entre dois regimes tributários Lucro Presumido e Simples Nacional. O valor da apuração dos impostos pelo Lucro Presumido resultou em R$ 126.753,51,pelo Simples Nacional R$ 121.933,92.

Após analisar os cálculos, observa-se que o regime que acarretará a menor carga tributária de forma foi pelo Simples Nacional, à empresa teve uma economia de R$4.819,59, considerado um valor não muito relevante, porem que pode fazer a diferença em relação a concorrentes. Também tem a possibilidade de aumento em folha de pagamento que poderá ainda ter um ótimo beneficio no Simples Nacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível compreender a importância e o resultado que traz para uma empresa um Planejamento elaborado de forma corretae também a escolha do regime correto, obedecendo aos princípios e as determinações da legislação, resultam na permanência da empresa no mercado de trabalho, o qual está cada vez mais competitivo e dinâmico.

Se o empresário não tiver um contador orientando e auxiliando, com certeza a empresa irá perder recursos financeiros, por uma escolha de modalidade de regime equivocada.

Neste trabalho foi feita uma pequena contextualização sobre a aplicação do planejamento tributário, demonstrando que o mesmo é necessário e de extrema importância independentemente do porte da empresa. Como a carga tributária vem se tornando o pesadelo dos empresários e a grande dificuldade para se manter uma empresa em pleno funcionamento, a solução mais eficaz é um planejamento tributário cauteloso, que resulta em uma economia significativa dos tributos sendo essa a maior vantagem das empresas.

Neste estudo de caso foram desenvolvidos os cálculos referente ao regime de tributação Simples Nacional e também lucro presumido, após a análise dos cálculos pode-se observar que o regime que trará maior economia financeira para a empresa será pelo Simples Nacional, trazendo uma vantagem econômica significativa para a empresa, onde a mesma ainda tem a possibilidade de aumento em folha de pagamento que poderá ter uma ótima vantagem no Simples nacional. Após a análise dos cálculos pode-se concluir que a empresa consegue se manter no mercado de trabalho tendo lucro, e que este estudo de caso é de extrema importância para decidir o futuro da empresa e a permanência da mesma nessa atual sociedade competitiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAVES, et al, **Contabilidade Tributária na Prática.** 1ª Ed. São Paulo, SP: Atlas

S.A 2010.

MARION, J.C.; DIAS, R.; TRADI, M. C. **Monografia para cursos de administração, contabilidade e economia**. São Paulo: Atlas. 2002.

OLIVEIRA, et al, **Manual de Contabilidade Tributária**. 10ª Ed. São Paulo, SP: Atlas S.A, 2011.

Disponível em: http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional Acessado em: 15/11/2018.

Disponível em:http://www.portaltributario.com.br/artigos/oquee_lucropresumido.htm. Acessado em: 15/11/2018

Disponível em: http://www.portaltributario.com.br/artigos/o-que-e-lucro-real.htmAcessado em: 16/11/2018

UM ESTUDO DE CASO NA FORMAÇÃO E MÉTODO DE DISTRIBUIÇÃO DAS SOBRAS NUMA COOPERATIVA DE CRÉDITO

Jaine Pereira Gonsalves[1]
Ceniro Ferreira de Sousa[2]
Ana Paula Rampi[3]
Eder Claudio Bastos[4]

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a formação das sobras e o método utilizado para a distribuição entres os associados numa cooperativa de crédito, demonstrando o critério usado para o rateio entre os mesmos. A distribuição das sobras consequentemente estimula novas operações e fortalece a estrutura patrimonial da cooperativa. Para isso foi utilizado o estudo de caso, onde os documentos e informações internos prestados foram obtidas através da cooperativa de crédito estudada. Nesta análise verificou-se que as sobras são formadas de acordo com os ingressos deduzindo os dispêndios e impostos incidentes, destinações das reservas assim obtendo as sobras líquidas do período que ficam à disposição dos associados. As sobras líquidas do exercício devem ser distribuídas aos associados proporcionalmente de acordo com suas movimentações financeiras e serviços utilizados junto a cooperativa. No estudo de caso verificou-se que na cooperativa estudada a devolução das sobras liquidas ocorre mediante capitalização de novas quotas-partes de capital, na proporção com relação ás operações por elesrealizadas.

Palavras chave: Cooperativas; distribuição de sobras; associados.

[1] Acadêmico da 8ª Fase do Curso de Ciências Contábeis, do Centro Universitário UNIFACVEST.
[2] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências da Computação. Doutorando em Direito pela Universidade Veiga de Almeida - UVA.
[3] Graduado em Ciências Econômicas. Especialista em Finanças e Controladoria. Mestre em Educação.
[4] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências Contábeis.

A CASE STUDY ON TRAINING AND METHOD OF DISTRIBUTION OF HOUSING IN A CREDIT COOPERATIVE

Jaine Pereira Gonsalves[1]
Ceniro Ferreira de Sousa[2]
Ana Paula Rampi[3]
Eder Claudio Bastos[4]

ABSTRACT

The present work has the objective of demonstrating the formation of leftovers and the method used to distribute among the associates in a credit cooperative, demonstrating the criterion used for apportionment among them. The distribution of the leftovers consequently stimulates new operations and strengthens the cooperative's equity structure. For this purpose, a case study was used, where the internal documents and information provided were obtained through the credit cooperative studied. In this analysis it was verified that the leftovers are formed according to the inflows deducting the expenses and taxes incident, allocations of the reserves thus obtaining the net leftovers of the period that are available to the associates. The net surplus of the exercise should be distributed to members proportionally according to their financial movements and services used together with the cooperative. In the case study, it was found that in the cooperative studied, the return of liquid leftovers occurs through the capitalizationofnewsharesofcapital,inproportiontotheoperationsperformedbythem.

Key words: Cooperatives; distribution of leftovers; associates.

[1] Acadêmico da 8ª Fase do Curso de Ciências Contábeis, do Centro Universitário UNIFACVEST.
[2] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências da Computação. Doutorando em Direito pela Universidade Veiga de Almeida - UVA.
[3] Graduado em Ciências Econômicas. Especialista em Finanças e Controladoria. Mestre em Educação.
[4] Graduado em Ciências Contábeis. Mestre em Ciências Contábeis.

1. INTRODUÇÃO

As cooperativas de crédito vêm crescendo fortemente, ganhando espaço no sistema financeiro e nas comunidades, são instituições sem fins lucrativos que procuram captar recursos financeiros para financiar atividades econômicas dos seus associados.

Cooperativa de crédito é uma instituição financeira formada pela associação de pessoas, com interesse comum, com os mesmos objetivos econômicos e sociais, sem objetivo de lucro. É uma alternativa para a população principalmente para pequenos produtores pois comparando com outras instituições financeiras possui juros mais atrativos. Através da cooperação, transparência, comprometimento tem como prioridade gerar soluções financeira adequadas e sustentáveis para seus associados e seus negócios, fortalecendo a região onde está inserida.

As sobras apuradas serão distribuídas entre os associados conforme suas movimentações junto a cooperativa, é o resultado positivo no balanço anual da cooperativa apurado no final do exercício. A sua forma de distribuição é definida pelos associados na assembleia geral ordinária (AGO).

Para que a cooperativa obtenha um resultado positivo é necessário que os associados usufruam o máximo dos produtos, serviços e linhas de crédito oferecidos por ela, tendo como sua principal instituição financeira.

O presente trabalho foi desenvolvido em 4 capítulos. Na estrutura do primeiro capítulo é apresentado a importância do tema escolhido, onde se demonstra a área de conhecimento, a justificativa da escolha do tema abordado, os objetivos gerais, objetivos específicos e metodologia utilizada.

Estrutura do segundo capítulo aborda o surgimento do cooperativismo e seus princípios, também comenta sobre cooperativas de crédito bem como sua importância para com a comunidade e associados. O terceiro capítulo traz a constituição das reservas nas cooperativas, ato cooperativo e não cooperativo. Quarto capítulo estudo de caso.

1.1 Justificativa

A escolha do tema se justifica nas dúvidas frequentes por parte dos associados e comunidade de como são formadas, distribuídas e para onde vai as sobras da cooperativa. O presente trabalho busca trazer de forma mais clara e objetiva a formação das sobras e o critério usado para o rateio entre os associados da cooperativa estudada.

1.2 Objetivo Geral

Demostrar como as sobras da cooperativa estudada, são formadas e distribuídas no final de cada exercício conforme definido na AGO.

1.2.1 Objetivos Específicos

- Demonstrar como são formadas e o critério usado para distribuição dassobras;
- Descrever e analisar a destinação das sobras do exercício de 2017 distribuídos em Março de 2018 da cooperativa estudada;
- Trazer dados e informações que permitam uma visão clara e objetiva aos associados e comunidade, como é feito o rateio das sobras.

1.3 Metodologia

Para que este trabalho fosse colocado em prática, primeiro buscou-se material, artigos, livros que tratam do tema abordado. Para realizar o estudo de caso utilizou-se documentos internos fornecidos pela cooperativa estudada onde foi levantado as demonstrações das destinações das sobras do exercício 2017. Após a análise foi apresentado a sobra liquida do exercício e suas destinações conforme aprovado pelos associados, e o critério utilizado para o rateio das sobras conforme suas movimentações.

2 COOPERATIVISMO

2.1 Referencial Teórico

O cooperativismo surgiu na Inglaterra na cidade de Rochdale onde 28 operários, que eram em maioria tecelões, fundamentados no sentimento de cooperação e mutualidade finalmente conseguiu colocar em funcionamento um empreendimento, que a história registra como marco inicial do cooperativismo.

Santos (2008 p. 2)

> Contempla que esses 28 tecelões fundaram a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale depois de economizarem durante um ano uma libra cada um. Essas pessoas buscavam uma alternativa à exploração que sofriam sobre o sistema capitalista, sobre tudo em meio à Revolução Industrial (longas jornadas de trabalho sob condições desumanas, em que mulheres e crianças trabalhavam exaustivamente e com salários baixos). Naquele momento a constituição da pequena cooperativa de consumo estaria mudando os padrões econômicos da época e dando origem ao movimento cooperativista. Tal iniciativa foi motivo de deboche por parte dos comerciantes, mas logo no primeiro ano de funcionamento o capital da sociedade aumentou para 180 libras e cerca de dez meses mais tarde o "Armazém de Rochdale" já contava com 1.400 cooperantes. O sucesso dessa iniciativa passou a ser um exemplo para outros grupos.

Os princípios cooperativistas são as linhas orientadoras onde as cooperativas levam à prática os seus valores. Os quais são eles:

1) Adesão livre evoluntária;
2) Gestãodemocrática;
3) Participaçãoeconômica;
4) Autonomia eindependência;
5) Educação, formação e informação;
6) Intercooperação;
7) Interesse pelacomunidade;

A cooperação aproximara pessoas simples para uma missão especial, e objetivos em comum, unindo trabalho, recursos e vontade para realizar sonhos assim tornou-se cada vez mais forte expandindo de forma positiva conquistando reconhecimento em vários países, no Brasil se tornando um grande negócio.

2.2 Cooperativas de Crédito

Cooperativas de crédito possuem características similares aos bancos, seu funcionamento esta regulado na Resolução nº 3.106/2003 do Banco Central.

São instituições financeiras que oferecem os mesmos produtos e serviços financeiros que os bancos comuns, geralmente com taxas de juros reduzidas.

Trabalha diretamente para atender as necessidades de seus associados, desde pequenos produtores rurais, empreendedores, pessoas físicas e jurídicas, unindo forças gerando renda e fortalecendo a região que está inserida, proporcionando a seus cooperados recursos para seus negócios.

Segundo Schardong (2003), são atribuições das cooperativas de crédito:

> - captar recursos, sob a forma de depósitos a vista e a prazo, exclusivamente de associados;
> - captar recursos de outras instituições financeiras para repasse aosassociados;
> - descontar títulos emitidos pelosassociados
> - financiar as atividades dos associados mediante contrato de abertura decrédito;
> - efetuar prestação de serviços bancários aosassociados.

Para que a cooperativa possa alcançar os resultados almejados deve estar focada em seu negócio, procurando oferecer produtos e serviços diferenciados, gerando soluções financeiras adequada e sustentável aos seus associados. Usando estratégias claras e bem definidas com competência e qualidade em seus serviços, proporcionar atendimento diferenciado com colaboradores qualificados.

O comprometimento de todos os associados de certa forma é o elemento mais importante para a sustentação de um sistema cooperativistas pois são donos do negócio, reconhecendo que também possuem responsabilidades, diretos e deveres dentro da cooperativa. Tendo participação ativa nas decisões, nas reuniões e principalmente nas assembleias, manifestando seus interesses, fortalecendo o espirito cooperativista.

3 CONSTITUIÇÃO DAS RESERVAS

As cooperativas são obrigadas a constituir reservas, para maior segurança dos associados, possuindo dois fundos obrigatórios. O fundo de reserva FATES é destinado a prestação de assistência aos associados e quando previsto nos Estatutos aos empregados da cooperativa, é formado pela porcentagem de no mínimo 5% das sobras líquidas conforme previsto no Estatuto de cada cooperativa ou definido pelos associados pela Assembleia Geral. E o Fundo de Reserva chamado também de Reserva Legal, fundo destinado a cobrir eventuais deficiências que podem ocorrer na cooperativa, sem que os associados tenham que cobrir essas perdas, serve também para atender as necessidades da cooperativa, é constituído de no mínimo 10% das sobras líquidas. Os associados mediante Assembleia também podem criar outros tipos de fundos para outros fins.

Conforme explica o artigo 28 da Lei nº 5.764/71 que trata dos fundos obrigatórios, os quais, para fins contábeis3, são chamados de “Reservas”:

> Art. 28. As cooperativas são obrigadas a constituir:
> I - Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício;
> II - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.
> § 1° Além dos previstos neste artigo, a Assembléia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.
> § 2º Os serviços a serem atendidos pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social poderão ser executados mediante convênio com entidades públicas e privadas.

Krueger (2004, p.268) afirma:

> Que reservas são os fundos previstos na legislação ou nos estatutos sociais (NBC T 10.8.1.12) e ainda que após a constituição das reservas legais estatutárias, o saldo que eventualmente remanescer deverá ser transportado para uma conta de Patrimônio Líquido, denominada "sobras ou perdas à disposição da assembléia geral" (NBCT10.8.3.3).

No final de cada exercício é feito a apuração das sobras ou perdas acumuladas, e os resultados são repassados aos associados nas assembleias gerais anuais, realizadas nos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social feitas normalmente no mês de Março. Onde osmesmos podem através de votação, criar novos fundos, conforme previsto no estatuto de cada cooperativa.

As sobras são formadas de acordo com os ingressos deduzindo os dispêndios, impostos incidentes, destinações das reservas, através dos produtos, serviços e juros pagos, é o resultado positivo do balanço anual da cooperativa apurado no final do exercício.

Quanto maior for a movimentação do sócio com a cooperativa maior será o seu retorno das sobras, pois sua distribuição incentiva os mesmos a movimentar com a cooperativa, utilizando como sua principal instituição financeira, mantendo pagamentos pontuais, e usufruindo o máximo dos produtos e serviços por ela oferecidos.

3.1 Atos cooperativos

O ato cooperativo é caracterizado pela não incidência de impostos. Alguns exemplos de atos cooperados em cooperativas de crédito são limite de cheque especial, cartão de crédito, operação de empréstimo, financiamento dentreoutros.

O Art. Da Lei 5.764 define atos cooperativos: "Denominam-se atos cooperativos os praticados entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si quando associadas, para consecução dos objetivos sociais."

3.2 Atos não cooperativos

O ato não cooperativo é caracterizado pelas operações que envolvem operações com terceiros pessoas fisicas e jurídicas não cooperados, também operações com o mercado que esteja fora dos objetivos sociais da cooperativa. Os rendimentos dos atos não cooperativos são tributáveis, não podem ser distribuídos, e são transferidos para o fundo FATES.

Segundo Irion (1997, p.102) os resultados dos atos não-cooperativos se refletem na economia da sociedade e não na economia dos sócios. São tributáveis sendo a cooperativa a contribuinte e o saldo destinado ao Fundo de Assistência Técnica e Educacional e social das cooperativas.

4 ESTUDO DE CASO: FORMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS SOBRAS

O presente estudo de caso realizou-se na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Serrano Sicoob Crediserra, localizada na Avenida Manoel Pereira de Medeiros na cidade de Urupema. Fundada 15/11/1996 na cidade de Urupema onde iniciou com 20 associados, hoje conta com 4 pontos de atendimento e 5.927 associados aotodo.

A Cooperativa Sicoob Crediserra tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade. Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados. A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito. Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Realização da Reserva FATES R$ 217.667,76 refere-se ao total das despesas dedutíveis da conta FATES utilizadas ao longo do período que são revertidas no fechamento do exercício como receita pra cooperativa, somando-se os dois valores teremos o resultado do período R$ 1.118.966,01. FATES resultado com não associados refere-se a 100% das receitas oriundas de atos não cooperativos totalizando o valor de R$ 31.295,04, o FATES (Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social) é uma reserva obrigatória constituída com o percentual de 5% conforme previsto no Estatuto Social da cooperativa estudada totalizando o valor de R$ 54.383,55. O Fundo de Reserva Legal é uma reserva obrigatória destinado a reparar perdas se caso a cooperativa venha a ter equivalente a 40% totalizando o valor de R$ 435.068,39. Fundo de Estabilidade Financeira FEF é um fundo para eventuais deficiências financeiras da cooperativa, sem que haja transmissão de responsabilidade através do rateio das perdas constituída com o percentual de 5% definido pelo Assembleia Geral totalizando o valor de R$ 54.383,55. Fundo de Amparo à Morte é um fundo estatuário, constituído pela Assembleia Geral da Cooperativa, com o objetivo de reunir recursos financeiros para cobrir operações de crédito em que o associado devedor venha a falecer, livrando os familiares do ônus da

dívida constituído de 25% totalizando o valor de R$ 271.917,74. Reversão Fundo Estabilidade Financeira FEF, refere-se as despesas deduzidas do FEF ao longo do exercício revertidas no fechamento como receita pra cooperativa por esse motivo vem somando nas demonstrações. Considerando os números citados identifica-se as sobras a disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) totaliza o valor de R$ 330.029,70 resultado das sobras que será distribuído aos associados.

As sobras liquidas no montante de R$ 330.029,70 conforme decisão da Assembleia, será distribuído aos associados mediante capitalização denovas quotas- partes de capital, na seguinte proporção com relação ás operações por eles realizadas: 40% para os associados que mantiveram saldo em conta corrente o que totaliza o valor de R$ 132.011,88, 35% para os associados que mantiveram saldos em aplicações financeiras valor de R$ 115.510.39 e 25% para os associados que pagaram juros durante o exercício equivalente ao valor total de R$ 82.507,43.

Simula a movimentação de 5 associados fictícios durante o ano exercício, cada um possui um percentual referente saldo médio em conta corrente, saldo médio aplicações e juros pagos. Esse percentual será utilizado como indicador para o rateio das sobras.

Uma simulação da forma utilizada pelo sistema para fazer o rateio das sobras entre os associados. Observando o valor distribuído para os associados que mantiveram saldo médio em conta corrente, referente a 40% das sobras no montante de R$ 132.011,88, o associado João das Couves durante o exercício obteve o percentual de 40,68% de participação com a cooperativa em saldo médio em conta corrente, portanto R$ 132.011,88*40,68% o valor que o associado João das Couves receberá do rateio referente saldo médio em conta corrente será de R$ 53.702,43. O valor distribuído para os associados que mantiveram saldo em aplicações financeiras referente a 35% das sobras no valor de R$ 115.510,40. A associada Maria de Jesus durante o exercício obteve o percentual de 4,89% de movimentação com a cooperativa em aplicação financeira portanto R$ 115.510,40*4,89% o valor que a associada Maria de Jesus receberá do rateio será de R$ 5.648,46. O valor distribuído aos associados que pagaram juros durante o exercício findo, referente a 25% das sobras no montante de R$ 82.507,43, o associado Pedro da Silva durante o exercício obteve o percentual de 60,90% de movimentação com a cooperativa em juros pagos portanto R$ 82.507,43*60,90% o valor que o associado Pedro da Silva receberá do rateio referente a sua participação juros pagos será de R$50.247,03.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi verificar e demonstrar a formação e o critério utilizado para a distribuição das sobras liquidas entre os associados na cooperativa estudada.

Demonstrando que as sobras são decorrentes dos ingressos menos os dispêndios, deduzindo os impostos incidentes e constituição das reservas. Com um estudo de caso na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Planalto Serrano, Sicoob Crediserra SC, estudo feito decorrente das sobras liquidas do exercício de 2017.

O objetivo foi alcançado, o estudo demonstra desde a formação das sobras, o

critério usado para distribuição das mesmas conforme decidido em AGO. Trazendo uma simulação da forma que o sistema da cooperativa estudada utiliza para o rateio entre os mesmos, conforme suas participações individuais com a cooperativa.

Identificou-se que o valor das sobras liquidas da cooperativa estudada, no montante de R$ 330.029,70 conforme decidido na Assembleia, foram distribuídos aos associados mediante capitalização de novas quotas (partes de capital).

Foi diante das dúvidas frequentes por grande parte dos associados e por trabalhar na área que surgiu o interesse em buscar mais sobre o assunto.

Acredito que o presente estudo trouxe contribuições positivas, procurou-se trazer de forma mais clara e objetiva o estudo apresentado, possibilitando uma melhor interpretação até mesmo nas assembleias de como as sobras são formadas e distribuídas dentro das cooperativas. Servindo como objeto de pesquisas para outros acadêmicos que queiram conhecer um pouco mais sobre o tema, bem como pessoas ligadas ao cooperativismo de crédito.

REFERÊNCIAS

IRION, João Eduardo. **Cooperativismo e economia social**. São Paulo – Editora STS, 1997.

KRUEGER, Guilherme. **Cooperativismo e o novo código civil**. Belo Horizonte, 2003.

LEI 5.764/1971 (LEI ORDINÁRIA) 16-12-1971. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dão outras providencias.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.HTM. Acesso em 25 Jun. de 2018.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Contabilidade das sociedades cooperativas**: aspectos gerais e prestação de contas/ Ariovaldo dos Santos, Fernando Henrique Câmara Gouveia, Patrícia dos Santos Vieira – São Paulo: Atlas 2008.

SCHARDONG, Ademar. **Cooperativa de crédito**: Instrumento de organização econômica da sociedade. Porto Alegre: Riegel, 2003. 128 p.

http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-7-principios-do-cooperativismo/ **Princípios cooperativistas**. Acesso em 03 de Novembro de 2018.

https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/46578/Res_3106_v5_P.pdf **Resolução nº 3.106/2003 do Banco Central.** Acesso em 03 de Novembro de 2018.

NORMAS PARA COLABORADORES

A **Contabilidade & Produção: Revista de Artigos e Produção Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da UNIFACVEST** tem as seguintes normas editoriais para a apresentação de artigos, resenhas e depoimentos:

1. Os artigos deverão ser inéditos (não publicados em periódicos de circulação nacional);
2. Os artigos deverão ser entregues num envelope fechado e o nome do autor deverá ser omitido para a apreciação e análise do Conselho Editorial;
3. Acompanhará o envelope com os artigos, um envelope lacrado, com o título do trabalho e um breve Curriculum Vitae, contendo: nome completo, última titulação e atividades profissionais em desenvolvimento, endereço completo com endereço eletrônico;
4. Dados técnicos: os artigos deverão conter de 5 a 15 páginas, incluindo texto, referências e ilustrações; Página: formato A4; margens: superior 1,5cm, inferior 2cm, esquerda 2cm, direita 2cm; medianiz 0,7, fonte Times New Roman tamanho 12, espaçamento simples. Deverá ser usado editor Word for Windows.
5. Depoimentos e resenhas não têm limite mínimo e máximo de páginas.
6. As referências devem seguir as normas da ABNT (NBR-6023:2000), no final do capítulo, digitadas em tamanho 12, sem itálico, com título da obra em negrito; citações seguirão a NBR 10520:2002.
7. As notas devem ser feitas no rodapé em tamanho de letra 10, a 1cm da margem inferior.
8. Os artigos deverão ser enviados em CD, acompanhado de três cópias impressas.
9. Os artigos deverão ser acompanhados de resumos em português e inglês de no máximo 10 linhas. As palavras resumo e abstract serão centradas, em negrito, tamanho 14, porém, o seu texto, em um único parágrafo, justificado, sem margem, em tamanho 12.
10. Deverá conter, abaixo do resumo e do abstract, até quatro palavras-chave (*key words*), também em tamanho 12;
11. O endereçamento para correspondência é: Revista Contabilidade & Produção. Att. Coordenação de Pesquisa e Extensão. Av. Mal. Floriano, 947. Lages – SC. E-mail: micciencia@gmail.com
12. Os autores receberão, no período de até 35 dias documento informando sobre a análise pelo Conselho Editorial e pelos revisores;
13. Os autores deverão anexar, junto ao envelope lacrado, declaração autorizando a Unifacvest e a Papervest editora a publicar os artigos sem quaisquer custos para os editores, bem como desenvolver publicidade na mídia sobre a publicação;
14. A periodicidade de circulação da revista será anual e os artigos serão recebidos até 45 dias antes do fechamento da edição.

A CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO A PARTIR DA ENTIDADE HOSPITALAR
Nicole de Lima Vieira; Ceniro Ferreira de Sousa; Ana Paula Rampi; Eder Claudio Bastos

A IMPORTÂNCIA DA CONCESSÃO DE CRÉDITO NAS EMPRESAS
Cristofer Ribeiro Deboite; Ceniro Ferreira de Sousa; Ana Paula Rampi; Eder Claudio Bastos

A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DO MÉTODO DE CUSTEIO ABC COMO FERRAMENTA DE GESTÃO EMPRESARIAL
Alessandro Lopes Felisberto; Ceniro Ferreira de Sousa; Ana Paula Rampi; Eder Claudio Bastos

AUDITORIA EM ESTOQUE COM ESTUDO DE CASO EM UMA REDE DE SUPERMERCADOS
Wesley Mendes Lorenzetti; Ceniro Ferreira de Sousa; Amanda Miranda Silva; Eder Claudio Bastos

CONSTITUIÇÃO DE EMPRESA SIMPLES NACIONAL
Ana Claudia Citon; Ceniro Ferreira de Sousa; Ana Paula Rampi; Eder Claudio Bastos

CONTABILIDADE DE CUSTOS – CUSTEIO POR ABSORÇÃO NA PRODUÇÃO RURAL
João A. dos Santos Godois Junior; Ceniro Ferreira de Sousa; Ana Paula Rampi; Eder Claudio Bastos

GESTÃO DE CUSTOS COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE
Talissa Monteiro Teixeira; Ceniro Ferreira de Sousa; Ana Paula Rampi; Eder Claudio Bastos

O IMPACTO DO DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS) SOBRE A FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA
Taíse Boff; Ceniro Ferreira de Sousa; Ana Paula Rampi; Eder Claudio Bastos

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO ESTRATÉGICO NAS EMPRESAS
Jonatan de Liz Steffen; Ceniro Ferreira de Sousa; Ana Paula Rampi; Eder Claudio Bastos

UM ESTUDO DE CASO NA FORMAÇÃO E MÉTODO DE DISTRIBUIÇÃO DAS SOBRAS NUMA COOPERATIVA DE CRÉDITO
Jaine Pereira Gonsalves; Ceniro Ferreira de Sousa; Ana Paula Rampi; Eder Claudio Bastos

Publicação da Papervest Editora
Av. Marechal Floriano, 947 - CEP: 88503-190
Fone: (49) 3225-4114 - Lages / SC
www.unifacvest.net